



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII Nº 81, TERÇA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 2017



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 85^a SESSÃO, ESPECIAL, EM 12 DE JUNHO DE 2017

1.1 – ABERTURA	7
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a comemorar o Dia Mundial do Combate ao Trabalho Infantil.	7
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro e de seleção de músicas pela Orquestra Casa Azul	7
1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Antonio Carlos Valadares)	7
1.2.3 – Oradores	
Sr ^a Kátia Magalhães Arruda, Ministra do Tribunal Superior do Trabalho e Coordenadora da Comissão de Erradicação do Trabalho Infantojuvenil e de Estímulo à Aprendizagem.	10
Sr ^a Mafra Merys, Secretária Executiva da Frente Parlamentar do Protagonismo Infantil.	11
Senador Cristovam Buarque	13
Sr. José de Arimateia, Deputado Estadual pelo Estado da Bahia.	16
Sr. Thalisson Mesquita Carvalho, aluno aprendiz do Instituto Brasileiro Pró-Educação e Trabalho (Isbet).	19
Sr ^a Patrícia Rodrigues do Amaral, Presidente do Fórum de Secretarias de Trabalho e representante do Fórum de Secretários de Assistência Social.	20
Sr ^a Eliane Araque dos Santos, representante do Ministério Público do Trabalho.	22
Sr. Gustavo Leal, Diretor de Operações do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Senai.	24
Sr ^a Ana Cláudia Rodrigues Monteiro, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.	26
1.3 – ENCERRAMENTO	28



2 – ATA DA 86ª SESSÃO, DEBATES TEMÁTICOS, EM 12 DE JUNHO DE 2017

2.1 – ABERTURA	30
2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a debater sobre os 25 anos da Rio 92 e da Convenção do Clima.	30
2.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	30
2.2.2 – Oradores	
Senador Fernando Collor	30
Sr. José Goldemberg, Ministro de Estado do Meio Ambiente no ano de 1992	37
Sr. Marcos Azambuja, Embaixador do Brasil na França no período de 1997 a 2003 e Coordenador da Conferência Rio 92	39
Sr. Carlos Moreira Garcia, Embaixador do Brasil na Espanha no ano de 1997 e Presidente do Grupo de Trabalho organizador da Rio 92	41
Sr. Erik Solheim, Subsecretário-Geral da Organização das Nações Unidas e Diretor Executivo da ONU Meio Ambiente	44
Sra. Izabella Mônica Vieira Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente no período de 2010 a 2016	47
Senador Jorge Viana	54
Sr. Alfredo Hélio Syrkis, ex-Deputado Federal	57
Sr. Virgílio Maurício Viana, Superintendente Geral da Fundação Amazonas Sustentável (FAS/AM), e Professor Colaborador da Universidade Estadual do Amazonas	60
Senador Cristovam Buarque	62
2.3 – ENCERRAMENTO	66

PARTE II

Não há expediente.

PARTE III

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	67
4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	70
5 – LIDERANÇAS	71
6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	75
7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	83
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	86



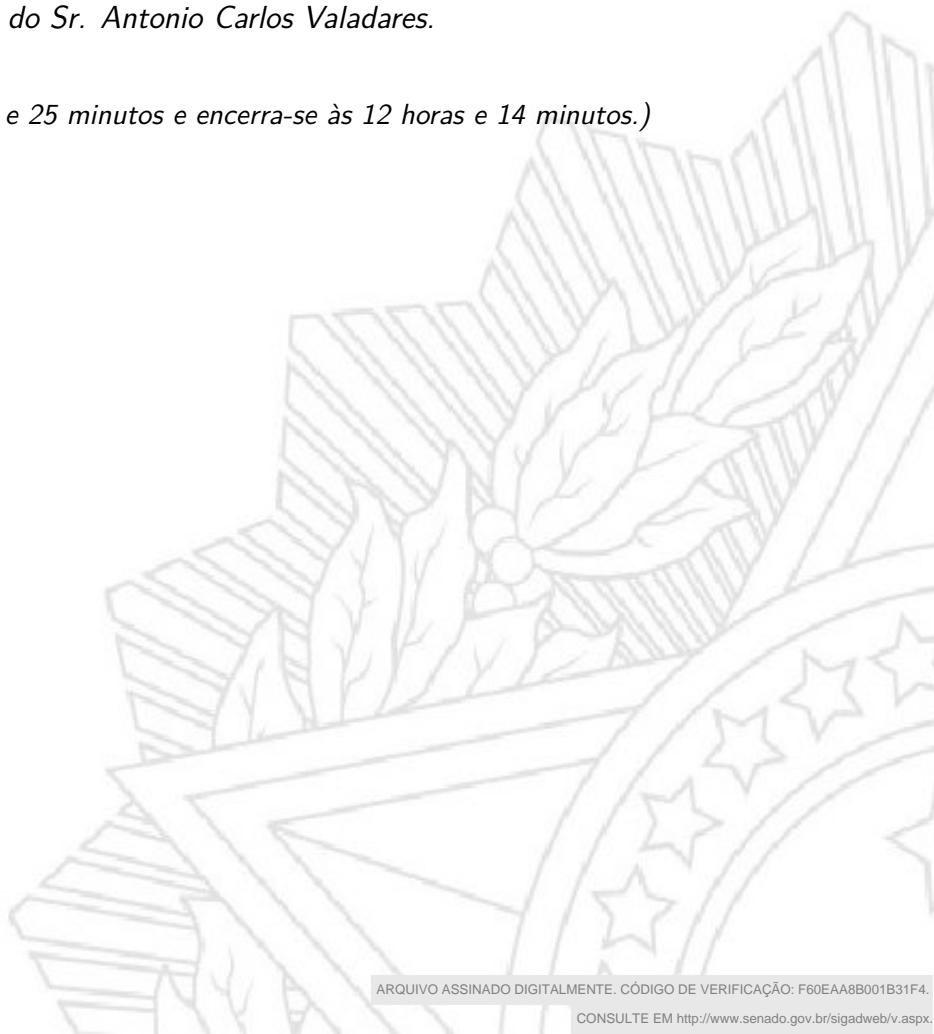
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 132

**Ata da 85^a Sessão, Especial,
em 12 de Junho de 2017**

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura

Presidência do Sr. Antonio Carlos Valadares.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 25 minutos e encerra-se às 12 horas e 14 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar o Dia Mundial do Combate ao Trabalho Infantil, nos termos do Requerimento nº 371, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares e de outros Senadores.

Passo a fazer a composição da Mesa.

Convido para compor a Mesa o Deputado José de Arimateia, Presidente da Frente Parlamentar de Apoio ao Protagonismo Infanto-juvenil, representante da Bahia. Deputado, seja bem-vindo!

Convido a Srª Kátia Magalhães Arruda, Ministra do Tribunal Superior do Trabalho e Coordenadora da Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem. (*Palmas.*)

Doutora, é um prazer enorme V. Exª estar aqui.

Convido a Drª Eliane Araque dos Santos, representante do Ministério Público do Trabalho. (*Palmas.*)

Drª Mafra Merys, Secretária Executiva da Frente Parlamentar do Protagonismo Infanto-juvenil do Brasil. (*Palmas.*)

Dr. Gustavo Leal, Diretor de Operações do Senai. (*Palmas.*)

Há diversas autoridades aqui presentes, pessoas ligadas a esse movimento de protagonismo infantil, e eu faço questão de anunciar as suas presenças, para nós muito honrosas: Embaixador da República da Índia, Sr. Sunil Kumar Lal; Diretora do Departamento de Políticas Temáticas da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos, Srª Fabiana Arantes Campos Gadêlha; Diretor de Políticas de Empregabilidade do Ministério do Trabalho, Sr. Higino Vieira; Auditora Fiscal do Trabalho e responsável nacional pelo Projeto de Inserção de Aprendizes no Mercado de Trabalho, Srª Taís Arruti Lyrio Lisboa; representando o Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Estado da Assistência Social, Srª Patrícia Rodrigues do Amaral; Superintendente Executivo do Instituto Brasileiro Pró-Educação, Trabalho e Desenvolvimento (Isbet), Sr. Luiz Guimarães Mesquita; Gerente de Educação Profissional e Tecnológica do Senai, Srª Maria Eliane Franco Monteiro Azevedo; estudantes do Instituto Brasileiro Pró-Educação, Trabalho e Desenvolvimento; estudantes aprendizes da Escola Salesiano no Senado; membros da ONG Casa de Ismael de Brasília; e membros da Orquestra Musicando no Cerrado, Casa Azul Felipe Augusto.

Agora, fiquemos em pé para, em posição de respeito, ouvirmos o Hino Nacional, acompanhando a apresentação de uma seleção de músicas pela Orquestra Casa Azul logo em seguida.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Agora, ouviremos uma seleção de músicas pela Orquestra Casa Azul.

*(Procede-se à execução musical.) (*Palmas.*)*

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Senhores e senhoras, é com muita honra que o Senado da República abre este espaço para



se integrar a um evento tão importante como é a comemoração do Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil.

A Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Protagonismo Infantojuvenil não poderia alheia à iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que, de maneira especialmente oportuna, promove a Semana da Aprendizagem em todo o Território nacional.

Abro um parêntese para convidar o Diretor de Políticas de Empregabilidade do Ministério do Trabalho, Sr. Higino Vieira, para compor a Mesa, como representante do Ministério do Trabalho.

Mais do que nunca esse debate se faz necessário. Infelizmente, a grave crise política e econômica que se abate sobre o País ameaça de forma preocupante o presente e o futuro dos brasileiros e ameaça, sobretudo, os sonhos da nossa juventude. Sabemos todos que a intensidade da atual crise restringe severamente as oportunidades e traz consigo o pior dos flagelos da economia e do povo brasileiro, o desemprego – mazela que se torna mais dramática quando afeta o inexperiente ou o carente de formação educacional. Por isso, divido aqui com todos vocês a angústia e o desafio diante da urgência em devolver aos nossos jovens cidadãos a esperança de dias melhores.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), entre as pessoas de 14 a 24 anos, o índice médio das taxas de desemprego trimestrais subiu de 20%, em 2015, para 27,2%, em 2016; entre os adultos de 25 a 59 anos, a taxa foi de 9,1% – uma enorme diferença, que atinge em cheio a classe mais jovem.

Pesquisa mais recente, da economista Sonia Rocha, do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (lets), mostra que a taxa de desemprego, na faixa de 14 a 24 anos, já teria ultrapassado os 30%. Há 1,2 milhão de adolescentes de 14 a 17 anos procurando trabalho, quase 10% do total de 14 milhões de desempregados. Estamos falando de jovens que representam cerca de 18% da população economicamente ativa. Esses brasileiros perderam o ânimo. Estão com suas perspectivas e autoestima abaladas? Creio que não. São jovens, são otimistas, e haverão de acreditar num Brasil melhor, muito embora a classe política não tenha dado as respostas mais adequadas para sairmos dessa crise – e também o próprio Poder Judiciário.

É preciso salvar nossos jovens. E a melhor resposta a esse quadro de incertezas é garantir a eles a capacitação de que precisam, para entrar no universo do trabalho com a devida qualificação.

A nossa juventude pede iniciativas concretas, que lhes garantam o direito à inclusão social.

Daí porque nós, da recém-criada Frente Parlamentar de Apoio ao Protagonismo Infantojuvenil, da qual eu sou o Presidente aqui no Senado, queremos transformar esse desalento em determinação. Somos mais de 200 Deputados e Senadores comprometidos a ajudar a vencer tamanho desafio.

Na Câmara dos Deputados, o Presidente da Frente é o Deputado Bulhões.

Fui honrado com a coordenação dessa Frente aqui no Senado, missão que exercerei com trabalho árduo e dedicado, em conjunto com o também diligente Deputado Antônio Bulhões. A ideia é somar esforços à luta das instituições já intensamente envolvidas nesse objetivo.

O campo de atuação da Frente Parlamentar é amplo. Queremos, por exemplo, provocar o atendimento das regras já existentes, como a Lei da Aprendizagem, do ano de 2000. Essa lei, como se sabe, determina que empresas de médio e grande porte devem ter de 5% a 15% de seu quadro composto por jovens aprendizes, com idade a partir dos 14 anos.



Lamentavelmente, muitas empresas não cumprem ainda a cota da Lei da Aprendizagem, quando não fazem exigências despropositadas de conhecimento além do esperado para aqueles que sequer concluíram o ensino médio. Temos legislação. Faremos com que ela seja cumprida.

O evento de hoje mostra que a sociedade mobilizada tem condições de contribuir de forma inestimável para a reversão desse quadro. Recentemente, comunidades do Rio de Janeiro se uniram no Projeto Rio Favela, de formalização de microempresas, um relevante papel na regularização de pequenos empreendedores, o que traz expectativas de contratações de jovens aprendizes. Aliás, o desejo de empreender ainda permanece forte na nossa juventude.

Mas é preciso também deixar claro que a luta pela inclusão corre paralela a outro grande desafio, que é o do combate à vergonhosa prática de exploração do trabalho infantil. Devemos nos lembrar das palavras do Ministro do Tribunal Superior do Trabalho Lelio Bentes Corrêa, para quem o combate a essa chaga social se dá com medidas de promoção de atendimento imediato às necessidades das famílias, mas não só. É fundamental, diz ele, investir em educação de qualidade, que se assegure a permanência de crianças e adolescentes na escola e que elas tenham direito à sua formação profissional, já prevista na Constituição.

Quanto maior e de mais qualidade é a educação ofertada, maiores são as chances de um emprego digno e qualificado.

A educação rompe o ciclo da pobreza, da formação política, da educação dos brasileiros para saberem escolher os melhores. Através do processo educacional, seja privado, seja público, é que poderemos formar jovens conscientes de seu papel perante os destinos da Nação.

Como se vê, é desafiador enfrentar os complexos e vastos efeitos de uma turbulência econômica, acrescida de uma turbulência política institucional e ética, ainda mais quando se trata da parcela da população mais vulnerável.

Ao dar início aos trabalhos da Frente Parlamentar de Apoio ao Protagonismo Infantojuvenil, como Presidente desta Frente aqui no Senado, deixo a convicção de que é na adversidade que surgem as janelas para soluções criativas, inovadoras, capazes de nos conduzir à vitória.

Estou certo de que podemos pavimentar caminhos que afastem os jovens da situação de desesperança em relação ao futuro. Afinal, o desejo de todos nós é o de alcançarmos uma sociedade mais justa e menos desigual, que esteja preparada para vencer os desafios, e que esses desafios sejam vencidos, com essa mesma sociedade proporcionando aos mais jovens oportunidades e perspectivas para que realizem seus sonhos.

Muito obrigado (*Palmas.*)

Concedo a palavra à Sr^a Bletro Vovassi, 1^a Secretária encarregada...

Desculpem-me, pela emoção do discurso... É o registro de presença. Mas, se a Sr^a Bletro Vovassi deseja falar, e falar no bom português, estamos aqui à disposição, e a tribuna está aberta. A Sr^a Bletro Vovassi é a 1^a Secretária encarregada dos assuntos culturais e consulares da Embaixada da República da Costa do Marfim.

Também presente o Diretor-Presidente do Grupo NT, Sr. José Manoel Sanches, e o Presidente da Associação Brasileira de Recursos Humanos, Seccional do Distrito Federal, Sr. Bruno Goytisolo.

Bom, afinal, vamos conceder a palavra, como primeira oradora, à Dr^a Kátia Magalhães Arruda, Ministra do Tribunal Superior do Trabalho e Coordenadora da Comissão de Erradicação do Trabalho Infantojuvenil e de Estímulo à Aprendizagem.

Se V. Ex^a quiser optar pela tribuna, tem todo o direito.



(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Claro, fale ali do lugar dos Senadores e das Senadoras.

São cinco minutos, com tolerância de mais dois.

A SR^a KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA – Bom dia. Bom dia a todos.

Quero dizer da imensa honra, Senador Valadares, de estar presente a esta sessão. Quero parabenizá-lo pela iniciativa e saudar todos os membros desta honrosa tribuna na pessoa de V. Ex^a e também fazer a saudação ao Deputado Antonio Bulhões, que não está presente, mas que está à frente, na Câmara dos Deputados, de tão grandioso evento, de tão grandiosa luta.

Serei muito rápida, porque hoje eu não sei se falamos em comemorar, em homenagear ou em lamentar a existência do Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, porque, se aqui estamos, é porque ainda existem mais de 100 milhões de crianças e adolescentes explorados em todo o mundo, e, no Brasil, são mais de 2,7 milhões de crianças e adolescentes.

Então, hoje é um dia de registro, eu diria, acima de tudo, porque não é um dia de alegria, é sempre um dia de marcar a presença nesta luta que precisa ser comemorada logo, logo, de outra forma, o dia da vitória da luta do combate ao trabalho infantil, e este é o dia por que realmente todos nós esperamos.

Esse dia existe por causa desse grande problema, dessa grande chaga social que aflige o Brasil e o mundo. Crianças de oito anos, na Revolução Industrial, trabalhavam de maneira precária, sendo mutiladas – porque eram muito pequeninas e, pela capacidade de não conseguirem alcançar as máquinas, então eram mutiladas. Crianças de hoje continuam a trabalhar nos lixões, na construção civil, como empregadas domésticas, enfim, de maneira precária, o que também que lhes retira o direito à saúde, ao crescimento e à educação.

Quando as crianças entram no trabalho precoce, elas ou saem da escola, ou têm problemas de defasagem escolar, e isso é uma situação muito séria quando falamos na construção de um País novo, na construção de um País desenvolvido. Mas foi a partir de todas essas denúncias, desde o período da Revolução Industrial, envolvendo jovens e crianças, que se mutilavam nas fábricas, que surgiu o próprio Direito do Trabalho.

Então, vejam que os próprios direitos trabalhistas devem o seu nascedouro, de forma mais efetiva, ao sacrifício dessas crianças. Por isso, a Justiça do Trabalho se envolve neste projeto. Por isso, a Justiça do Trabalho criou a Comissão Nacional de Combate ao Trabalho Infantil para ser uma auxiliar, uma mão a mais nessa luta, que é uma luta de todas as grandes instituições do Brasil.

Hoje também se inicia a Semana Nacional da Aprendizagem, que é um projeto constituído pela Justiça do Trabalho, pelo Ministério do Trabalho e pelo Ministério Público do Trabalho, porque, como muito bem foi dito em suas palavras, nobre Senador, o art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal prevê a possibilidade de aprendizagem a partir dos 14 anos. A Lei da Aprendizagem é de 2000, já tem 17 anos, e ainda é, clara e reiteradamente, descumprida em nosso País.

Exigimos muito dos nossos jovens, falamos que alguns jovens estão indo por caminhos errados. E onde está o nosso papel de dar a este jovem a oportunidade certa para que ele possa ter qualificação, para que ele possa ter dias melhores, não amanhã, mas a partir de hoje?

Aqui nos ouvindo vejo que existem vários jovens envolvidos em projetos de aprendizagem...

(Soa a campainha.)



A SR^a KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA – ... o pessoal da Escola Salesiana, da ONG Casa de Ismael, da Orquestra Musicando, do Instituto Brasileiro Pró-Educação Trabalho. Então, minha saudação também a esses jovens.

Já para finalizar, sempre que estou falando hoje – hoje é o dia de combate ao trabalho infantil; hoje começa a Semana da Aprendizagem –, eu quero dizer hoje porque nem haverá futuro se nossas mudanças não começarem do hoje. Está na hora de entendermos que a prioridade número um do nosso País para que ele entre numa rota de desenvolvimento é o combate ao trabalho infantil, é o estímulo à aprendizagem. Então, podemos esperar pelo amanhã. Essas crianças que estão sendo abusadas, exploradas, mutiladas precisam de uma resposta hoje. E é hoje que devemos construir esse trabalho; é hoje que devemos sair daqui todos nós engajados de forma muito efusiva, de forma muito confiante para que daqui a um ano, Senador, tenhamos a honra de estar nesta tribuna dizendo que mais da metade dos jovens que hoje poderiam estar na aprendizagem, e não estão, já estão na aprendizagem, e que o combate ao trabalho infantil se tornou não uma letra da lei, mas uma prática efetiva em todo o nosso País.

Muitíssimo obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Concedo a palavra à Dr^a Mafra Merys, Secretária-Executiva da Frente Parlamentar do Protagonismo Infantil.

A SR^a MAFRA MERYS – Bom dia a todos!

Aproveito a oportunidade para cumprimentar a Mesa na pessoa do Ex^{mo} Sr. Senador Antonio Carlos Valadares, que gentilmente, de forma generosa, apoiou, no primeiro pedido, essa Frente Parlamentar que começou na Bahia. Então, eu queria dizer para vocês que, como tudo começa na Bahia – o Brasil começou na Bahia –, a Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Protagonismo Infantojuvenil também começou na Bahia, e a gente tem a honra de estar aqui, à Mesa, com a pessoa que idealizou essa Frente Parlamentar, que é o Deputado Arimateia.

A gente veio de uma longa estrada, e essa longa estrada, poderíamos dizer, foi um deserto na verdade. E aí eu me lembrei muito de uma história que eu ouvi quando era pequena. Eu acho que vocês já ouviram também, e eu acreditei nela: um beija-flor queria apagar uma floresta que estava se incendiando. Ele pegava um pouquinho d'água e jogava na floresta. E aí o elefante disse: "Puxa! Mas não está vendo que você não apaga essa floresta?" Ele disse: "Eu estou fazendo a minha parte". E eu aprendi a acreditar nisso. Aí eu cresci um pouquinho mais e me contaram uma outra coisa. Disseram-me que uma andorinha sozinha não faz verão. Eu também acreditei nisso. Mas os meus pares eram muito pequenos. Eu sou uma pesquisadora na área de políticas públicas de juventude. Eu estava sozinha. Aí eu entendi que eu podia pegar pares iguais a mim. E eu peguei todos os professores, pesquisadores que eu pude encontrar no Nordeste. E nós montamos... Cá para nós, se deixarem, Ministra, nós faremos uma diferença muito grande, porque nós conseguimos, em oito meses, fundar, implementar nove frentes parlamentares no Nordeste; nós conseguimos articular dez associações mantenedoras do ensino técnico; nós conseguimos articular a Associação Nacional de Empresas Amigas do Jovem Aprendiz; nós temos 141 empresas querendo contratar os jovens.

E agora a gente está chamando as ONGs, porque a gente acredita que o ensino deve ser híbrido. E nós vamos fazer a diferença, se as ONGs assim permitirem e as escolas técnicas. O nosso sonho é que o aprendiz não seja um pedreiro. É que, durante todo o ciclo da aprendizagem,



ele saia um técnico em edificações. Nós temos a forma de fazer isso. Nós temos as empresas que querem fazer isso.

E nós fizemos mais. Nós falamos, Excelência, com o Ministro da Defesa, o Dr. Raul Jungmann, em Recife, e nós apresentamos para ele o Soldado Aprendiz. É o egresso do Soldado Cidadão, em que ele faz uma transição, em que ele simplesmente sai, desliga-se do Exército e já entra na aprendizagem com uma qualificação profissional que vai complementar a que ele já fez lá como soldado cidadão.

O nosso aluno público-alvo, Excelência, é o aluno abrigado. Não sei se vocês sabem, o aluno abrigado, quando ele faz 18 anos... Ele entra no abrigo, e a esperança dele é ser adotado. Ele passa toda uma vida infantil, infantojuvenil, e, quando chega à idade de dezoito anos, o presente que ele ganha é a rua.

Esse jovem abrigado pode ficar dentro do sistema do aprendiz, da aprendizagem. Ele pode ter a oportunidade, uma vez contratado por duas empresas, de ser compartilhado, inclusive com aprendizagem. Ele pode e deve ser matriculado no ensino técnico, e a própria escola técnica validar todos os estudos dele, desde que ele faça a qualificação profissional com as saídas intermediárias.

Existem fórmulas. É possível. A gente pode reduzir o custo, Excelência. O custo do aprendiz hoje gira em torno de R\$1,4 mil – o salário mínimo de oito horas de trabalho; um dia ele estuda, quatro ele trabalha. A empresa tem que pagar para ele todos os encargos sociais, trabalhistas, enfim, e o salário. Isso custa para uma empresa, Excelência, mil quatrocentos e poucos reais, posso dizer, R\$1.434.

Nós conseguimos fazer um projeto compartilhado, baseado no manual do Ministério do Trabalho, na pergunta 34 da página 25. A gente consegue, com bases legais, reduzir o custo dessa cota em 43%. Ou seja, nós temos 141 empresas que fizeram um curso gratuito conosco, *on-line*, oitenta horas *on-line*. Tratamos com o RH, nós chamamos as assembleias legislativas, todos os RHs parceiros.

Hoje, a gente tem a Fenaserhtt, que é a Federação Nacional dos Recursos Humanos do Trabalho Terceirizado. E a gente tem também a BRH – eu quero cumprimentar o Bruno, que aqui está presente, muito obrigada pela sua presença. A BRH é nossa parceira em todo o Nordeste, Excelência.

(Soa a campainha.)

A SR^a MAFRA MERYS – A BRH conseguiu mobilizar todos esses gestores de pessoas para nos ajudar a montar o programa. E aí eles disseram o que precisavam e nós construímos.

Dentre tantas outras coisas que a gente fez, estar aqui no Senado, na Casa do povo, na tua presença, meu caro Senador, é muito bom poder dizer que é possível. As empresas, hoje, procuram o nosso sistema, o nosso programa para empregar.

Nós temos hoje uma empresa lá no Rio Grande do Norte que tem 400 aprendizes e gasta 5 milhões/ano. Ela pode gastar 2,5 milhões. O nosso aprendiz pode ter dois cursos, trabalhar em duas empresas e pode, quando terminar, continuar trabalhando até os 24 anos. E eu duvido que um aluno nosso, das nossas ONGs escolas compartilhadas, que ele não esteja empregado ao longo de toda a sua...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.) (Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – V. Ex^a ainda tinha um minuto.

Parabéns.

A SR^a MAFRA MERYS – Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu quero registrar, devo registrar por um dever de justiça, o trabalho desta grande pesquisadora, Dr^a Mafra Merys, coincidentemente baiana e que trabalha em Sergipe no TRF.

Nesse trabalho no TRF lá em Sergipe, ela consegue se comunicar com todo o Brasil. Inclusive, esteve aqui no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, incentivando os Parlamentares a formarem essa frente. E ela foi formada. E eu devo dizer que esse estímulo foi mais do que importante para que nós entendêssemos que deveríamos nos engajar, de corpo e alma, nesse trabalho valoroso em favor do protagonismo infanto-juvenil, porque, na medida em que o jovem se ocupa no trabalho, ele está se desviando das drogas, está se desviando dos malfeitos.

E o Brasil, neste momento difícil, complexo que atravessa, precisa de jovens que se ocupem, que estejam, de alguma forma, exercendo a sua missão profissional, para que no futuro, já devidamente preparados, consigam ser artífices de um Brasil desenvolvido e progressista.

Portanto, Dr^a Mafra Merys, para nós é uma alegria muito grande poder registrar esse seu trabalho profícuo em favor dos nossos jovens.

E não poderia deixar também de enaltecer a iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que, de maneira especial, promove a semana da aprendizagem em todo o Território nacional.

Queremos, então, agradecer à Dr^a Ministra Kátia Magalhães Arruda por sua presença, pelo seu trabalho, mais do que edificante, à frente deste movimento.

Eu quero conceder a palavra, neste momento, ao Senador Cristovam Buarque, em seguida, ao Deputado José de Arimateia, Presidente da Frente no Estado da Bahia.

Senador, os oradores inscritos, por um acordo com a organização, teriam direito a cinco minutos, mas quem sou eu para estabelecer um prazo para V. Ex^a. Estamos aqui seguros de que haveremos de ouvir um grande pronunciamento, como tantos outros que V. Ex^a pronuncia do alto desta tribuna.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador, em primeiro lugar, meus cumprimentos por esta sessão. Segundo, dizer que para mim a sua lembrança vale como uma ordem. E, terceiro, que eu vou tentar realmente ficar no mesmo limite que todos os outros.

Quero cumprimentar o Deputado Estadual José de Arimateia, o Sr. Higino Vieira, a Sr^a Ministra Kátia Magalhães Arruda, a Sr^a Mafra Merys, a Sr^a Eliane Araque dos Santos, o Sr. Gustavo Leal e todos os demais que aqui estão, porque vocês fazem parte de um seleto grupo que carrega, no coração e na mente, o sentimento e a lógica de que não tem futuro um País que condena as crianças ao trabalho em vez de levá-las, com gosto, à escola. Não tem futuro.

Nós nos lembramos sempre, Senador, do sofrimento das crianças, porque o trabalho infantil tortura e compromete o futuro da criança. Lembramo-nos delas. Mas, além disso, o trabalho infantil maltrata o progresso e divide o País, porque o futuro de cada criança está no conhecimento que ela adquire no momento certo – alguns já na idade adulta –, mas há o momento certo do aprendizado, que começa na infância. Mas o futuro do País depende do acúmulo de conhecimento de todos os seus habitantes. Conhecimento adquirido no momento certo de cada uma das pessoas do País.



Uma criança – e nós temos 2,7 milhões – que no lugar de estar na escola está trabalhando, essas crianças certamente terão menos chance de um futuro brilhante, sustentável, produtivo do que as que hoje estão estudando. Algumas escaparão do trabalho infantil e se tornarão pessoas capazes de dar a contribuição que o País precisa, mas raras.

Eu ouço muita gente dizer: "Mas no meu tempo eu trabalhei desde muito cedo". Era outro tempo. Não era o tempo da economia do conhecimento. Era o tempo do trabalho manual. Era o tempo do operário, não do operador. Era a economia da produção, não da criação.

Hoje, a economia é baseada na criação, na invenção e na produtividade. E a produtividade, hoje, vem de máquinas que falam com a gente pelo computador, e não de máquinas que a gente usa como antigamente, no chamado tempo da mão de obra.

É possível que alguns escapem, porque vão estudar mais tarde e, mesmo assim, conseguem aprender fora do momento certo. São raros. Desses 2,7 milhões de crianças que hoje estão trabalhando no lugar de estarem numa boa escola, eu posso dizer, com muita tristeza, mas sem medo de errar, que pelo menos 2,5 milhões – ou seja, eu baixo de 2,7 para 2,5 – não terão um futuro conforme teriam se tivessem tido a chance de estudar no momento certo.

Então, nós estamos torturando crianças, sacrificando o futuro delas e, ao mesmo tempo, abortando o futuro do Brasil e dividindo o País. Dividindo, porque, felizmente, alguns estudam e, por isso, vão dar uma contribuição maior, mas, infelizmente, ao darmos educação a uns e não darmos a outros, o Brasil caminha para dividir-se cada vez mais. Isso a gente vê no noticiário da violência que hoje toma conta do País. Essa violência tem como uma das causas fundamentais a negação de educação no momento certo às crianças. Não apenas no sentido de aprenderem, mas de conviverem na escola. Não apenas no sentido de estudarem, mas no sentido de não ficarem na rua, que hoje é um lugar que fabrica violência e criminosos.

Nós estamos comemorando aqui o Dia Mundial do Combate ao Trabalho Infantil. Alegra-me, por um lado, ver que conseguimos juntar vocês para lembrar esse dia, mas, como eu ouvi, me entristece que ainda estejamos comemorando ou não, lembrando a sua dúvida de que se comemora, ou se lembra. Alegra-me que estamos lembrando que este é um dia para lembrarmos que devemos fazer com que um dia não exista mais o Dia do Combate ao Trabalho Infantil. É como se tivesse havido o dia da defesa da abolição da escravatura. Imaginem: anos depois de anos e depois de anos, se faria uma sessão aqui para lembrar a necessidade da abolição e jogando a abolição para diante. A mesma coisa estamos fazendo: combatendo o trabalho infantil e jogando para distante. Não estamos vendo quando a solução do problema. Não estamos vendo quando a Lei Áurea do trabalho infantil. E é tão claro quando seria isso, não com a assinatura de uma princesa, que, aliás, não conseguiu acabar com a escravidão plenamente, por não ter feito aquilo que nos deixou e que não estamos fazendo, que é garantir a educação.

O Dia Mundial do Combate ao Trabalho Infantil deveria ser a mesma coisa do dia mundial do combate à negação de educação às crianças na idade certa. Nós não estamos apenas colocando a criança sob a tortura do trabalho infantil. Nós estamos colocando as crianças debaixo da negação da educação necessária para elas. E isso a gente precisa pensar. Não basta acabar com o trabalho infantil. É preciso garantir escola de qualidade e igual para todos.

E isso nós sabemos como fazer. Já há tantas escolas boas. É só pegá-las e espalhá-las pelo País. Já temos quase cerca de 500 escolas públicas da melhor qualidade: são as federais, basta espalhá-las pelo Brasil. E não vamos fazer demagogia. Isso não se faz de um dia para o outro. Isso não se faz de um ano para o outro. Isso se faz através de duas, três décadas.



Mas começemos. Começemos o processo de espalhar as escolas federais pelo Brasil. Assumamos que os Municípios brasileiros são pobres, não têm condições de oferecer uma grande e boa escola. Não há como. E a única solução é fazer o que fizemos lá atrás – com as universidades federais, com as escolas técnicas, com os institutos tecnológicos –, e fazer isto com todas as escolas do Brasil: federalizar a educação de base.

Não é por um decreto dizer "a partir de hoje, as escolas municipais são federais", porque isso não mudaria nada. Não. É substituir as atuais escolas municipais por escolas federais ao longo de um processo. Não é substituir a gestão. É substituir professores, prédios, equipamentos, duração, método, de tal maneira que o País não apenas tenha uma ótima escola para alguns, mas tenha uma ótima escola para todos. E nem todos serão iguais na vida adulta, porque uns têm talento, outros não tem tanto. Alguns têm talento, mas não têm perseverança. Alguns têm talento e perseverança. Alguns até tem talento e perseverança, mas não têm vocação. Querem outro rumo. Mas aqueles que tiverem talento, perseverança, vocação não lhe terão negado o direito, a chance e a oportunidade de estudarem no momento certo em vez de estarem trabalhando.

Em cada momento em que uma criança trabalha em vez de estar na escola é um tempo a menos de qualidade no seu futuro.

Por isso, o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil deveria ser também o dia do combate à negação de escola e o dia da luta por uma escola boa, de qualidade e de qualidade igual para todos, o que, para mim, só será possível por um processo de desmunicipalização da educação, de federalização da educação.

Por isso, para mim, o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil no Brasil deveria ser o dia da luta pela federalização da educação de base.

E eu vim aqui nessa direção, na direção de manifestar meu sofrimento com a tortura que fazemos quando colocamos uma criança para trabalhar no lugar de estudar numa escola agradável, porque há escolas em que estudar é uma tortura.

Eu vim também na crença de que meu País, nosso País, não tem futuro pleno se nós não formos capazes de ter toda a população com a capacidade de servir na economia do futuro, que é a economia do conhecimento.

E vim aqui com a esperança, Senador Antonio Carlos Valadares, de que nós ainda vamos ter alguns anos com este dia, mas, daqui algumas décadas, este dia será coisa da história. Nossa luta deveria ser também para fazer com que o Dia de Combate ao Trabalho Infantil dure o menos possível do Brasil. O ideal seria marcar uma data para dizer: "A partir de tal ano, não haverá mais Dia de Combate ao Trabalho Infantil, porque ele não existirá mais."

Não sejamos, entretanto, tão pretensiosos nacionalmente, mas, pelo menos, tenhamos a esperança e façamos a luta para que, um dia, esse dia não seja necessário. E isso só será conseguido, porque hoje nós estamos aqui lembrando que ainda há trabalho infantil no Brasil; que é como se ainda houvesse trabalho escravo no Brasil, e como se tivéssemos cada dia menos confiança no futuro do Brasil, tanto do ponto de vista da produtividade da economia para o futuro, como também da sociedade que nós desejamos, com justiça, com paz. Tudo isso vem da desigualdade e da incapacidade da educação em nos preparar, todos nós brasileiros.

Obrigado por vocês estarem aqui. Obrigado, Senador Antonio Carlos, pela iniciativa, mas é uma longa tarefa...

(Soa a campainha.)



O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... a que temos adiante: fazer com que, dentro de algum tempo mais, não seja preciso nos juntarmos aqui para comemorarmos um dia de combate a algo que já deveríamos ter eliminado, o trabalho infantil.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque, sempre brilhante e acolhedor nos seus pronunciamentos, trazendo a realidade do Brasil à nossa tribuna quase todos os dias; e notadamente, quando se trata de matéria educacional, ele foi Ministro da Educação, foi Governador do Distrito Federal e trouxe, sem dúvida alguma, medidas saneadoras no combate ao trabalho infantil.

E aqui o que se propõe é não somente o combate tenaz ao trabalho infantil – essa chaga que infelizmente ainda existe no Brasil e que afasta a criança da escola, proporcionando um futuro negro, escuro para o Brasil –, também nós enaltecemos aqui o estudante aprendiz, que é garantido pela Lei 10.097, de 2000. Essa lei dá direito àquele que está numa escola pública de aprender, durante dois anos, com contrato de trabalho, com décimo terceiro, com férias regulares oferecidas na mesma época das férias escolares. Então, o estudante aprendiz é uma oportunidade que ele tem, como eu disse, para se desviar dos vícios, das drogas e aprender algo positivo para o futuro, sem abandonar a educação que o Estado lhe proporciona.

Eu quero agora conceder a palavra ao nosso Deputado Antônio Arimateia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Digo melhor, José de Arimateia, Deputado Estadual da Bahia, Presidente da Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Protagonismo Infantojuvenil da Bahia. É Deputado Estadual e grande incentivador e estimulador deste movimento da Frente em favor do Protagonismo Infantojuvenil em nosso Brasil.

Com a palavra o Deputado Estadual José de Arimateia.

O SR. JOSÉ DE ARIMATEIA – Primeiro, bom dia a todos e a todas.

Bom dia, pessoal.

Graças a Deus, é um prazer imenso estar aqui, no Senado Federal.

Eu fico muito emocionado, porque, quando se fala do combate ao trabalho infantil, passa um filme na minha cabeça, lá em Alexandria, no Rio Grande do Norte, de onde eu sou natural. A Bahia me adotou, estou representando a Bahia como Deputado, no terceiro mandato. Aos seis anos de idade, eu ia para as feiras livres vender feijão, milho e rapadura com o meu pai para sobreviver, lá no Rio Grande do Norte. Aí eu fico imaginando: naquele tempo, nunca se ouvia falar que existia o combate ao trabalho infantil.

É por isso que, Sr. Presidente, Senador também nordestino como eu, Antonio Carlos Valadares, que preside esta sessão, é um prazer estar aqui, participando deste dia memorável, em que devemos acreditar que vamos conseguir combater o trabalho infantil.

Existe um versículo bíblico, lá no livro de Hebreus, 11, que diz o seguinte: "Ora, fé é a certeza de coisas que se esperam, a convicção de fatos que se não veem." Então, temos que acreditar, primeiro, que Deus é Deus.



Deus faz também uma reflexão com respeito às crianças. Deus diz bem claramente que não podemos... Desde aquele tempo, Jesus já dizia: "Deixai vir a mim as criancinhas", porque o futuro de tudo passa pelas crianças, como eu fui criança e hoje estou aqui, no Senado Federal.

Quero aqui também cumprimentar o Diretor de Políticas de Empregabilidade do Ministério do Trabalho, Sr. Higino Vieira; a Coordenadora do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, do Tribunal Superior do Trabalho, Sr^a Ministra Kátia Magalhães Arruda; a Secretaria Executiva da Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Protagonismo Infantojuvenil, Sr^a Mafra Merys, a mulher de fé – essa daí crê nessa palavra de Hebreus, 11, está no caminho certo; representando o Ministério Público do Trabalho, a Sr^a Eliane Araque dos Santos; o Diretor de Operações do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Sr. Gustavo Leal. Quero cumprimentar também o Senador que usou esta tribuna – eu sou um admirador de V. Ex^a –, Senador Cristovam Buarque.

Chegamos aqui.

Primeiro, gostaria de relatar um pouco a importância dessa frente. É por isto que eu digo que temos que acreditar: a ideia de dar início à Frente Parlamentar de Apoio ao Protagonismo Infantojuvenil se originou dentro das atividades da Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, da qual fui Presidente. Como defensor da causa da criança e do adolescente, senti-me no dever de abraçar e dar corpo a esta iniciativa, que visa, além da prevenção e eliminação do trabalho infantil indiscriminado, a qualificação dos jovens para o futuro ingresso no mercado de trabalho. E, naquela comissão, quando eu ouvi da minha amiga Mafra que existe a Lei nº 10.097, de 2000, aprovada há 17 anos, e que, lá no nosso Estado, hoje existe um percentual de mais de 40 mil jovens menores aprendizes ainda em busca de um trabalho digno, eu fiquei assustado.

E o dia 12 de junho, hoje, é o Dia Mundial contra o Trabalho Infantojuvenil, caracterizado como toda forma de trabalho exercido por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima legal permitida, conforme a legislação local. No Brasil, o trabalho não é permitido sob quaisquer condições entre zero e 13 anos de idade, sendo permitido a partir dos 14 anos o trabalho na condição de jovem aprendiz. Já dos 16 aos 18 anos, as atividades laborais são permitidas desde que não aconteçam entre 22h e 5h, não sejam insalubres ou perigosas e não façam parte da lista das piores formas de trabalho infantil.

Segundo dados do PNAD, entre os anos de 2014 e 2015 foi registrado um aumento de 8,5 mil crianças dos 5 aos 9 anos expostas a esse tipo de trabalho, o que corresponde a 11% de um total de meninos e meninas nessa idade, além de uma redução de 659 mil jovens entre 10 e 17 anos, 20% do total de crianças e adolescentes. Por outro lado, um levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que os jovens entre 14 e 24 anos são os mais afetados pelo desemprego. O estudo informa que o número de jovens desocupados pulou de 8% para 13,2%...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ DE ARIMATEIA – ... apenas entre 2015 e 2016, o que é um reflexo, principalmente, da redução das admissões.

Nesse aspecto, criamos a nossa frente parlamentar. Foi aí que nós, depois dessa notícia de que existia mais de 1 milhão de jovens no Brasil, criamos a Frente Parlamentar de Apoio ao Protagonismo Infantojuvenil, que vem realizando algumas ações dessa parcela tão carente de cuidados da nossa população.



Em parceria com a Comissão de Legislação Participativa (CLP) do Congresso Nacional, realizamos, no dia 31 de outubro de 2016, o Seminário Estadual de Estímulo à Aprendizagem Profissional, oportunidade em que fizemos o lançamento da nossa frente parlamentar na Assembleia Legislativa da Bahia, onde tudo começou.

Como pioneiros no lançamento desse modelo de frente parlamentar...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ DE ARIMATEIA – ... estamos cumprindo com o objetivo de nos engajar, diligenciar e direcionar esforços em âmbito federal, sendo parte da luta por colocar em prática o Programa Jovem Aprendiz.

Na frente, atuamos como verdadeiros fiscais do Poder Público para que se cumpra o direito conquistado por lei pelos jovens de aprender, na prática, a atividade profissional.

Como sabemos, a Lei do Aprendiz – nº 10.097, de 2000 –, determina que pelo menos 5% do quadro de funcionários de empresas de médio e grande portes seja ocupado por jovens aprendizes.

No Brasil, há um potencial de 1,5 milhão de vagas, e apenas um terço dessas vagas do Jovem Aprendiz foram absorvidas.

Na Bahia, cerca de 43 mil jovens poderiam estar na aprendizagem. No entanto, pouco mais de três mil vagas foram preenchidas.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ DE ARIMATEIA – Com a tolerância de V. Ex^a, mais um minuto, Sr. Presidente.

As ações com as quais estamos prosseguindo na Frente Parlamentar vão gerar mais de 17 mil vagas de trabalho em todo o Nordeste e quase 3 mil na Bahia.

Entre essas ações, podemos destacar: o debate sobre os 16 anos da Lei do Aprendiz em audiência pública no Ministério Público Federal de Pernambuco, no dia 21 de dezembro; a visita ao Deputado Federal Cleber Verde, Líder da Bancada do PRB na Câmara dos Deputados, para encaminhar pedido de apoio aos Deputados da Bancada para que o Ministério da Educação ampliasse as vagas...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ DE ARIMATEIA – ... do MedioTec, no dia 13 de março de 2017; a visita ao Ministério da Educação para solicitar a ampliação de vagas do MedioTec para os Estados do Norte e Nordeste também no dia 13 de março; a reunião com o Secretário de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude, do Ministério Público do Trabalho, para solicitar a autorização de mais cursos técnicos para as escolas técnicas particulares, no dia 29 de março de 2017; e ainda a reunião com empresas e mantenedores das escolas técnicas na Assembleia Legislativa da Bahia no dia 17 de abril.

Sr. Presidente, longe de pretender fechar um ciclo, a Frente Parlamentar de Apoio ao Protagonismo Infantojuvenil da Assembleia Legislativa da Bahia espera ser um ponto de continuação e referência neste trabalho.

E aí, Sr. Presidente – para concluir –, essa frente começou na Bahia...

(Soa a campainha.)



O SR. JOSÉ DE ARIMATEIA – ... chegou a nove Estados, chegou aqui, a esta Casa, através da sua pessoa, como Presidente da Frente, e também do Deputado Federal Antonio Bulhões do PRB.

Isso mostra, Sr. Presidente, senhoras e senhores, que existe a esperança e que vamos continuar a nossa luta e engajar os demais Estados brasileiros, pois o trabalho está apenas começando.

Para concluir, quero dizer que vamos conseguir o objetivo e vamos acabar com aquele nome que está ali: Dia Mundial do Combate ao Trabalho Infantil. Ele será combatido e se tornará a realidade, o sonho do futuro do nosso Brasil, que é essa juventude.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Parabéns, Deputado José de Arimateia.

Eu mandei fazer uma pesquisa no plenário para encontrar algum jovem que quisesse pronunciar-se, falar em nome dos estudantes, dos jovens aqui presentes.

Convidado, então, Thalisson Mesquita Carvalho, aluno aprendiz do Instituto Brasileiro Pró-Educação e Trabalho (Isbet). Ele se ofereceu espontaneamente para falar nesta sessão. Agradeço, Thalisson.

Tem V. S^a a palavra.

O SR. THALISSON MESQUITA CARVALHO – Obrigado pela oportunidade. Bom dia a todos.

Então, a questão do aprendizado para o jovem, a importância em si... Comigo, por exemplo, é a segunda vez que sou jovem aprendiz. Comecei a trabalhar aos 14 anos, como jovem aprendiz, na primeira vez, o que me proporcionou um âmbito de trabalho no qual tive conhecimento em vários quesitos na área administrativa e em outras áreas. Isso ampliou o meu senso da vida, permitindo também – como eu posso dizer? – não apenas visionar um mundo pequeno, mas um mundo em que tenho a visão de querer crescer, poder ser alguém, me tornar, poder trabalhar, ter um trabalho digno, poder fazer as coisas por boa vontade, em que você se senta bem e consiga entender a formação que você possa ter futuramente também.

Então, os institutos de ensino – por exemplo, o Isbet e outros, como vi aqui o pessoal do Salesiano, entre outros também presentes – proporcionam isso para os jovens, independentemente da idade.

Hoje, estou com 22 anos. Já tive outros tipos de trabalho, mas a questão do jovem, para mim, tem essa grande importância justamente. Na empresa onde você trabalha, o jovem tem que ter a ciência de quê? De que o trabalho não é apenas aquilo para receber um salário no final do mês, mas uma questão mais ampla, uma questão de você demonstrar serviço. Sei que algumas coisinhas podem parecer chatas, dependendo do âmbito do trabalho em que você está, dependendo do cargo, do setor, mas, sempre que você demonstra esse trabalho, isso é um crescimento não apenas profissional, mas também um crescimento pessoal, em que você vai estar se dedicando, em que você vai aprender mais, você vai poder buscar cursos profissionalizantes pelas instituições federais e através de outros meios também – alguns locais oferecem cursos *on-line*. Então, uma dica que eu dou, inclusive a todos os jovens, por experiência, por não ser a primeira vez que sou jovem aprendiz, é sempre buscar, sempre tentar demonstrar o serviço, sim. É poder demonstrar não só o seu lado profissional, mas o seu lado pessoal como ser humano.



Hoje, pelo combate ao trabalho infantil, já participei de alguns trabalhos sociais em que vi crianças pequenas, de quatro, cinco anos, praticando trabalho infantil. Um desses trabalhos que realizei era em uma creche na Estrutural. Nossa grupo conseguiu se mobilizar e construir uma creche. Antes, era um barraco de madeirite, e a gente conseguiu fazer um barraco de alvenaria.

Então, conversando com as crianças, a gente via como eles ficavam felizes de a gente chegar, ter essa comunicação, brincar com elas. Mas você também escutava casos de alguém falar... Para uma criança mesmo, o Leonardo, perguntei: "Por que você trabalha no lixão, Léo?". "Não, tio, é porque eu queria ir para o passeio da escola e minha mãe não tinha dinheiro." Então, são coisas que chocam a gente. São coisas que, quando a gente vê, a gente tenta ter uma reação, a gente tenta ter um intuito.

Então, é importante acabar com o combate ao trabalho infantil, e o sistema de aprendizagem também vem trazendo esse meio. Como a pesquisadora aqui já comentou, já tem 17 anos e ainda cita essa questão do trabalho infantil. Coisa que já era para ter acabado há muito tempo.

Sendo que nós, brasileiros, um povo guerreiro, um povo que está aí, na luta, independentemente de quaisquer questões, temos que ampliar esse meio, temos que divulgar mais a questão do trabalho do jovem aprendiz, sendo menor ou sendo jovem, e dando a permissão assim também para as demais pessoas, pessoas de classe média baixa, em que eles podem tentar fornecer, fazendo assim um futuro melhor para si.

Eu agradeço a oportunidade da palavra. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Obrigado, Thalisson Mesquita.

Concedo a palavra à representante do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social – ela é a Presidente desse fórum –, a Sr^a Patrícia Rodrigues do Amaral. (*Pausa.*)

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente de...?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Do fórum...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Exatamente.

O nome que me deram aqui foi Fórum Nacional de Secretários do Trabalho.

Parabéns.

A SR^a PATRÍCIA RODRIGUES DO AMARAL – Muito obrigada, Excelência. Eu é que agradeço.

Inicialmente, quero agradecer a Deus a oportunidade de ter chegado até aqui e dizer que muito me honra, Senador, participar deste momento de construção e de buscas de meios e encaminhamentos.



Estou aqui como Presidente do Fórum de Secretarias de Trabalho e também como representante do Fórum de Secretários de Assistência Social, que contempla todos os Estados da Federação.

Nós, como Secretários de Trabalho e Secretários de Assistência Social, temos a cada dia a consciência de que essas duas políticas públicas carecem e necessitam caminhar de mãos dadas.

Fiquei muito feliz de ouvir o Thalisson dizer da experiência, dizer de toda evolução dele, como cidadão – desde ele menor até agora jovem – dentro das unidades de pesquisa e de trabalho que a gente têm distribuídas em vários dos nossos rincões, não é Drª Mafra?

É muito bom saber que, quando nos unimos em propósito ou em prol de algumas ações, temos resultados positivos.

A erradicação do trabalho infantil é uma fala que temos em todos os Estados brasileiros, fazendo ações, levando para a porta de entrada da assistência social que é o CRAS; para a porta de entrada do trabalho que são os SINEs; pedindo e levando a fala de que precisamos fomentar, de que precisamos dar mais garantias para que essas duas forças de trabalho possam se construir, possam se consolidar neste momento de crise.

Senador Valadares, nós temos a consciência de que, se o trabalho não for fomentado, se os nossos orçamentos não forem construídos com o fim de possibilitar ao SINE dar qualificação, dar acesso ao nosso trabalho dentro da intermediação de mão de obra, não conseguíamos minimizar o nosso desabastecimento também na assistência social.

A assistência social recebe todo aquele trabalhador que não conseguiu aquele acesso ao mercado de trabalho. Infelizmente, nós vemos famílias que estão hoje sem nenhuma possibilidade de sobrevivência e, de repente, ela tem, sim, que colocar o seu filho ali para auxiliar minimamente com aquele mínimo necessário a sua subsistência. E cabe a nós, como entes públicos, como políticos de gestões de políticas públicas, desenvolver ações, potencializar ações, para que possamos, sim, dar um retorno aos nossos jovens, àqueles jovens que aqui estão representados através da música, através do Jovem Aprendiz: a fala de que nós estamos trabalhando com o foco e com a vontade de que o futuro deles seja um futuro sem tantas vulnerabilidades e tantas misérias.

Os Estados, todos eles aqui representados na força desses dois foros, têm a figura de mais de 8 mil CRAS, que são Centros de Referências e que são o aporte inicial das famílias vulneráveis. Temos também mais de 1,8 mil CREAS, que são os centros que tratam das pessoas, das crianças, adolescentes e idosos que foram, de alguma forma, minimizadas nos seus acessos dentro daquela construção de unidade de cidadania.

Enfim, Senador, eu agradeço.

E eu não poderia deixar de falar nesta Mesa e dizer, Ministra, que é uma honra tê-la conosco neste momento e trazer a voz de socorro dos Estados, tanto na política de trabalho quanto na política de assistência social. Carecemos de mais aporte, carecemos de que o nosso Projeto de Lei do SINE seja aprovado, para que a gente possa em si dar mais sustentação ao trabalhador, que tanto necessita da nossa voz.

Todos os Estados estão pedindo socorro, quer seja na política de trabalho, quer seja na política de assistência social, para que os nossos recursos dos nossos equipamentos sejam aportados, e para que seja dada efetividade as nossas ações de qualificação, de aprendizado. Jovem Aprendiz é um sonho de todos os Estados da Federação, porque a gente entende que, através do



trabalho, o trabalho orientado, com dignidade, aos nossos jovens, teremos homens e mulheres muito mais fortalecidos e que irão engrandecer ainda mais o nosso Brasil, que é tão belo.

Mais uma vez, agradeço a presença de todos, agradeço a atenção de todos e espero podermos nos encontrar num momento que não seja de um dia de combate ou de erradicação do trabalho infantil, mas num dia em que possamos verdadeiramente falar que os 2,7 milhões de jovens que nós temos ainda nos indicadores de trabalho infantil não estarão mais na nossa realidade.

Eu agradeço a todos.

Muito bom dia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Agradeço, Secretária.

Concedo a palavra à representante do Ministério Público do Trabalho, a Sr^a Eliane Araque dos Santos.

A SR^a ELIANE ARAQUE DOS SANTOS – Bom dia a todos.

Gostaria de cumprimentar o Senador Antonio Carlos Valadares, na pessoa de quem eu cumprimento os demais membros da Mesa.

Gostaria de agradecer ao Senador a oportunidade de estar aqui, e gostaria de parabenizá-lo por chamar esta sessão num dia tão importante.

Perguntaram-me o porquê deste dia e qual a sua importância. Ele é importante – e é necessário que estejamos aqui – porque o Brasil, até o momento, não cumpriu alguns compromissos perante a comunidade internacional e também perante a sociedade. E aí, mais ainda, perante as suas crianças e os seus jovens.

Agradeço ao Thalisson por estar aqui, por nos ter dado o seu depoimento da importância da Lei de Aprendizagem, da importância de estar inserido em contratos de aprendizagem e de quanto aprendeu, não só voltado para o mercado de trabalho, como também para a construção da sua subjetividade como pessoa. E daí ele evidencia a importância e o significado do trabalho para cada um de nós.

Que compromissos eu falo que o Brasil não cumpriu? O Brasil não cumpriu o compromisso de, até 2016, erradicar as piores formas de trabalho. E isso é documentado nos dados da PNAD, que nos apontam infelizmente um crescimento de crianças engajadas no trabalho na idade de 5 a 9 anos e na idade de 5 a 14 anos.

E é interessante observar que, quando a gente fala, por exemplo, em 2,7 milhões de crianças envolvidas no trabalho, nós temos os dados relativos à educação, que nos dizem, que nos colocam que temos 2,8 milhões de jovens, crianças e adolescentes, afastados da escola, com defasagem escolar, sem um aprendizado pleno ligado à sua idade e à série em que estão. E daí isso demonstra que, na verdade, nós estamos caminhando para não cumprir outra meta: que seria a da erradicação do trabalho infantil até 2025.

Então este é um momento muito importante para todos nós, porque nós precisamos ter consciência desses dados, precisamos ter consciência da importância dessa nova geração para o futuro do Brasil e precisamos atuar em parceria, porque cada um de nós, cada um dos que vieram aqui a esta tribuna mostrou a importância do trabalho que desenvolve nas suas bases – as secretarias de Estado de trabalho e de assistência social; as municipais também; a Ministra Kátia falando, colocando a questão do engajamento do TST, e portanto, de toda a Justiça do Trabalho; o Ministério do Trabalho e Emprego; este Senado Federal.



Nós temos aqui, vai entrar em debate, a reforma trabalhista. Ora, essa reforma vai precarizar as relações de trabalho. E precarizando as relações de trabalho, qual é o resultado? Em que ela vai repercutir? Vai repercutir nas crianças e nos adolescentes, que vão ter ainda mais dificuldade de se manter na escola e de se manter fora do trabalho.

Então a gente precisa pensar nessa questão do trabalho infantil e dos compromissos que o Brasil tem com relação às suas crianças e aos seus adolescentes – o que o Senador Cristovam colocou aqui: a importância da solidariedade. O que é que significa solidariedade social? Significa a gente ver 100 milhões de crianças no mundo envolvidas no trabalho (sendo prejudicadas, tendo o seu desenvolvimento, tendo seus direitos negados) como sendo a história de cada um de nós e de cada uma das nossas crianças. E por isso nós somos responsáveis também.

Se nós somos responsáveis, num contexto de solidariedade social, por essas 100 milhões de crianças que estão sendo exploradas e têm seus direitos negados, mais ainda quanto a 2,8 milhões ou 2,7 milhões de crianças e adolescentes no nosso País. Se a gente quer cumprir, por exemplo, as metas da ONU para o milênio... Porque a ONU tem feito sucessivas assembleias com os países, buscando o seu comprometimento no sentido de um desenvolvimento sustentável, e esse desenvolvimento sustentável tem como referência básica o trabalho decente. E um trabalho decente tem como referência básica a não precarização das relações de trabalho.

Então, nós precisamos não perder de vista todo esse contexto, senão vai chegar 2025 e a gente não vai cumprir a meta de erradicação de trabalho infantil. E aí, sim, estaremos aqui e teremos que nos lamentar – nós, que somos responsáveis, cada um individualmente e no seu trabalho, por caminhar no sentido de uma sociedade justa e solidária – de não termos cumprido o nosso papel individual e coletivo.

(Soa a campainha.)

A SR^a ELIANE ARAQUE DOS SANTOS – Então, este momento é importante sim, Senador, porque a gente precisa realmente tomar como responsabilidade nossa e tomar como meta erradicar o trabalho infantil, não só nas piores formas, mas de um modo geral, e garantir que os jovens não venham mais compor o percentual, o grande percentual de desempregados. Mas não para terem um emprego precarizado, não para terem qualquer trabalho. É para que eles possam estar inseridos numa capacitação, numa aprendizagem que possa lhes dar condições e oportunidades nesse mercado de trabalho cada vez mais complexo e difícil e que também possa lhes dar um conhecimento de si mesmos, para que possam olhar para o trabalho como algo que os valorize, como algo que realmente venha a construir, no sentido da sua subjetividade como indivíduo.

E é isso que...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Concedo mais um minuto para V. S^a.

A SR^a ELIANE ARAQUE DOS SANTOS – O.k. Eu estou terminando.

E que na verdade a gente, efetivamente, esteja caminhando no sentido de construir uma sociedade mais justa e solidária.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Obrigado.



Concedo a palavra ao Sr. Gustavo Leal, Diretor de Operações do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Senai.

E, para encerrar, concederei, em seguida, a palavra à Srª Ana Cláudia Rodrigues Monteiro, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

O SR. GUSTAVO LEAL – Bom dia a todos!

É um prazer estar aqui e quero agradecer ao Senador Valadares o convite feito ao Senai, para que pudesse participar deste dia.

Eu vou falar aqui rapidamente sobre a importância da aprendizagem no processo de inserção da juventude brasileira, que é a principal arma que certamente temos para combater o trabalho infantil. A educação é a principal arma e, dentro da educação, a gente tem a aprendizagem como uma possibilidade muito interessante. Muito já foi feito, está sendo feito, mas a gente acha que podemos avançar muito mais.

A aprendizagem é, talvez, o estado da arte da educação profissional, porque ela tem a participação do setor produtivo na formação do jovem. Então, por esse motivo, a aprendizagem nos países desenvolvidos é utilizada de forma intensa na preparação do jovem para o mundo do trabalho, principalmente ligada às demandas do futuro.

Na Europa, nós temos cerca de 3% a 4% de aprendizes em relação ao número de trabalhadores da economia. Aqui no Brasil, a gente chegou a 0,7. E lá é voluntário: o setor produtivo participa voluntariamente da aprendizagem. E aqui é obrigatório. Então, há um enorme espaço de adequação da aprendizagem, para que ela possa vir, efetivamente, a se transformar em uma ferramenta poderosa de transformação da juventude brasileira. Mas, para isso, a gente precisa mudar algumas coisas.

O que é que a gente observa quando olha o número de aprendizes, hoje, no cadastro do Ministério do Trabalho? Cerca de 61% dos aprendizes no Brasil, hoje, estão ligados a custos administrativos. Ora, há uma defasagem entre a oferta e a necessidade do setor produtivo. Esse descasamento cria tensão. O setor produtivo termina não enxergando o valor nos cursos que estão sendo oferecidos e oferece, muitas vezes, até resistência na contratação dos aprendizes. Então, nós precisamos pensar um novo marco regulatório de aprendizagem, que elimine esse tipo de conflito, e passar a ter um ciclo mais virtuoso nisso. Se nós formos olhar, o que o setor produtivo precisa em termos de formação profissional, em termos de qualificação profissional? E como os programas de aprendizagem industrial podem estar trabalhando e dialogando com isso, no sentido de ter um leque de oferta amplo e aderente às necessidades das empresas, e não uma oferta concentrada em uma área que não gera empregabilidade?

Então, se nós olharmos pelo lado da empresa, é preciso ampliar a oferta de programas aderentes às suas necessidades; e, se nós olharmos pelo lado do jovem, é extremamente tímido o potencial de transformação nas suas vidas que o modelo de aprendizagem de hoje tem. E nós temos aí uma enorme oportunidade advinda do novo modelo do ensino médio, recém-aprovado aqui no Congresso. Temos a oportunidade de casar a educação profissional com o novo ensino médio, no chamado itinerário número 5, e propiciar uma ampliação da oferta de bons programas de educação profissional aos jovens da escola pública brasileira. Quer dizer: há aí um enorme potencial para a gente pensar, enxergar um programa de aprendizagem do século XXI, alinhado com as necessidades das empresas e tendo um enorme poder transformador na vida dos jovens, abrindo, de fato, o mundo do trabalho, para que os jovens possam ter uma inserção pela porta da



frente. Para fazermos isso, nós precisamos rever e discutir o que seria esse novo modelo de aprendizagem do século XXI.

No nosso entendimento – e nós trazemos isso como discussão, como proposta, como subsídio para o debate –, nós achamos que três coisas são essenciais: primeiro, é preciso fortalecer o caráter educacional da aprendizagem. A aprendizagem é educação – é educação!; segundo, é preciso aumentar a atratividade desses programas para o jovem, para a juventude brasileira; e é preciso aumentar o interesse das empresas por esses programas de aprendizagem. Como fazer isso?

Em relação a aumentar a pegada educacional da aprendizagem, nós acreditamos que é preciso estabelecer critérios claros de credenciamento de instituições que ofereçam aprendizagem, e isso deve ser feito pelo sistema oficial de ensino – aprendizagem é educação; implementar um programa de avaliação desses cursos vigoroso; expandir o tempo de contrato da aprendizagem, que hoje é de um ano ou no máximo dois anos. Ampliar-se-ia isso para três anos, para que possamos dialogar com o novo ensino médio e criar, aí, oportunidades e condições de programas muito mais densos em termos de conteúdo tecnológico. No caso da indústria, nós estamos à beira da nova revolução industrial. A manufatura avançada é uma outra forma de produzir, que vai exigir um perfil de competências extremamente robusto, para que a juventude possa acessar esse mundo.

(Soa a campainha.)

O SR. GUSTAVO LEAL – Finalizando, Senador – eu sei que o tempo já está bastante... –, nós precisamos ampliar a formação de técnicos de nível médio.

É preciso alterar, na nossa visão, a idade mínima do aprendiz. Ele tem que concluir. Toda criança deve concluir o ciclo da educação fundamental. E, quando ele terminar o ciclo da educação fundamental e iniciar o ensino médio, aí, sim, isso poderá ser casado com um bom programa de aprendizagem. Essa é a oportunidade que temos no novo ensino médio.

Atualizar a CBO. Definir, junto com o setor produtivo, empresários e trabalhadores, junto com o Ministério do Trabalho, com o Ministério Público do Trabalho, enfim, com todos os atores envolvidos, quais ocupações, de fato, merecem uma formação metódica, que, de fato, traga uma formação que faça sentido...

(Soa a campainha.)

O SR. GUSTAVO LEAL – ... para o jovem, para a juventude brasileira.

Enfim, Senador, são essas as propostas, as sugestões.

Nossa crença é a de que nós precisamos ter uma aprendizagem do século XXI para a juventude brasileira. E não se trata de tornar a aprendizagem elitista. Trata-se de tornar a aprendizagem aderente às necessidades da sociedade do conhecimento a que o Senador Cristovam se referiu.

O público-alvo é o mesmo: crianças pobres da rede pública estadual. Agora, dar a essas crianças pobres, de fato, uma educação transformadora, através da potencialidade de interação entre o ensino médio, a aprendizagem industrial e a formação profissional.

É isso. É para o debate.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Agradeço ao Sr. Gustavo Leal.



Agora, convido a ocupar a tribuna a Sr^a Ana Cláudia Rodrigues Monteiro, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

Agradeço a V. S^a.

A SR^a ANA CLÁUDIA RODRIGUES MONTEIRO – Boa tarde a todos e a todas.

Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Senador Antonio Carlos Valadares, a quem já cumprimento e parabenizo pela oportunidade deste evento, desta solenidade que marca o 12 de junho.

Quero também cumprimentar todos os componentes da Mesa na pessoa da minha colega Subprocuradora-Geral do Trabalho, Eliane Araque dos Santos, que tão bem representa o Ministério Público do Trabalho aqui.

Bom, esta é uma oportunidade. É mais um 12 de junho que traz à tona este assunto do trabalho infantil, que é uma chaga tão grave e muitas vezes tão tolerada também por todos nós, brasileiros.

Essa pauta não deve se restringir a junho. Essa pauta deve estar o tempo todo aí presente, viva, para que nós todos nos mobilizemos, para que as nossas crianças, nossos jovens, tenham uma formação, um futuro melhor do que estão tendo agora. São tantas crianças – os números dizem isso: 2,7 milhões ou 2,8 que sejam – ainda nessa situação de trabalho precoce e excluídas da proteção do Estado, excluídas do convívio familiar, excluídas da educação principalmente, mas excluídas, de uma maneira geral, do exercício dos direitos mais básicos de todos nós, brasileiros, assegurados na Constituição.

E quando a gente vai tratar dessa situação do trabalho infantil – e aí eu já começo dizendo que eu sou Procuradora do Trabalho, atuo aqui no Distrito Federal –, a gente verifica, muitas vezes, nos embates do dia a dia, que um dos grandes entraves do trabalho infantil é realmente a cultura, a cultura que cerca, consolida e fundamenta o trabalho infantil no nosso País, aquela coisa de dizer que, para criança pobre, é melhor trabalhar do que roubar ou é melhor trabalhar de que estar na rua usando drogas. Nisso, a gente acaba se perdendo na função primordial de proteger nossas crianças e de propiciar a elas, pelo menos, a educação.

E a gente, como eu digo, nesse embate do dia a dia, vê que essas famílias muitas vezes premidas, normalmente premidas pela dificuldade financeira, pela pobreza, empurram suas crianças para o trabalho precoce. E eu arrisco dizer que o fazem não porque querem, mas porque muitas vezes não veem outra saída e, assim, acabam proporcionando aos seus filhos essa situação de absoluta violação, de absoluta exploração daquela pessoa em desenvolvimento.

E me parece que é primordial, como bem destacou aqui minha colega, a Dr^a Eliane Araque, que nós voltemos lá, ao que está na Constituição, para lembrarmos que cabe a nós, sociedade, ao Estado e à família proporcionar a toda criança, adolescente e jovem o exercício do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à qualificação profissional, ao lazer, entre outros muitos direitos. E, mais que isso, proteger nossas crianças de toda sorte de abusos e de violência. Isso não tem acontecido, a gente está vendo aí.

Então, mais do que nunca, nós, sociedade, entidades públicas, privadas, que compomos essa rede – esse trabalho é muito importante que seja realizado em rede –, precisamos unir forças para que mudemos essa situação e para que cobremos que o Estado efetivamente cumpra a sua função de proporcionar uma educação de qualidade, uma educação atrativa, que mantenha essas crianças e os jovens realmente na escola, ocupados com atividades que reforcem a sua personalidade, formem seu caráter e os preparem para uma vida adulta digna.



E precisamos também reforçar a rede de assistência social, que é tão precária, porque, se as famílias realmente permitem ou levam suas crianças a trabalhar, é certamente porque elas precisam de um apoio. E essa solução não vem do trabalho da criança; essa solução tem que vir do Estado, que tem que prover alguma assistência, para que essas famílias se equilibrem financeiramente, psicologicamente, emocionalmente, enfim, para que haja um ambiente propício para que as nossas crianças e jovens se desenvolvam e cheguem aonde nós esperamos e toda a nossa sociedade espera.

Ainda ontem... Eu digo isso, porque eu tenho essa convicção de que as famílias não simplesmente optam por mandar o seu filho vender bala no sinal ou trabalhar no lixão. Ontem mesmo... E aí exemplifico com uma matéria jornalística que li ontem no *Correio Braziliense* aqui, em Brasília, em que se conta a história de um bebê que foi sequestrado há poucos dias no DF, e felizmente foi recuperado pelos pais, mas esses pais é que chamam a atenção, porque são dois jovens, a mãe de 19 anos. Aí conta que ela veio para cá, para Brasília, com 15 anos, e veio, salvo engano, do Piauí; começou a trabalhar em trabalhos precários – lá não tem essa informação, mas certamente não teve oportunidade de estudar, e o pai também –, mas a fala dela é que é interessante: ela diz que quer afastar o filho do lixão, esse bebê que foi recuperado. Ela quer afastar o filho do lixão e quer que o filho dela estude para ter uma vida melhor do que a dela e a do marido.

Então, esse parece-me que é o sentimento das famílias brasileiras. A gente tem que apoiar, a gente tem que fazer isso acontecer. Então, todos nós, Ministério Público, Justiça do Trabalho – e aí saúdo, de maneira especial também, a Ministra Kátia Arruda – e todas as instituições que compõem essa grande rede de combate ao trabalho infantil, temos que envidar mais esforços, talvez mudar estratégias, enfim, o Estado brasileiro tem que se engajar efetivamente nisso.

Aí, quero, por fim, o tempo já está se esgotando, chamar atenção ainda nessa questão da cultura e do que fazer para resolver a chaga do trabalho infantil.

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA CLÁUDIA RODRIGUES MONTEIRO – Não se resolve a questão do trabalho infantil diminuindo a maioridade para o trabalho. Aí chamo a atenção para a PEC 18, de 2011, que tramita na Câmara dos Deputados, e rogo a este Parlamento que não deixe que isso se materialize. Isso é a consolidação dessa cultura de que é melhor criança... Quer dizer, resolve-se o problema da criança pobre, dos excluídos assim: deixe trabalhar, porque aí é menos um para que o Estado tenha que realmente cuidar, tenha que cumprir o seu papel de prover os direitos mais básicos e fazer exercer os direitos mais básicos. Então, rogo a este Parlamento, repito, para que não deixe, que rejeite veementemente essa PEC 18, porque certamente reduzir de 16 anos para 14 anos a idade para o trabalho não é a solução para o trabalho infantil. É, mais uma vez, dizer que o Estado...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA CLÁUDIA RODRIGUES MONTEIRO – ... não conseguindo cumprir o seu papel de proporcionar uma educação e de proporcionar uma vida digna para as famílias, vai – entre aspas, entre todas as aspas – "resolver" o problema desta forma: empurrando as crianças de forma institucionalizada para o trabalho infantil.



Então, mais uma vez, agradeço pela oportunidade.

A ANPT (Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho) se soma a todas as instituições, principalmente ao nosso Ministério Público do Trabalho, do qual fazemos parte, nessa luta que é de todos nós – repitamos: do Estado, da família e da sociedade.

Não ao trabalho infantil, chega de trabalho infantil! Vamos trabalhar cada vez mais forte, para que essa realidade mude e que as nossas crianças tenham condições de estudar, de brincar, enfim, de se preparar para uma vida adulta de forma a exercer...

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA CLÁUDIA RODRIGUES MONTEIRO – ... plenamente os seus direitos de cidadania.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Agradeço à Dr^a Ana Cláudia por sua participação.

Antes de encerrar esta sessão dedicada à comemoração do Dia Mundial do Combate ao Trabalho Infantil, quero agradecer, em nome do Senado Federal e também da Frente Parlamentar de Apoio ao Protagonismo Infantojuvenil, as presenças marcantes, inclusive das pessoas que aqui debateram a problemática e o combate ao trabalho infantil, como também as considerações sobre a Lei da Aprendizagem, participações que, eu tenho certeza absoluta, fazendo parte dos *Anais* do Senado Federal, as futuras gerações haverão de ler o que aqui foi dito para o bem do Brasil, e que, quanto ao combate ao trabalho infantil, que hoje foi comemorado em solenidade, em dias futuros, não seja mais necessário que isso aconteça; que passemos a realizar, no Brasil, somente para as pessoas, para os jovens entre 14 e 16 anos o ensino aprendizagem, que é muito importante para a preparação daqueles que, no futuro, participarão do mercado de trabalho, em obediência aos ditames legais e também às leis internacionais, às resoluções internacionais de proteção contra o trabalho infantojuvenil.

Encerro esta sessão, parabenizando todos.

Muito obrigado.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 14 minutos.)



**Ata da 86^a Sessão, Debates Temáticos,
em 12 de Junho de 2017**

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura

Presidência dos Srs. Fernando Collor e Jorge Viana.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 34 minutos e encerra-se às 17 horas e 22 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão destina-se a debate temático sobre os 25 anos da Rio 92 e da Convenção do Clima, nos termos do Requerimento nº 406, de 2017, de S. Ex^a o Senador Jorge Viana e outros Srs. Senadores.

Esta sessão será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania ou do link www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Convido para compor a Mesa: S. Ex^a a ex-Ministra do Meio Ambiente de 2010 a 2016, Sr^a Izabella Mônica Vieira Teixeira; (*Palmas.*)

Ex-Ministro de Estado do Meio Ambiente no ano de 1992, Sr. Prof. José Goldemberg; (*Palmas.*)

S. Ex^a o Embaixador Marcos Azambuja, Coordenador da Conferência Rio 92; (*Palmas.*)

O Subsecretário-Geral da Organização das Nações Unidas e Diretor-Executivo da ONU Meio Ambiente, Sr. Erik Solheim. (*Palmas.*)

Convido a todos para, em posição de respeito, ouvirmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Gostaria de convidar para compor a Mesa S. Ex^a a Sr^a Deputada Bruna Furlan, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Gostaria de convidar para fazer parte da Mesa o Presidente do GT Organizador da Rio 92, S. Ex^a o Embaixador Carlos Moreira Garcia. (*Palmas.*)

Gostaria de agradecer, em nome da Mesa Diretora dos trabalhos, a presença de todas as senhoras e de todos os senhores, representados na figura de S. Ex^a o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, que teve um papel primordial para que a Conferência Rio-92 pudesse ser realizada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro.

Sejam todos muito bem-vindos. (*Palmas.*)

Passo a Presidência dos trabalhos a S. Ex^a o Senador Jorge Viana, Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional.

(O Sr. Fernando Collor deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Queria cumprimentar todos os convidados que estão nos dando a honra de suas presenças aqui à Mesa.

A pedido do Ministro Herman Benjamin, justifico sua ausência. Era um convidado especial pela relação que tem, no Judiciário brasileiro, com a causa ambiental. Ele pede, por questões de saúde, que eu justifique sua ausência. Ele esteve aqui no Senado, pessoalmente, fazendo essa justificativa.



De modo muito especial, queria também agradecer, como já fez o Senador que fez a abertura desta sessão, Senador Fernando Collor, a presença de muitos que colaboraram e que colaboram com a causa ambiental e com a agenda do nosso Planeta.

Quero, de modo muito especial, cumprimentar o Embaixador Marcondes, que é o negociador e que aqui representa também S. Ex^a o Ministro de Relações Exteriores do nosso País, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

É muito importante cumprimentar Alfredo Sirkis, Secretário-Executivo do Fórum de Mudança Climática, e todos que compõem o Fórum.

E eu queria dizer que, num entendimento – porque esta é uma sessão de comum acordo com a Comissão de Relações Exteriores e a Comissão de Mudanças Climáticas –, nós estamos promovendo esta sessão. E, claro, com a Presidência da Casa, e, em nome do Senador Eunício Oliveira, queria agradecer a todos os servidores da Casa que nos ajudaram a organizar esta sessão. Ela é muito especial para nós.

Foi exatamente neste período, 25 anos atrás – hoje é dia 12 de junho, uma data muito especial –, que a Rio 92 aconteceu. E, por tudo que tem ocorrido até aqui e o que ainda haverá de ocorrer nesta agenda do clima, do meio ambiente, das nações que compõem este Planeta, nós achamos e entendemos – o Presidente da Comissão Senador Fernando Collor e eu, como Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas – que deveríamos fazer esta sessão solene.

E, sem delongas, procuramos dividir pelo menos em duas partes. Num primeiro momento, resgatar o momento histórico da Rio 92. E, por coincidência boa que o destino nos oferece, o então Presidente da República na época Fernando Collor é hoje Senador e Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado; e ninguém melhor que ele para iniciar esta sessão, contando um pouco e falando da importância daquele tempo que vivemos no Brasil e que, a partir daquela data, mudou a agenda do Planeta.

Eu convido, para fazer uso da tribuna, S. Ex^a o Sr. Senador Fernando Collor de Mello, ex-Presidente da República e que foi determinante para a realização e o sucesso da Rio 92.

V. Ex^a tem a palavra, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco Moderador/PTC - AL. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Excelentíssimo Sr. Presidente desta sessão de lembrança da passagem da Conferência Rio 92, realizada há 25 anos, em nosso País, Senador Jorge Viana; excelentíssimos senhores que compõem a Mesa Diretora dos trabalhos; minhas senhoras e meus senhores, há 25 anos, em 3 de junho de 1992, o Brasil inaugurava a maior conferência internacional de todo o século XX. Recebíamos chefes de Estado e de Governo de 179 países, representantes de todos os grandes organismos internacionais, de todas as organizações não-governamentais que tratavam da sustentabilidade de nosso planeta.

Naquela primeira quinzena de junho, as atenções da humanidade estiveram voltadas para as questões essenciais da vida, do desenvolvimento e da justiça na Terra. E o Rio de Janeiro foi o cenário dessa nova consciência, dessa nova vontade, dessa nova esperança.

Animava-nos, a todos, o “espírito do Rio”, como o definia Boutros-Ghali, então secretário-geral das Nações Unidas. Inspirava-nos o desafio histórico e a obrigação ética de forjar um novo modelo de desenvolvimento. A Rio-92 significava uma oportunidade histórica de redenção e a oportunidade para que o Brasil pudesse ser o palco de um novo contrato social internacional que, inspirado no



princípio da solidariedade, pudesse unir toda a comunidade dos Estados em torno de uma causa comum. E assim fizemos.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores, tenho o orgulho de não ter poupado esforços, como Presidente da República à época, para que os caminhos do desenvolvimento sustentável se tornassem mais nítidos e mais consolidados. Aqui, durante a Rio 92, firmamos três acordos ambientais, assinados por 175 líderes, e posteriormente ratificados pela imensa maioria dos países: a Convenção sobre Diversidade Biológica; a Convenção para o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca; e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Aqui elaboramos a Declaração de Princípios sobre Ecossistemas Florestais. Aqui formulamos a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento, versão seminal da Carta da Terra. Aqui definimos a Agenda 21, documento-base para a elaboração dos planos nacionais de preservação do meio ambiente e principal instrumento de avaliação do desempenho ambiental dos países signatários.

No Rio de Janeiro, opusemos, à perspectiva de um futuro distópico, a utopia de um congraçamento universal; combatemos o imediatismo com o planejamento de longo prazo; e exortamos o mundo à paz e à justiça social.

Reconhecemos ali a diferença entre poluição consciente, proveniente do excesso, e poluição inconsciente, derivada da falta. E admitimos que os adversários mais persistentes do equilíbrio ambiental são a ganância: a busca do lucro a qualquer preço; e a miséria: a busca da subsistência por qualquer meio. Em oposição a um e outro, enfatizamos a necessidade de um princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, com compromissos específicos para as nações desenvolvidas. E encorajamos uma reconversão econômica que produzisse estabilidade regional e global, que pacificasse a disputa entre os detentores dos recursos genéticos e os detentores dos meios científicos e tecnológicos, e que permitisse o desenvolvimento social sem degradação da natureza e com impacto ambiental assimilável.

A partir da Rio-92, a consciência de nossa biodiversidade e das potencialidades da biotecnologia se tornou mais disseminada; a disposição para a proteção ambiental, mais amadurecida; e as alternativas de desenvolvimento sustentável, justo e equilibrado, mais concretas. Cheguei mesmo a sugerir, à época, que passássemos a mensurar o Produto Nacional do Bem-Estar, que incluiria indicadores de liberdade e harmonia social, de diversidade cultural, de integração racial e respeito ao meio ambiente.

E aqui, Sr. Presidente, registro a importância e o papel do Secretário Nacional de Meio Ambiente de meu governo, entre 1990 e 1992, José Lutzenberger. Apesar de reações contrárias ao seu nome por setores mais conservadores, ele se mostrou a personalidade determinante na inspiração, na condução e na disseminação da causa ambiental e nos resultados da Rio 92. A ele, in memoriam, rendo as minhas homenagens e o meu agradecimento, assim como, também in memoriam, ao governador do Rio de Janeiro em 1992, Leonel Brizola, e ao então prefeito da cidade, Marcelo Alencar.

Da mesma forma, devo ressaltar a imprescindível atuação do Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, nas discussões e negociações em foros internacionais para definição do Brasil, e do Rio de Janeiro, como sede daquela segunda Conferência Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Sua habilidade na articulação diplomática garantiu a escolha brasileira para a Rio 92 e, ao mesmo tempo, o cargo de Secretário Executivo da Conferência ao canadense Maurice



Strong, cujo país também pleiteava recepcionar o encontro. Igualmente, a ele, Maurice Strong, bem como ao Embaixador Marcos Azambuja, Coordenador da Conferência no Brasil, aos Embaixadores Carlos Moreira Garcia e Marcílio Marques Moreira e, ainda, aos ministros da Relações Exteriores Francisco Rezek e Celso Lafer, devemos reverenciar pela competência e dedicação aos trabalhos da Rio 92.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores, procurei fazer, de meu governo, o exemplo a ser seguido, com a demarcação de terras indígenas dos Ianomâmi, dos Caiapó e dos Mekrâgnobi; com a assinatura do acordo Brasil-Argentina para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear; com as diligências, junto à Agência Internacional de Energia Atômica, para contra-arrestar a corrida armamentista e a proliferação nuclear, bem como banir as armas químicas e bacteriológicas; e com uma política de conservação, de proteção e de recuperação ambiental que estivesse em consonância com os objetivos e as metas definidos na Rio-92.

A Rio-92 representou um divisor de águas. Três anos mais tarde, as conferências anuais das partes – as COPs – começaram a detalhar as estratégias para um mundo mais hígido. Na COP-3, em 1997, em Quioto, Japão, firmou-se o Protocolo para a redução das emissões de gases do efeito estufa, e foram criados os certificados de carbono e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Na COP-5, em 1999, em Bonn, Alemanha, tiveram início as reuniões sobre a mudança de uso da Terra e das florestas.

No entanto, a agenda ecológica terminou por ser atropelada pela nova ordem mundial, que, sobretudo a partir do início dos anos 2000, voltou a colocar o planeta em segundo plano. Diferentemente do esperado, a multipolaridade que emergiu da Guerra Fria não nos trouxe um mundo de paz e harmonia, mas de guerras e disputas localizadas, acirradas pela ameaça terrorista. Neste choque de civilizações, neste clima generalizado de instabilidade e insegurança, nesta competição fratricida entre blocos regionais, a primeira vítima foi o consenso ecológico internacional.

Embora a agenda global tenha sido irreversivelmente afetada pela Rio-92, os instrumentos elaborados durante a Cúpula da Terra terminaram por se revelar insuficientes: a não-ratificação do Protocolo de Quioto pelos Estados Unidos e uma nova escalada de políticas isolacionistas fizeram com que as metas estipuladas fossem objeto de um relaxamento generalizado, ainda que as anomalias climáticas confirmassem uma tendência de aquecimento global que precisava ser urgentemente estancada.

Foi então, Sr. Presidente, Senhoras e Senhores, que, para resgatar o “espírito do Rio”, requeri a este Senado, em 2007, a realização de um novo encontro, a Rio+20, aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2009, e realizado no início de junho de 2012, quando expiravam as metas iniciais propostas pelo Protocolo de Quioto.

A Rio+20, embora tenha produzido resultados importantes, não teve o mesmo poder e o mesmo alcance da Cúpula da Terra. Mas conseguimos, ali, operar a defesa do legado conceitual e jurídico da Rio-92 e consolidar o princípio do não-retrocesso, de forma a evitar que prosperassem as tentativas revisionistas de recuo em relação aos objetivos, metas e direitos acordados nas convenções e nos tratados internacionais já firmados, que erigimos em patrimônios irretratáveis da comunidade de nações. Trata-se de princípio jurídico fundamental nos diversos postulados ambientais, que serve de contrapeso a possíveis decisões políticas.



Também avançamos em relação às alternativas e perspectivas da economia verde e de governança global. E reafirmamos a interdependência entre os três pilares do desenvolvimento sustentável: o pilar econômico, o pilar ambiental e o pilar social. Mas, não posso deixar de observar que nos deparamos com um déficit de implantação que, ainda hoje, nos impede de avançar mais.

A emenda de Doha ao Protocolo de Quioto, um dos subprodutos da Rio+20, que estabelece novas metas de redução de emissões até o ano de 2020, foi aprovada, até o momento, por apenas 77 Estados, metade do requerido para que entre em vigor.

A saída da Rússia, do Canadá e do Japão, que haviam ratificado a primeira versão do Protocolo, complica ainda mais o cenário. A própria demora do Brasil em ratificar a Emenda é constrangedora: o Projeto de Decreto Legislativo, o PDC 433, de 2016, que trata do tema, está parado na Câmara dos Deputados desde o fim do ano passado, aguardando parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

É bem verdade, Sr. Presidente, Senhoras e Senhores, que, nesse meio tempo, ratificamos o Acordo de Paris costurado na COP-21, cujo objetivo é limitar o aquecimento global a menos de 2 graus Celsius até o ano 2100, em comparação com as temperaturas médias da era pré-industrial. O Brasil se comprometeu com a redução de 37% das emissões de carbono até 2025, e com o indicativo de redução de 43% até 2030, tomando por base o ano de 2005. Mas de nada adiantarão esses esforços se não houver um movimento internacional coordenado.

Embora sejamos hoje o sétimo maior poluidor do planeta, somos responsáveis por pouco mais de 4% das emissões de gases que causam o efeito estufa. Sem que as iniciativas de redução sejam também adotadas em âmbito planetário, e principalmente pelas economias desenvolvidas, dificilmente a meta será atingida. E não podemos perder de vista que a contenção do aquecimento global, apesar de necessária, não é suficiente.

Apesar de deter 20% da água potável de todo o mundo, o Brasil hoje tem sede, e não há mais como adiar uma reformulação completa da gestão de nossos recursos hídricos. O desmatamento na Amazônia, que vinha retrocedendo, cresceu quase 30% em 2016. E, mesmo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, despejamos ainda 30 milhões de toneladas de lixo por ano de forma inadequada em quase 3 mil lixões e aterros irregulares, com impacto negativo na qualidade de vida de 77 milhões de brasileiros.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores, repito que, para alguns eventos, não é preciso aguardar o julgamento da História. Vejam o que se passa com o Distrito Federal, que enfrenta um racionamento de água há mais de quatro meses; vejam o que se passa com o rio São Francisco que, assoreado, vai se transformando em um enorme areal; vejam o que se passou com o Rio Doce, convertido em um curso estéril de lama; vejam o que se passa no Nordeste, que viveu a pior seca dos últimos cem anos. É já passada a hora de agir!

Por isso, gostaria de me valer aqui desta Sessão de Debates para lançar um apelo: que o “espírito do Rio” volte a animar esta Casa. Que este Senado Federal tome a dianteira na causa ambiental. O passo inicial já foi dado com a iniciativa do Senador Jorge Viana, presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas – juntamente com outros senadores –, de propor este primeiro grande debate pelo transcurso dos 25 anos da Rio 92.

Nesse sentido, Sr. Presidente, Senhoras e Senhores, proponho a criação, no âmbito do Senado Federal, de uma Instituição Ambiental Independente, com o objetivo de acompanhar e articular com



foros e Assembleias legislativos de nações mais reticentes ao cumprimento das metas do Acordo de Paris, oriundo da COP 21. Com um conselho executivo enxuto, pragmático e apartidário, a Instituição seria estruturada com autonomia de atuação, poder de mobilização e capacidade de mobilidade para exercer atribuições específicas de assessoramento e convencimento de atores influentes e decisivos no conjunto dos países.

Sua composição contaria com representantes do mundo científico, da sociedade civil e do Senado Federal, todos de reconhecida autoridade na causa ambiental. Trata-se, assim, de modelo de organização similar ao grupo executivo que criei durante os preparativos da Rio 92 que, sob o comando e a competência do Prof. José Goldemberg, Secretário de Meio Ambiente do meu governo – a quem aqui agradeço – promoveu um autêntico périplo pelo mundo com o papel de mensurar a adesão aos propósitos da Conferência; de persuadir com argumentos as personalidades e nações resistentes; e, ainda, de aparar arestas no plano técnico e político.

Sem dúvida, Sr. Presidente, a criação dessa Instituição seria uma salutar contribuição do Poder Legislativo para o rearranjo das relações exteriores perante as ameaças ambientais que advirão com a decisão dos Estados Unidos de sair do Tratado de Paris.

E penso que poderíamos marcar também o nosso compromisso com a responsabilidade ambiental pela ratificação – antes da reunião da COP 23, na Alemanha – da Emenda de Doha, tão logo nos seja encaminhada pela Câmara dos Deputados. Cumpre-nos, pois, instar aquela Casa para acelerar a tramitação do PDC 433, de 2016.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores, o Planeta é um só... indivisível. Como relembrou o presidente Macron, não existe Plano B, porque não há Planeta B1. Portanto, não há saída! Cada atitude do passado – e do presente – pertence à morte do astro. O resto será silêncio!

Não existem fronteiras para o meio ambiente. A preservação ambiental não admite barreiras nem muros que possam salvar um país em detrimento de outro. Não há como isolar a poluição, circunscrever os seus danos ou criar campânulas particulares. Ao contrário, temos apenas uma redoma que encobre todo o planeta: a redoma da camada de ozônio que, progressivamente, está sendo destruída pela cegueira, pela irresponsabilidade e pela estupidez humana.

O aquecimento global é fenômeno incontestável, a despeito do ceticismo de uma minoria. A extinção de espécies marinhas e animais é real. Os ecossistemas estão se desintegrando. Os mananciais se contaminam. O desmatamento avança. As calotas polares degelam, a ponto de já servirem como rotas comerciais, como o “Caminho do Ártico”. Países irão desaparecer com a elevação dos mares. Chegamos ao extremo de uma nação, como Kiribati, ter comprado 2.400 hectares de florestas em Vanua Levu, das Ilhas Fiji, como precaução para estoque de alimentos e talvez como futuro lar para parte de seus habitantes. O aquecimento global, portanto, é o tsunami planetário. A diferença é que ondas gigantes destroem, mas passam e permitem a reconstrução. O aquecimento global, não! É irreversível!

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores, se não bastasse este cenário degradante, ainda padecemos com a irracionalidade de alguns líderes regionais. No primeiro dia do mês em que comemoramos a Semana do Meio Ambiente, as nações se abismaram com a decisão mais despropositada e excêntrica que um presidente da maior potência do mundo poderia tomar: contra tudo e contra todos, Donald Trump anunciou a retirada dos Estados Unidos, o segundo maior poluidor do planeta, do Acordo de

¹ A frase foi dita originalmente por Rajendra Pachauri, presidente do IPCC em 2014, na COP de Copenhague.



Paris. Atitude totalmente diferente à importância dada ao tema pelo presidente George Bush, em 1992. Ao brincar com um poder deletério, Trump sentenciou a humanidade ao desaparecimento paulatino e condenou todo tipo de vida à morte. Por isso, é preciso dizer: assim como o Acordo de Paris não se restringe a Pittsburgh, o mapa-múndi não se resume aos Estados Unidos da América.

O presidente Barack Obama havia se comprometido, em 2015, com uma redução das emissões entre 26% e 28% até 2025 em comparação com os níveis de 2005. Agora, com a decisão de Donald Trump – equivocadíssima, em termos científicos; e catastrófica, em termos ambientais –, a perspectiva é de que a redução, no caso dos norte-americanos, não supere os 14%, absolutamente insuficientes para evitar o aumento das temperaturas médias.

Resta-nos então – quem sabe? –, torcer para que a China, como maior poluidor entre as nações, assuma o papel e o protagonismo dessa luta. Afinal, antes, a filosofia chinesa dizia que enquanto o Ocidente tem como referência o relógio, a China tem como referência o tempo. Agora, ela não mais tem o tempo... o relógio está no pulso da própria China! Se ontem ela exaltava a paciência, a reflexão e o tempo disponível para suas decisões, hoje ela corre contra o tempo diante da iminência das catástrofes ambientais que se anunciam com o abandono americano do Tratado de Paris. Daí a relevância da atuação chinesa a partir de agora, seja por sua responsabilidade nas emanações que causa, seja pelo tamanho de sua economia, seu território, sua população, mas também pela sua capacidade de se reinventar.

No mesmo sentido, o mundo anseia para que as empresas e os estados americanos, no uso da autonomia que detêm, mantenham a consciência ecológica não deixando de cumprir o Acordo de Paris – o que aliás já se pronuncia –, a despeito da decisão do governo central, que, vale lembrar, está sendo objeto da Reunião do G7, hoje, em Bologna, na Itália.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Senhoras e Senhores, não podemos permitir que a traição do governo americano ao Acordo de Paris faça com que o “espírito do Rio” se esvaneça. Precisamos estancar a passividade, o conformismo e a contrafação. Precisamos semear o ponto de partida de uma nova transformação. Que revivamos, pois, os compromissos da Rio-92, porque para isso serve a lembrança de datas marcantes como esta: para perpetuar, em nós mesmos, a memória do que já fomos capazes, e reunir forças para que sigamos adiante, e alcancemos muito mais além.

Que nos superemos, então.

Era o que eu tinha a dizer, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, que nos traz aqui a memória de um tempo em que o mundo precisava se encontrar para tratar de uma agenda global, a Conferência da Terra.

Obviamente, por conta, talvez, da liturgia, do rito, V. Ex^a não tratou do esforço pessoal que V. Ex^a teve, da iniciativa pessoal, do contato direto, não só para que o Brasil pudesse sediar tão importante conferência, mas para que pudessem também estar presentes os mais importantes líderes do mundo. Isso, certamente, a história haverá de registrar, como também fez V. Ex^a, com o Presidente Lula, um esforço direto, objetivo, que também tem nuances importantes a serem registradas, para que tivéssemos a Rio+20.



Então, é algo fundamental. Não sei se sigo aqui, agora, com a lista de oradores, mas, no entendimento com ele, gostaríamos de ouvir um pouco mais sobre a memória da Conferência da Terra, Rio 92.

Assim, então, chamaria...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Vamos então pedir que possa nos prestigiar e a esta sessão o ex-Ministro, Prof. José Goldemberg, Ministro do Meio Ambiente em 1992.

Se quiser falar daqui...

Com a palavra V. S^a.

O SR. JOSÉ GOLDEMBERG – Sr. Presidente, meus amigos, a adoção da Convenção do Clima em 1972 faz parte de um longo caminho seguido pela humanidade para chegar onde estamos hoje: 7 bilhões de seres humanos, com nível de vida razoável, que fez com que a idade média de vida tenha atingido 70 anos. Um século atrás era metade disso.

Esse progresso só ocorreu graças a avanços científicos e técnicos que deram origem a políticas públicas saudáveis.

Os romanos, há mais de 2000 anos, parecem ser os que primeiro entenderam isso ao garantir à cidade água corrente e um sistema de esgotos exemplar. Sem tais medidas, Roma não se teria tornado a maior cidade do Ocidente com mais de 1 milhão de habitantes.

Após a revolução industrial no século XIX, o problema passou a ser a qualidade do ar, que só começou a ser resolvido a partir de 1972, após a Conferência de Estocolmo. Foi dela que surgiram os ministérios de meio ambiente no mundo todo.

Sem água, ar limpo e esgoto, cidades não são viáveis, e hoje mais de 70% da população mundial vive em zonas urbanas.

Todos esses problemas podem ser atacados e resolvidos em nível local, regional e nacional.

Sucede que, no fim do século XX, foi identificado cientificamente um novo problema, que é o aquecimento global provocado pelas emissões de gases resultantes principalmente da queima de combustíveis fósseis. Esses gases não conhecem fronteiras, e os problemas que causam só podem ser atacados em nível internacional. Isso é o que a Convenção do Clima de 1992, no Rio de Janeiro, tentou fazer.

O governo brasileiro, sob a Presidência do Presidente José Sarney, inicialmente, e do Presidente Fernando Collor, logo a seguir, assumiu um papel importante nas negociações que precederam a Conferência.

Durante o período militar, era dominante a ideia de que preocupações ambientais eram secundárias e que a prioridade era o desenvolvimento mesmo que predatório, afetando inclusive a Floresta Amazônica. Visões correntes na época eram as de que os países industrializados é que eram os responsáveis históricos pelas emissões e deveriam arcar com os custos de sua redução nos demais países. Essa é ainda a visão de alguns países menos desenvolvidos.

O Presidente Collor teve o mérito de ter conseguido atrair ao Rio de Janeiro, em 1992, mais de 150 chefes de Estado que sinalizaram, de forma inequívoca, o caminho a seguir, que era o de promover um desenvolvimento moderno e pouco poluente. É a modernização a chave do problema.



Ninguém nega a importância do desenvolvimento, mas o desenvolvimento pode ser feito de uma maneira coerente, com respeito ao meio ambiente.

Tive o privilégio de participar desse esforço como Secretário do Meio Ambiente da Presidência da República, junto com o Secretário-Geral do Itamaraty, Marcos Azambuja, numa missão que foi a Washington, Nova Deli, Tóquio e Beijing convencer os chefes de Estado da importância da Convenção do Clima, o que na época não foi uma tarefa trivial, mas que teve sucesso.

Tomo a liberdade de usar uma linguagem coloquial. Quando eu cheguei aos Estados Unidos, junto com o Embaixador Azambuja, fui recebido pelo Chefe da Casa Civil, que era um engenheiro que tinha sido Governador do Estado de Connecticut, que me disse simplesmente que o aquecimento global era de pouca importância para os Estados Unidos, porque eles aumentariam a potência dos aparelhos de ar-condicionado. Eu disse a ele – e a nossa missão era uma missão que combinava diplomatas com pessoas da área científica – que eu achava essa ideia muito interessante, mas que eu gostaria de saber como que ele faria isso para colocar uma campânula sobre o Meio-Oeste americano, onde a agricultura e os alimentos eram produzidos.

Eu creio que o Chefe da Casa Civil ficou suficientemente impressionado para me levar ao Presidente Bush pai, o que era uma consideração especial, porque eu estava lá apenas como um Ministro de governo. Eu participei de uma reunião do Gabinete dos Estados Unidos, onde tive oportunidade de explicar que o Brasil era um *player*, um jogador importante por causa da Floresta Amazônica e que seria preciso que todos fizessem a sua parte.

Eu creio que mais simbólica ainda foi a visita ao Primeiro-Ministro da China. De novo, que nos recebeu, que não seria o normal dentro dos hábitos... E é muito interessante o que aconteceu, tomo de novo a liberdade de explicar. No momento em que eu entrei na sala, que era provavelmente a sala ocupada pelos antigos imperadores chineses, o Primeiro-Ministro chinês, Li Peng, que tinha sido o homem que supriu as manifestações da Praça Tiananmen, perguntou: "O que é que eu posso fazer pelo senhor, Professor?" Eu disse – eu tive o sangue frio de responder: "Eu não estou aqui como Professor da Universidade de São Paulo, apesar de ser conhecido na China, mas como representante do governo brasileiro, que está se esforçando para viabilizar uma convenção que vai ajudar a nós todos."

E eu creio que o resultado é que eles vieram ao Rio de Janeiro.

Eu tenho um grande orgulho, junto com o Embaixador Azambuja, de ter participado dessa missão e creio que foi um dos pontos altos do período do Presidente Collor, na área ambiental, nessa ocasião.

Passados 25 anos, a Conferência de Paris, de 2015, corou o sucesso inicial da Conferência Rio-92, e nem mesmo a posição anticientífica do Presidente dos Estados Unidos vai impedir que os compromissos lá assumidos sejam atingidos. O sucesso da Conferência de Paris se deve muito à Ministra Izabella Teixeira, que está aqui presente.

O Acordo de Paris é um acordo em que países adultos e responsáveis voluntariamente decidiram que reduzir as emissões serve ao interesse nacional e como fazê-lo. Não é favor nenhum o que os países fazem. E eu acredito que justamente o que os Estados Unidos estão fazendo, o que o Presidente dos Estados Unidos está fazendo é um desserviço ao próprio país que ele preside.

Nesse contexto, Sr. Presidente, eu tomo a liberdade de mencionar que uma ideia que seria interessante seria convidar os chefes de Estado dos principais emissores do mundo – China, Índia,



Japão, Inglaterra, África do Sul, Indonésia – ao Rio de Janeiro, como foi feito em 1992, para reafirmar o que se alcançou, em 1992, e, em Paris, em 2015. Essa seria uma forma de o Brasil voltar a assumir uma posição de liderança nessa área, como ocupou em 1992.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Cumprimento o Professor José Goldemberg, ex-Ministro de Meio Ambiente, quando da realização da Conferência Rio-92.

Imediatamente, convido, para que possa fazer uso da palavra, S. Ex^a, o Embaixador Marcos Azambuja, que, como já foi dito, tanto pelo Presidente Collor como pelo Ministro, cumpriu um papel fundamental também para a realização daquela histórica Conferência.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. MARCOS AZAMBUJA – Obrigado, Presidente, muito obrigado pela apresentação.

Eu cumprimento todos os meus colegas de Mesa – o Presidente Collor; o senhor; o José Goldemberg, meu querido amigo; à Sr^a Ministra; ao Carlos Garcia; à Sr^a Deputada. Estendo meus cumprimentos ao Paulo Tarso Flecha de Lima, meu velho e querido amigo e de quem eu sou um fiel admirador. Parabéns, Paulo, por tudo que você tem feito!

Eu queria dizer que a Conferência do Rio de Janeiro, que foi ontem, foi o resultado de uma conjugação de fatores afortunados e fatores virtuosos. Afortunados porque ela se deu num momento em que parecia que o mundo ia encontrar uma nova forma de convívio. A Guerra Fria tinha terminado. O Muro de Berlim tinha caído. E parecia que havia espaço para que o engessamento daquele enfrentamento tão longo, militar e ideológico, que foi a Guerra Fria, pudesse dar lugar a uma fase de cooperação, de criatividade.

Portanto, o Rio de Janeiro se beneficiou de uma trégua, de uma pausa, de um momento em que as coisas estavam andando bem.

Foi virtuosa porque a Rio-92 se vestiu com as melhores roupas. Ela investiu no meio ambiente, investiu no desenvolvimento, investiu na defesa das civilizações indígenas. Ela se investiu de todas as boas causas. Ela era uma aliança virtuosa e que, portanto, tinha a força daquilo que é irresistível, que é o bom, que é o justo, que é o necessário.

O Rio é, de certa maneira, o *ground zero* de tudo o que se faz. Estocolmo foi uma grande conferência, mas Estocolmo teve um pouco a marca do regionalismo. Era uma conferência que se dava num grande país desenvolvido, num momento em que a causa do meio ambiente era, a rigor, transformada numa causa mundial, mas sem a contrapartida da ideia do desenvolvimento. O que faz o Rio de Janeiro e 1992 memoráveis é que é o casamento entre a necessidade de preservar o Planeta e de garantir o desenvolvimento. As duas coisas se casam de uma maneira essencial.

Eu creio que, como tudo o que dá certo, há espaço para que todos se sintam condôminos do sucesso. O Presidente Collor, por todos os títulos; no Itamaraty daquela época, José Francisco Rezek, depois Celso Lafer; no Rio de Janeiro, Leonel Brizola e Marcelo Alencar. Em nível internacional, Maurice Strong e Tommy Koh é que foram duas pessoas essenciais.

Portanto, havia, Presidente Collor, Presidente da nossa sessão, uma ideia de que as forças se somavam, de que aquilo era uma coisa que era possível fazer entre nós.

Eu não quero fazer aqui, porque o tempo é curto, e o terrível da memória é que ela vai se alongando com o tempo, e pouco a pouco eu vou me lembrando de mais e mais coisas. O José



Goldemberg agora lembrou uma viagem que nós fizemos, tão memorável pelo alcance do que se fazia. E o Brasil, que vinha de um período em que o Brasil e o meio ambiente não se entendiam, e, em Estocolmo, a posição brasileira era defensiva e um pouco paranoica. A ideia brasileira era de que o meio ambiente era uma causa inventada pelos ricos para nos manter pobres. Era uma coisa complicada, porque havia um resíduo de verdade nisso. De certa maneira era uma teoria dos países altamente desenvolvidos, já satisfeitos, que não levavam em conta as nossas carências e as nossas expectativas.

Portanto, o problema no meio ambiente, eu sempre encontrei, é fugir ou do ceticismo, que leva a não fazer nada, ou da ideia ingênua de que tudo é virtude. É preciso encontrar um ponto de equilíbrio. Nem toda causa é virtuosa por definição; nem toda suspeita é legítima. É preciso encontrar uma relação madura com os fatos e aceitar que é preciso, em cada caso, julgar.

Mas, sobretudo, o Brasil voltou a ser o mocinho do filme. Em 1992, o Brasil reassume uma posição maravilhosa no mundo. O Brasil, de acusado, de País desrespeitoso, de País insensível, passa a ser um País responsável e sensível. Não é que ele esteja impecável; não é que ele tenha feito, então e agora, tudo o que deve, mas ele aponta na direção certa. O que eu acho que se inicia, em 1992, é o Brasil apontando na direção certa, o Brasil apontando para o que deve ser. Claro que com imperfeições, claro que com falhas, mas, de certa maneira, eu continuo convencido de que a causa está sendo vitoriosa.

Eu noto com desprazer o que houve agora nos acordos de Paris. A saída dos Estados Unidos é um desastre. Mas os Estados Unidos não estão saindo: o seu Presidente está saindo. Está havendo uma coisa extraordinária: os Estados Unidos estão se separando, de certa maneira. A Califórnia, Nova York, os grandes Estados vão continuar com as políticas, de certa maneira. Eu não quero dizer que o Presidente Trump está falando sozinho, mas não está falando em nome daquele extraordinário país. De modo que eu não vejo, nem neste caso, uma derrota. E eu acredito que nós vamos continuar.

Eu, há dias, tive no Rio de Janeiro uma experiência extraordinária. Eu joguei no lixo uma coisa que não devia estar naquele lixo. Eu sou de uma geração em que lixo era uma coisa universal, era lixo. Não havia diferenciação de lixos. Eu tenho três netos, para quem o lixo é uma compartmentalização diferenciada. Então eu joguei alguma coisa num lugar que não devia e fui objeto de uma fulminação. Como eu fazia aquilo? Que exemplo era aquele? Que diabo de pessoa que trabalhou em meio ambiente e faz aquilo? E eu não sabia que o lixo hoje requer uma atenção. Quando vi aquelas três crianças mobilizadas em defesa do lixo, eu me dei conta de que a guerra estava ganha. Eles estão carregando a tocha. O caminho está aberto.

Portanto, eu queria dizer ao Presidente da Mesa, ao Presidente Collor...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS AZAMBUJA – ... que eu estou agradecido a eles por este convite e que, de certa maneira, sinto que, pela própria reunião de hoje, a causa é irresistivelmente vitoriosa. O mundo vai continuar, e nós também.

Muito obrigado. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muitíssimo obrigado, Embaixador Marcos Azambuja, por essa fala tão fantástica e essa aula que nos dá aqui sobre a evolução que vivemos no tempo.

Peço para também se manifestar o Embaixador do Brasil na Espanha no ano de 1997 e Presidente do Grupo de Trabalho Organizador da Rio 92, Sr. Carlos Moreira Garcia.

O SR. CARLOS MOREIRA GARCIA – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente Fernando Collor, senhores componentes desta Mesa. A mim me coube, na época, ser o Presidente do Comitê Organizador. Portanto, vou me centrar nas coisas de organização da conferência.

O Itamaraty, sob a liderança do Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, havia conseguido que as Nações Unidas decidissem sediar no Rio a sua II Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Era a maneira de o Brasil contestar, na prática, a imagem então difundida internacionalmente de que éramos poluidores e destruidores da floresta. Foi uma aposta diplomática ousada e vitoriosa.

Em 1991, era eu Secretário da Administração Federal quando fui chamado ao Planalto, e o Embaixador Marcos Coimbra me informou que o Presidente Fernando Collor havia decidido formar um grupo de trabalho para organizar a Conferência, que se iria realizar no Rio de Janeiro em 1992, e que eu deveria assumir as funções de Secretário Executivo. Mais tarde, passei a Presidente do grupo de trabalho, com meu colega Flávio Perri como Secretário Executivo.

Havia muitas dúvidas, no Brasil e entre países desenvolvidos, sobre a nossa capacidade de organizar uma Conferência tão grande e tão complexa numa cidade com os problemas do Rio de Janeiro de 1992.

O problema era saber como se organiza uma Conferência na qual se previa a presença de mais de 170 Chefes de Estado e de Governo, além de milhares de ONGs e jornalistas de todo o mundo numa cidade com enormes dificuldades de infraestrutura e de segurança.

A ONU não tinha muita experiência a nos facilitar. Suas conferências eram, em geral, organizadas pelos países-sede. Mas o Secretário-Geral da Conferência, Maurice Strong, foi sempre muito atento e muito disposto a ajudar naquilo que podia.

Assim, tivemos de aprender fazendo. E, para minha grande alegria, a ONU passou a recomendar a outros países-sede de conferências internacionais que nos consultassem sobre como organizá-las.

Havia decisões a tomar. E a principal foi a de separar a Conferência Governamental, no Rio Centro, e a da sociedade civil, no Aterro do Flamengo. Isso nos permitiu organizar o trânsito e a segurança de modo racional, e permitiu que os milhares de participantes das ONGs ambientais se reunissem e difundissem suas mensagens enquanto os delegados governamentais discutiam os documentos principais que fizeram da Rio-92 um marco no tratamento das questões ambientais.

Parece óbvio e racional, mas havia grande oposição tanto das ONGs quanto da ONU, que queriam estar no mesmo local porque acreditavam que a presença de manifestantes no entorno do Rio Centro seria essencial para influenciar as decisões das delegações governamentais. Mas mantivemos nossa decisão e fomos bem-sucedidos. As duas áreas foram devidamente ocupadas e interligadas, e tanto as delegações quanto as ONGs puderam atuar com segurança, sem problemas de confronto.



Em paralelo, o Itamaraty constituiu um grupo de diplomatas para conduzir a negociação dos acordos intergovernamentais com pessoas de experiência diplomática inigualável, como Marcos Azambuja, Rubens Ricupero, Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Luiz Filipe de Macedo Soares e outros, que muito ajudaram o Secretário-Geral Maurice Strong e as delegações dos principais países na negociação dos textos finais, porque interessava à diplomacia brasileira que os textos fossem uma expressão do nosso esforço para o pleno êxito da Conferência.

Era importante para todos nós, como organizadores, contar com o maior respaldo popular. E fizemos um grande esforço para difundir em todo o País a mensagem de que a defesa do meio ambiente não é incompatível com o desenvolvimento. Isso hoje é um lugar comum. Ninguém mais alega que proteger o ambiente prejudica o desenvolvimento. Mas, há 25 anos, essa era uma teoria inovadora que foi preciso difundir em palestras, entrevistas, artigos e seminários. Mas conseguimos passar a mensagem. Nos anos seguintes, o Brasil avançou muito mais que outros países na percepção popular dos benefícios da defesa ambiental.

Contamos todo o tempo com o apoio inabalável do Presidente da República, Fernando Collor, que seria o Presidente da Conferência. Era um trabalho que afetava múltiplas esferas, incluindo governos estaduais e prefeituras. E o Presidente Collor sempre me apoiou nesses contatos, também dentro do Governo Federal, quando precisamos de outros Ministérios, ou no Congresso, quando precisamos de recursos orçamentários e apoio político.

Devo ressaltar que o Governador Leonel Brizola foi uma fortaleza em seu apoio sempre presente, assim como o Prefeito Marcello Alencar. Sem o apoio dos dois, seria muito difícil organizar uma Conferência de tal envergadura no Estado do Rio de Janeiro.

Foram 18 meses de trabalho intenso e de dificuldades decorrentes das desconfianças sobre a nossa capacidade de organizar a Conferência, algumas vozes chegaram a pedir o adiamento e a transferência para outra sede. Mas, no dia da abertura, pela manhã, na hora certa, o Presidente Collor declarou abertos os trabalhos e todas as delegações estavam acomodadas num plenário feito sob medida, hospedadas em seus hotéis, seguras e comunicadas. E, no Aterro, começava a grande festa das ONGs.

As comunicações há 25 anos não eram comparáveis às de hoje: celulares estavam começando, linhas telefônicas eram poucas, as chamadas internacionais só tinham DDI para alguns países. E a imprensa internacional, que veio em peso, cerca de sete mil correspondentes, demandava circuitos de imagens e som para suas reportagens e nossas saídas por satélite eram poucas, se comparadas com as de hoje. Ao final, conseguimos atender às necessidades de comunicação e o Brasil ficou mais bem conectado com o resto do mundo.

Outro dos grandes problemas era o da segurança, com tantas delegações chefiadas por presidentes e primeiros-ministros, além de milhares de ONGs e jornalistas. Tivemos que apelar às Forças Armadas, e o Exército e o Corpo de Fuzileiros nos cederam tropas, a Aeronáutica fez o controle aéreo e a proteção a dezenas de aviões privativos que trouxeram as delegações. O controle de delegações começava no Galeão, ia aos hotéis e às reuniões e seguia até o embarque de volta, 15 dias depois. Uma tarefa imensa, que o então Diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, conduziu com êxito e discrição.

A cidade do Rio de Janeiro viveu 15 dias de uma comemoração alegre e consciente da natureza e dos benefícios da conservação de nossas riquezas naturais, assim como nas reuniões do *Business*



Council das possibilidades de desenvolvimento de um novo setor econômico ligado à proteção do meio ambiente.

Fizemos um grande esforço e esperávamos que a ONU nos compensasse com a instalação, no Rio de Janeiro, de um organismo ligado ao tema da Conferência, o que traria um papel importante para a cidade nesse mundo das organizações intergovernamentais. Mas antes da Assembleia Geral que poderia criar esse organismo sobreveio a crise política de 1992 e a oportunidade se perdeu.

Ficamos sem a nossa compensação direta, mas ficamos também com a grande alegria de ter mostrado que nosso País podia organizar bem uma Conferência de tal magnitude – até então a maior da história – e que havia, por parte do povo brasileiro, uma grande concordância com a defesa do meio ambiente, em sintonia com o desenvolvimento. Meio Ambiente e Desenvolvimento, dois objetivos que o Brasil continua a perseguir e que são centrais em nossas políticas internas e internacional.

Que o Brasil brilhe sempre na defesa de nossa natureza.

Muito obrigado, Sr. Presidente Jorge Viana, pelo convite para participar desta comemoração de um dos grandes momentos de nossa diplomacia.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Cumprimento mais uma vez o Embaixador Carlos Moreira Garcia, que faz aqui um relato bem apropriado de quem estava na linha de frente da organização da Conferência.

Bem, passada essa fase mais histórica, nós temos aqui ainda para ouvir a ex-Ministra do Meio Ambiente, que trabalhou, como foi dito aqui, tão intensamente com o acordo assinado em 2015, em dezembro de 2015 em Paris, com a equipe do Ministério de Relações Exteriores. Mas, antes, eu pediria licença, Sr^a Ministra, eu combinei aqui com o Presidente Fernando Collor de nós ouvirmos primeiro – e aí V. Ex^a encerra esta fase –, nós ouvimos também, porque as Nações Unidas foram fundamentais em todo esse processo, e nós temos o privilégio de poder contar com o Subsecretário-Geral da Organização das Nações Unidas e Diretor Executivo da ONU Meio Ambiente, que tão bem conhece o Brasil. Inclusive, já esteve duas vezes, em oportunidades, em meu Estado, o Estado do Acre. Hoje esteve no Fórum da Sociedade e Mudança Climática, secretariado por Alfredo Sirkis.

E, antes disso, eu queria só fazer um brevíssimo registro também da presença do Prof. Dr. Gylvan Meira. Talvez na pessoa dele possamos registrar o envolvimento da sociedade civil, da comunidade científica. Um professor da USP que tanto... Ainda há pouco lá no encontro, no fórum, foi registrado como não o mais velho, como ele bem registrou, mas talvez um dos mais antigos que atuam nesta causa.

E eu faço aqui o agradecimento e o registro também, porque eu estava na Rio 92. Mas lá...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – No Aterro, como um técnico recém-formado, que já trabalhava em uma fundação de tecnologia. E lá foi onde pude viver e dar a minha parcela de contribuição também, como centenas e milhares de brasileiros e pessoas de toda a parte do mundo.

Então, fica esse registro. Registro também a presença do Senador Cristovam.



E, mais uma vez, na pessoa do Alfredo Sirkis – esperamos daqui a pouco poder ouvi-lo também –, agradeço a todos da sociedade civil que estão aqui presentes.

Eu passo imediatamente a palavra – para que possa também fazer uma fala – ao Sr. Erik Solheim.

Por gentileza.

O SR. ERIK SOLHEIM (*Tradução simultânea.*) – Muito obrigado, muito obrigado por me darem a palavra.

Como jovem membro do Parlamento europeu, eu estava no Rio de Janeiro em 92. Foi a minha primeira visita ao Brasil. Mais tarde, eu repeti a minha visita indo ao Acre, à Boa Vista, à Foz do Iguaçu e a vários lugares desta Nação maravilhosa. Se há uma nação no Planeta que é fácil amar, é o Brasil. Tanta variedade na natureza e tantas pessoas que são brilhantes. Esta Nação é uma nação fantástica. Os senhores estão no meio de uma crise, mas eu tenho certeza que desta crise os senhores sairão vitoriosos, fortes e vão renascer como uma potência global importante. Tenham confiança da sua própria força.

Eu gostaria de dar os parabéns ao Senador Collor por tudo o que o senhor alcançou no Rio de Janeiro em 92. E eu falo em nome do Secretário-Geral e gostaria de agradecer pelo que fizeram em 92: foi um grande serviço para a humanidade e um grande serviço para o Planeta.

Foi muito bom ouvir suas histórias sobre o Presidente americano George Bush, sobre a sua visita à China, muito obrigado por trazer isso à nossa atenção. Mas eu gostaria de dizer que aquela Conferência foi uma das conferências mais importantes na história das Nações Unidas. E eu quero afirmar que levou o Planeta a uma nova posição, o que foi um benefício para todos nós.

Se alguém fizer a pergunta: "Como é que nós podemos levar a mensagem do Rio para o futuro?". Precisamos saber primeiro qual é esta mensagem. E, na minha opinião, nós já ouvimos isso dos oradores. Número um, a mensagem do Rio não é nada como se fosse um caminho ambiental, um caminho de desenvolvimento, um caminho econômico, é todo um caminho unido de desenvolvimento – econômico, social e ambiental – e só podemos ser bem-sucedidos no Brasil, na China, nos Estados Unidos ou na África, só podemos ter sucesso se houver uma fusão desses três pontos de vista. É por isso, também, que o setor privado é tão essencial. O setor privado, ainda que não seja uma força motriz, tem que ver os benefícios.

Há três meses, eu estive em São Paulo me encontrando com a associação dos bancos do Brasil. Algumas pessoas podem imaginar que os banqueiros são pessoas antiquadas, que não têm nenhum interesse no meio ambiente, mas não, esse grupo está na vanguarda do pensamento ambiental. Inclusive, há muitos políticos que são muito envolvidos com o meio ambiente. É importante para o desenvolvimento do Brasil e é importante também, no caso da associação dos bancos, é importante para a agenda desses bancos.

A segunda mensagem do Rio 92 é reunir tudo. O que é mais importante no mundo, hoje em dia, é trabalhar juntos. Sim, nos Estados Unidos, na Europa, algumas pessoas ou alguns políticos falam como se o seu país pudesse caminhar sozinho. Ninguém pode fazer isso, nem o País mais forte. Todas as nações têm que pensar em paz, segurança, ambiente, progresso social, liberdade da pobreza. Trabalhando tudo isso, as nações terão sucesso juntas ou fracassarão juntas. Não é que uma nação seja bem-sucedida enquanto as outras fracassam. Não. Isso pode ter ocorrido nos primórdios da



história do ser humano; isso pertence ao passado. Temos que trabalhar juntos, produzindo mais e melhor juntos, empurrando o mundo para frente juntos. Essa é a mensagem do Rio de Janeiro.

Eu gostaria de descrever três áreas em que precisamos agir juntos, como uma agenda conjunta. Número um: temos que criar um planeta livre da poluição. Pode ser surpreendente para muitos, mas, hoje em dia, a poluição é o que mais mata a humanidade. Isso não era o que ocorria em 1992. Na época, não era isso. Na época, havia a poliomielite, a malária, o sarampo, que matavam muita gente. Hoje, a malária foi reduzida na África em 70%, a varíola está erradicada, e tivemos uma substancial redução da poliomielite, que só existe no Afeganistão e em alguns países naquela área. Em tudo isso, tivemos muito sucesso em termos de saúde pública, mas há novas ameaças; o que mais mata o ser humano hoje é a poluição.

O Brasil é uma das nações mais urbanizadas no mundo, se não me engano, 85%. Temos que agir para reduzir a poluição urbana, a poluição do ar, porque isso leva a questões de saúde e a questões do meio ambiente. E, é claro, é também um ônus para a economia; então, temos que trabalhar juntos.

Podemos observar que as cidades mais bem-sucedidas do Planeta – Singapura; Shenzhen, na China – foram cidades que tiveram sucesso na redução da poluição; são cidades verdes. Eu acho que aqui, no Brasil, Curitiba tem uma história de sucesso, Curitiba, que tem um sistema de ônibus. Pelo meio ambiente, temos que trabalhar com a Organização Mundial de Saúde e eu insto cidades brasileiras a unirem-se nesta campanha.

Precisamos também agir sobre a poluição gigantesca do oceano. O Brasil tem uma costa longa; há muito plástico que chega aqui agora. Estamos agora numa situação em que o peso do plástico nos oceanos do mundo corresponde ao mesmo peso dos peixes. Precisamos agir. Lançamos uma campanha chamada Mares Limpos, e há muito interesse da parte empresarial, da sociedade civil e dos governos. A Indonésia, que envolve várias ilhas, também está tentando reduzir a poluição de plástico em 70% nos próximos sete anos. Foram proibidos sacos de plástico. O Canadá e muitos países estão agindo, e as empresas estão também participando, porque não querem ser vistas produzindo e jogando mais plástico no oceano.

Então, eu insto o Brasil a unir-se a esta campanha, trabalhando conosco nessa área. Em segundo lugar, perto de um Planeta livre da poluição, temos de criar um Planeta onde não vamos ver o aumento da temperatura. E a boa notícia é uma mensagem que nos chega... Nós temos de nos unir. Eu estive numa reunião do G7 em Bolonha. Todos os seis Estados-membros da Europa, o Japão e o Canadá, todos disseram: "Vamos avançar. Nós acreditamos nisso. Isso é essencial. Não vamos parar." E na verdade, também a China e a Índia disseram que vão assumir o Acordo de Paris.

Imaginem, o Primeiro-Ministro Modi, na Índia, não está falando tanto sobre a mudança climática, mas ele está falando sobre a Índia limpa. E ele fala sobre o fornecimento da eletricidade aos vilarejos indianos; está falando sobre a nova oportunidade dos empregos verdes. Com isso, ele vai fazer da Índia e da China as principais forças motrizes nessa área. Alguns Estados indianos, que têm dezenas de milhões de pessoas, estão fazendo coisas que jamais imaginamos ser possível. A China e a Índia estão reduzindo os níveis... Nos últimos dois anos, pela primeira vez na história da humanidade, há mais eletricidade eólica e eletricidade solar do que provenientes do petróleo e do gás combinados.



Nos Estados Unidos, nós temos também uma expansão da energia solar. Então, a reação da Casa Branca foi... A China, a Índia, a Europa, o Brasil, o Canadá, o Japão, a África, todos estão unidos e vão avançar. Mas tão interessante quanto isso foi a reação do setor privado, inclusive do setor privado dos Estados Unidos. Todas as principais empresas do capitalismo moderno – Apple, Microsoft, Google, Amazon – disseram: "Nós discordamos do Presidente e não vamos passar... Nós vamos adotar cada vez mais energia renovável, o que quer que ocorra na Casa Branca. Nós fazemos isso não para a Casa Branca, mas para os nossos clientes, para o meio ambiente, e também porque nós achamos que isso é correto."

E não são apenas as empresas modernas como a Apple e o Google, mas também, por exemplo, o maior investidor no mundo disse a mesma coisa. Um dos maiores bancos do mundo, Goldman Sachs, disse a mesma coisa. E também o valor de suas ações ultrapassou o valor que tinha antes.

E agora, o que nós vamos fazer? Vamos ver como é que nós vamos olhar para o futuro. A cor do futuro é a cor verde. A Tesla tem um valor de ações maior do que as ações da General Motors, porque estão produzindo mais carros verdes. Então, precisamos de um Planeta livre da poluição, e também de atacar a mudança climática no setor privado e no público. A China, a Índia, o Brasil, todos juntos, avançando.

O terceiro ponto é a proteção da beleza e da natureza. No Brasil, essa beleza é incrível; na Amazônia, o número de pássaros, o número de borboletas, os animais, as onças; é uma riqueza gigantesca. Os senhores são a Nação mais megadiversa do Planeta. Então, vamos manter essa diversidade para a beleza, para o turismo, mas também para o clima.

De uma forma geral, os senhores atingiram um enorme sucesso. É como disse o embaixador: antes do Rio, o Brasil era visto como uma nação que destruía a floresta; depois da Rio 92, isso mudou. E, durante os últimos anos, o desmatamento na Amazônia vai caindo ano após ano. O Brasil criou o seu próprio modelo. Outro dia, eu fui a Jacarta, na Indonésia, e disse: "Se o Brasil pode, vocês podem." Eu fui a Bogotá e disse a mesma coisa lá: "Se o Brasil pode, vocês também podem."

Houve um aumento perturbador no desmatamento na Amazônia. Eu insto os senhores a impedirem que isso continue, porque, se continuar, vai ser muito ruim para reputação do Brasil. E os senhores têm que ser um modelo de como serem verdes, protegendo a floresta ao mesmo tempo. Então, nesta reunião hoje, eu falei com o Presidente para vetar ou para emendar a nova legislação, que está sendo examinada pelo Congresso. É claro que as Nações Unidas não podem decidir pelos senhores, mas insto os senhores a não destruírem a floresta, porque seria ruim para o Brasil, mas também ruim para o mundo.

O Presidente Temer disse que ele reduziu a inflação no Brasil de 10% para 6%; isso é muito importante para o Brasil. Mas ele disse que quer fazer algo semelhante em termos do desmatamento, e a ONU está pronta para dar suporte aos líderes brasileiros para que façam a redução do desmatamento da mesma forma que conseguiram reduzir a inflação. E nós apoiamos uma política nessa linha.

Finalmente, a Conferência do Rio em 1992 foi uma realização gigantesca para a humanidade. É algo que precisa ser continuado, e o principal ponto é entender que todos têm que trabalhar juntos – setor privado, Governo, sociedade civil, em todos os cantos do mundo. Precisamos de uma agenda conjunta para criar empregos, progresso social, cuidando do meio ambiente.



Eu acho que o recém-eleito Presidente da França nos deu este *slogan*. Ele disse o seguinte: vamos fazer o Planeta grande mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu cumprimento o Sr. Erik Solheim e agradeço-lhe pelo privilégio de termos tido aqui essa explanação, que expressa bem o momento que estamos vivendo e os desafios que temos.

Passemos a ouvir a Sr^a ex-Ministra Izabella Teixeira, minha querida amiga, que traz agora a memória das consequências e dos desdobramentos que tivemos após a Rio 92, a Rio+20, de que ela participou e em que cumpriu um papel tão importante até chegarmos ao acordo do clima em Paris 2015.

Com a palavra, V. Ex^a, querida amiga Izabella Teixeira.

A SR^a IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA – Obrigada, Senador Jorge Viana, meu caro amigo.

Quero saudar o Presidente Collor, também um amigo, mais do que um amigo, um companheiro de muitas lutas nesta Casa em torno da Agenda Ambiental e da Agenda de Mudanças do Clima.

Cumprimento todos aqui da Mesa, que são queridos amigos – e é verdade, porque, quando você assume a condição de ex-Ministra, você vem com um passado inteiro como um ativo da sua vida. Então, você passa a conversar de outro jeito e eu vou explicar esta minha frase daqui a pouco.

Meu caro amigo Erik Solheim, hoje na condição de Subsecretário da ONU Meio Ambiente, para mim, você é o Erik, ex-Ministro do Meio Ambiente e um grande amigo, um grande aliado, um dos responsáveis diretos pela aprovação do Protocolo de Nagoya, a terceira perna da Convenção sobre a Diversidade Biológica.

Eu faço aqui um apelo...

Ele foi um aliado – ele não gosta que se fale isso, mas na política você tem que ter aliados o tempo inteiro, inclusive para o dia seguinte – e ele permanentemente se colocou na negociação junto com o Itamaraty, comigo pessoalmente, para que nós pudéssemos ter aquilo que a gente chama de terceira perna da Convenção sobre a Diversidade Biológica aprovado. E assim foi feito em 2010.

E aqui um pedido pessoal, mas eu acho que em nome de todos: que o Congresso brasileiro também ratifique Nagoya. É absolutamente estratégico. Depois que nós aprovamos a nova Lei de Acesso a Recursos Genéticos neste País, não se justifica que o Brasil, país detentor da maior biodiversidade do mundo, não esteja sentado à mesa com os países que ratificaram o Protocolo de Nagoya.

Estou vendo aqui meu amigo e cúmplice, Senador Cristovam Buarque; por favor, seja um agente infiltrado do bem nesta comissão mista que foi criada – e o Senador Collor já é um infiltrado do bem nessa agenda –, para o Brasil poder realmente encerrar, além de Doha, essa pendência que nós trabalhamos tanto para ter.

Eu estava aqui atentamente ouvindo os meus amigos de Mesa e amigos de vida sobre a história de cada um em relação à Rio 92 e à Convenção do Clima em uma determinada fase da vida de cada um. Se eu for contar todo o meu envolvimento, vou falar desde o início da minha vida profissional. São 32 anos. Então, eu fiquei ouvindo atentamente as colocações dos meus amigos, mas, obviamente, não vou ficar aqui discorrendo sobre minha vida profissional como analista ambiental do Ministério do Meio Ambiente. Mas eu tive a honra ou a sorte de trabalhar na área ambiental no Brasil, como funcionária de carreira do Estado brasileiro, tendo como contexto o legado de uma herança que passa



pela Secretaria Especial de Meio Ambiente da Presidência da República, a famosa Sema, que decorre da Conferência de Estocolmo, mas, mais do que isso, avança e ganha robustez com a Conferência Rio 92. Foi essa nova estrutura de governança pública ambiental que o País teve que estabelecer fora, após essa Conferência que trouxe os temas ambientais, na realidade, para uma centralidade dos temas de desenvolvimento.

O que nós estamos falando – e aí a grande marca – é de uma agenda que foi celebrada em 1992, acordada em 1992, mas que pauta o século XXI. É uma agenda do século passado que pautará e continuará pautando este século que vivemos – e é por ela falar de desenvolvimento sustentável e, como o Embaixador Azambuja sinalizou com muita propriedade, por buscar de fato e apontar na direção certa. Ela apontou na direção certa, e não é diferente em relação ao Acordo de Paris ou não foi diferente em relação ao Acordo de Paris, de que eu vou falar brevemente daqui a pouco.

Mas é óbvio que, além do sucesso, além do legado, do fortalecimento do multilateralismo, todos que estão aqui sentados, pelo menos a maioria dos que estão neste plenário hoje, todos passaram pela Rio 92 em alguma condição: ou no Riocentro, com as mangas arregaçadas e trabalhos virando a noite, ou numa militância, diria eu, selvagem porém sustentável, no Aterro do Flamengo. Eu fui aos dois. (*Risos.*)

Eu sou uma pessoa meio híbrida.

E me lembro... Aqui vou fazer um reconhecimento importante não só sobre o que aconteceu no Fórum Global. Como só eu e a Deputada Bruna Furlan representamos as mulheres nesta Mesa, vou lembrar que foi exatamente nesse fórum que você teve uma iniciativa chamada Planeta Fêmea.

Eu estou olhando aqui... Não sei se o Marcelo Furtado ainda está aqui, mas o pessoal da coalizão... Antes de vocês inventarem a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, nós tínhamos uma coalizão de mulheres, a Coalizão da Mulher Brasileira, que foi responsável – a Ana Ottoni está aqui e sabe disso – por essa mudança de paradigma em relação à agenda da mulher globalmente. Quando se faz o famoso Planeta Fêmea, isso foi liderado pela hoje imortal da Academia Brasileira de Letras Rosiska Darcy de Oliveira, que foi quem convidou, e coordenado por mais quatro mulheres impressionantes, porque... Eu vou fazer aqui uma homenagem a elas. Cabe a mim fazer essa homenagem. São elas a americana Bella Abzug; depois a Maria de Lourdes Pintasilgo, que foi Primeira-Ministra de Portugal – essas pessoas estavam no Planeta Fêmea, soltas no Aterro do Flamengo, ouviu, Presidente? –; a Antoinette Fouque, pela França; e a Wangari Maathai, do Quênia, que depois vira Prêmio Nobel.

Essas mulheres todas andaram seus rumos no mundo, fizeram o que fizeram e continuam fazendo o que têm que fazer, e mais ainda, por uma agenda que, na realidade, era uma visão política de que, se este mundo está do jeito que está, as mulheres precisam ocupar seus espaços.

Ocupamos. E vamos continuar ocupando, e, daí, vai ONU Mulheres e aí vem toda uma história que decorre do fortalecimento do multilateralismo na agenda do desenvolvimento sustentável. Isso é um legado importante, e, como mulher, eu me sinto na obrigação de fazer lembrança disso aqui.

Há um segundo aspecto, e foi citado aqui pelo Sr. Gylvan Meira Filho junto com o Prof. Goldemberg. Eu me lembro de que, na minha vida profissional, os dois falavam com muita propriedade sobre mudança do clima, mas com o rigor científico de falar sobre mudança do clima. Não havia o achismo do carbono – essa é a grande verdade. Não se pode falar de emissões sem uma robustez de conhecimento técnico-científico, que é um ganho expressivo da Convenção do Clima; de



se criar, inclusive, um painel científico, que é o IPCC, que dialoga politicamente com os tomadores de decisão no mundo. Esse é um modelo novo, um modelo que foi criado ali e com grande valia. Quando você vem para o mundo político, como é importante: todos nós esperamos os relatórios do IPCC, e, mais do que isso, hoje nós temos uma mulher, uma brasileira, como Vice-Presidente do IPCC, que é a Drª Thelma Krug, do Inpe. São conquistas que vêm nessa trilha.

Todos nós éramos muito jovens naquela época, mas eu nunca vou me esquecer de quando cheguei a uma conferência em Bonn – se não me engano em 1999 –, o Prof. Gylvan Meira Filho era uma estrela. Ele entrava, Goldemberg, na conferência, e havia mais mídia do que se a Angelina Jolie entrasse aqui. (*Risos.*)

Ou o Herman Benjamin, porque o Herman, meu querido amigo, está sendo literalmente...

Ele entrava, e tudo acendia em cima dele. Eu nunca me esqueci disso. E eu passava e pensava: gente, que prestígio desse homem! A minha carreira ali... E foi um dos motivadores – ele, o Prof. Goldemberg e tantos outros – que determinaram a mim, também na minha carreira, que eu fosse procurar fazer qualificação profissional, mestrado e doutorado na área de energia, na Coppe. Virei "coppeira".

Está aqui o Emilio La Rovere. Por intermédio dele, eu homenageio uma geração de pesquisadores que se envolveram e que são parte do legado da Rio 92, porque tudo acontece – meio ambiente, desenvolvimento – depois da Rio 92, também nas universidades.

Isso é um passado que nos traz ao presente, mas, mais do que isso, nos remete ao futuro. E há legados importantes: desde a questão de cooperação internacional, de financiamentos; o PPG7; a própria evolução hoje da UneP para assembleia geral, que vem com a Rio+20; a própria questão dos ODS hoje na agenda. Tudo isso deriva de uma discussão, de um legado da Rio 92.

E quanto ao próprio avanço em relação a clima, por mais complexo que seja, absolutamente há avanços, porque nós passamos a falar de uma geopolítica, de uma diplomacia do carbono...

(*Soa a campainha.*)

A SRª IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA – ...e de uma geopolítica sobre desenvolvimento sustentável, sobre mudança do clima, em que o Brasil tem liderança e protagonismo.

Aqui, uma observação importante que eu gostaria de deixar registrada: nada se fez nessa agenda, nada se faz e quero crer que não se fará sem o forte engajamento do Itamaraty, do Ministério das Relações Exteriores e do domínio desse assunto como política de Estado.

Então, há uma visão maior de Brasil, uma visão maior de mundo, em que se tem uma visão de mundo e uma visão de planeta. Cuidado com essas afirmações, e é preciso negociar – mais do que negociar –, naquilo que o Erik colocou aqui, sobre o grande país que somos, não só como país, mas como força política nessa agenda. Isso é fruto, e eu sempre falo isso... Em tudo o que eu pude fazer à frente do Ministério do Meio Ambiente na agenda internacional, eu tive um aliado, um cúmplice, que foi o Ministério das Relações Exteriores. E faço aqui o registro formal dos meus queridos embaixadores, secretários, diplomatas, todos que, na realidade, atuaram nos bastidores e continuam atuando nos bastidores, quer para o fortalecimento da relação bilateral, quer para o fortalecimento da agenda multilateral, agora com o Dr. Guterres à frente da ONU e com a nossa querida



Embaixadora Maria Luiza Viotti – também no Gabinete do Dr. Guterres, do Secretário-Geral das Nações Unidas.

Vejam só, nós estamos presentes em todos esses lugares. A gente ouvia no passado que, se você falasse português em algum lugar, você achava sempre um cearense. Eu quero dizer que você acha sempre um diplomata. Se ele é cearense, eu não sei, mas você vai ter sempre nesses meios um diplomata brasileiro que vai estar buscando... Obviamente, às vezes, a discussão é dificílima, você tem que brigar mesmo, fazer rupturas, porque, às vezes, eles são cabeça-dura, mas a convicção de apontar numa nova direção como país é inequívoca do ponto de vista não só do legado da Rio 92, da Rio+20 e da Convenção do Clima, mas de um forte compromisso de uma política de Estado, que é a política de Relações Exteriores, associada as outras políticas públicas, como a política ambiental, que tem muito que trocar em relação a isso.

(Soa a campainha.)

A SR^a IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA – Do ponto de vista forma – e aqui eu me dirijo já para a parte final –, eu acho que nós temos talvez três aprendizados importantes desse processo todo que nos afirma esse protagonismo do Brasil e o desafio de continuarmos andando além da crise que nós vivemos hoje.

Ninguém aqui é avestruz, nós temos uma crise política grave no País, mas também temos um país e um povo que consegue se reinventar pela sua grande capacidade de indignação e pela sua diversidade cultural e política de propor soluções. Então, nós temos que olhar para as soluções.

O Acordo de Paris, em última instância, é um acordo voltado para as soluções, para fazer uma ruptura de uma inércia que vinha derivada da baixa implementação do Protocolo de Quioto e do fracasso da negociação do Protocolo de Quioto 2, que leva às chamadas regras de Doha – por isso, o desembarque de tantas nações. E por isso o Brasil propôs, em 2011, que ele topava negociar um novo acordo global. Na Conferência de Durban, o Brasil muda essa posição do ponto de vista diplomático. E aqui o meu reconhecimento e a minha homenagem tanto ao Embaixador Figueiredo quanto ao Embaixador André Corrêa do Lago, que estavam comigo: nós mudamos o parágrafo do meu discurso morninho – era um discurso morninho, como diriam os portugueses –, para falar "o Brasil topa" e ali a gente muda a história, para construir, durante cinco anos, um novo acordo.

Paris é mais que um novo acordo. Paris aponta numa nova direção sobre as alianças globais e os novos formatos de cooperação em relação à agenda de desenvolvimento, à agenda econômica e de inclusão social. O segundo parágrafo do Acordo de Paris fala literalmente "erradicação de pobreza", que era um tema meio complicado em 1992. Todo mundo falava "o pilar social", mas isso você não conseguia integrar. Paris chama isso, e lembro a vocês, se lerem com cuidado, o Acordo de Paris tem referências explícitas a também uma posição política muito avançada que foi assumida pela Igreja, pelo Vaticano, pelo Papa Francisco, quando ele manda, inclusive, um negociador a Paris para fazer os bastidores. O Lucero está aqui, as pessoas todas que estão aqui e se lembram muito bem do debate político, das negociações que envolviam. Mais do que isso, envolveram também...

Aqui um reconhecimento: falou-se tanto do Presidente Trump, mas eu reconheço e concordo plenamente com a capacidade – que o Embaixador Azambuja fala – e com a grandeza da sociedade americana e daquele país de moverem-se. E lembro aqui o papel estratégico do Presidente Obama na construção de Paris, e toda a sua equipe, como o da Chanceler Merkel, o do Presidente da China,



enfim, do conjunto de atores do Brasil e do próprio Chanceler Fabius, francês, e do Presidente Hollande, que foram responsáveis – nós fomos responsáveis – por construir esse *framework* em parceria com tantos outros países.

E esse desenho, Presidente Collor, definiu para o Brasil relações e acordos bilaterais específicos que precedem Paris. Nós temos agenda bilateral de clima: isso foi uma estratégica política do Brasil; pensar em novos modelos de negócios pensando em novos caminhos para investimento e desenvolvimento, pensando em inovações tecnológicas, e não só com uma visão – e eu vou usar uma palavra – simplista de financiamento. Não é isso, mas uma visão de parceria, desenvolvimento e modelo de negócio e inovação. E isso está firmado com a China, com os Estados Unidos, com a Alemanha e depois com a Noruega, que se revela nessa segunda metade, a partir de 2010, um parceiro estratégico na cooperação internacional na área do meio ambiente – está aqui o representante do BNDES – em relação ao Fundo Amazônia e outras parcerias conosco.

Quero lembrar também que, na trajetória do Pollution-Free Planet, na trajetória da Rio 92, a gente consegue fazer a Convenção de Minamata, a convenção de banimento de mercúrio, numa ação estruturada, lembrando o desastre de 1961. E eu tive a honra de assinar essa convenção em nome do Brasil. Foi conferida a mim a honra de assinar isso. Essa convenção muda completamente – ela é tão inovadora do ponto de vista de combinação e de convergências – o olhar sobre como enfrentar soluções e problemas. Lembro a vocês que toda agenda internacional é uma agenda pautada por convergências. Às vezes as pessoas acham que a ambição é pouca. Quando se junta todo mundo – esta Casa é um bom exemplo – para haver um acordo, às vezes você tem que abrir mão dos seus dez itens para poder fechar em dois ou três que são prioridades, e a agenda anda. Isso é Paris.

Em Paris, como o Prof. Goldemberg lembrou bem, o Brasil construiu uma agenda de que eu me lembro. Eu me recordo de que ele foi um grande parceiro – como também Jorge, como todos outros, como o Ministro Joaquim Levy – no sentido de construir não só com a equipe técnica, com as ONGs ambientalistas, com os especialistas em clima, mas também com as lideranças políticas deste País esse acordo. Nós conversamos com todo mundo nos bastidores. Nós queríamos posições de todos. Os discursos que os senhores faziam aqui eram colecionados. O Miguez está aqui – uma homenagem ao carbono tombado do Brasil –, junto com o Gylvan. E eu mandava contabilizar: "Jogue isso no modelo, tente ver que modelos matemáticos são esses" – para que a gente pudesse construir uma proposta mais robusta não só de protagonismo, mas, de fato, para apontar numa nova direção de desenvolvimento, que é o desenvolvimento de baixo carbono. E foi esse o trilho pelo qual o Brasil optou.

Nós vamos além do desmatamento, do combate ao desmatamento. Eu acho que a questão do desmatamento ilegal é algo que a sociedade brasileira não tolera, como a sociedade brasileira não tolera uma série de outros ilícitos e irregularidades. E eu acho que o nosso momento político mostra isso com toda a veemência. Eu tenho a convicção de que nós seremos capazes de resolver o problema do desmatamento ilegal do Brasil, por todos os avanços que o Brasil tem em relação a isso. Eu não conheço nenhum país do mundo que possa estabelecer instrumentos de controle de uso da terra como nós temos hoje no Brasil.

Obviamente, o uso e o convencimento político pelas demais políticas públicas dos instrumentos de política ambiental, evitando os retrocessos como, infelizmente, ocorrem em alguns momentos – e



hoje o Brasil se depara com isso –, não são toleráveis numa agenda que está olhando para o futuro, mas trazendo o futuro para o presente, que é a agenda de mudança do clima.

Isso se deve não só pela questão de emissões, de mitigação, mas também pelas questões de vulnerabilidade, de risco e de adaptação. E isto estará cada vez mais presente: essa incerteza sobre os cenários climáticos. Isso será cada vez mais presente nas nossas escolhas econômicas.

O Brasil tem uma forte combinação em relação a emissões, no que diz respeito ao uso da terra e à questão energética, sendo que, na questão energética, o País tem a melhor matriz do mundo, do ponto de vista, até hoje, de buscar soluções. Se eu não estiver errada, o Prof. Emílio, que foi meu professor e orientador do doutorado, não vai me reprovar publicamente agora.

Mas, de qualquer maneira, nós temos como avançar mais. E, no uso da terra, nós temos que ir além da questão do desmatamento. Nós temos que, de fato, fazer uma agricultura competitiva, do ponto de vista do baixo carbono. E, para isso, temos que evoluir na ciência, mensurando cientificamente, capturando cientificamente os ganhos das boas práticas de manejo e de uso do solo no Brasil, em termos de seus inventários nacionais, e não ficar inventando regras sobre inventários ou fragilizando instituições técnico-científicas do Governo brasileiro, oficiais, públicas, em nome de coisas que têm uma visão de curto prazo. Isso não cabe mais no Brasil. Isso é *backsliding*, isso é retrocesso.

(*Soa a campainha.*)

A SR^a IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA – E, no meu entendimento, nós temos uma tremenda oportunidade de avançar.

Sei que o Deputado Sirkis está numa grande dedicação ao Fórum Brasileiro de Mudanças do Clima, fórum esse criado – aqui uma homenagem ao meu amigo Deputado Fábio Feldmann – por insistência dele em 2000, 1999 ou 2000, no governo Fernando Henrique, por conta de o Brasil ter uma estratégia mais ampliada de conversa com a ciência e a sociedade civil, e o Presidente da República ter interlocução internacional e usar o seu ativo em interlocução internacional com os vários líderes globais. Assim fez o Presidente Fernando Henrique, por exemplo, negociando com o Presidente Clinton. Os mais antigos se lembram disso, do telefonema, das reuniões, como é que isso acontecia, de favorecimento.

Sei que o Sirkis está debruçado na tarefa – é um dos que está debruçado na tarefa – de visão de implementação da NDC do Brasil e seus financiamentos, seus novos caminhos. Acho que devemos ir além disso. A visão de financiamento, de inovação, na realidade é uma visão que tem que estar inserida numa questão mais abrangente, de natureza política, em que o Brasil sairá desta crise – e eu tenho certeza de que ele sairá desta crise, que eu chamo de um "fog" que está sobre nós –, mais forte, assumindo a questão de baixo carbono como uma rota de desenvolvimento.

Nós não somos um país... Eu não conheço nenhum país no mundo que renuncie ao desenvolvimento. Mas conheço países que podem e devem – e talvez o maior potencial, com as maiores condições, nos próximos 30 anos, seja o Brasil afirmar, como o Erik sinalizou, internacionalmente que a agenda de baixo carbono veio para ficar. Nós temos condições de fazer isso. Talvez o único país no mundo em desenvolvimento que tenha condições de fazê-lo num curto espaço de tempo. Obviamente que custa dinheiro, mas desenvolvimento custa dinheiro.

Mais do que isso, eu acho que o Brasil tem, além disso, o dever...



(*Soa a campainha.*)

A SR^a IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA – ... dentro do seu protagonismo político, de ir em torno de três coisas que sempre foram uma marca do nosso País: a nossa capacidade de diálogo, a nossa credibilidade com entregas – e o senhor sabe disso, como chefe de Estado que foi, como é importante ter credibilidade. O mundo não tolera mais diz que me diz ou historinhas, ou questões alternativas, porque hoje, com a transparência, com tudo o que está colocado aí e com a força da sociedade civil e do setor privado, que é outra consequência importante da Rio 92... – e, finalmente, o firme compromisso de não retrocesso. Não cabe mais retrocesso. O Brasil tem que procurar soluções daqui para a frente.

Então, eu acho que, quando nós temos a capacidade de convergir com essas três questões, com uma visão comum, inovadora de País, de País líder, que olha para a sociedade, para o seu território, um País continental, um País ainda com muitas assimetrias regionais e sociais, muito intensas, mas com um povo excepcional, e um povo com uma capacidade criativa, inventiva, de convergir para soluções... Eu tenho certeza de que nós, ao rompermos essa crise, estaremos fazendo a diferença no mundo. Já estamos fazendo.

Hoje o Brasil talvez seja o país, no mundo, por tudo o que eu leio na imprensa internacional – e acabei de voltar do exterior –, que faz o maior esforço de combate global sobre corrupção. Não existe um país que esteja fazendo isso. E é absolutamente importante que a gente o faça, porque as novas gerações – não é, Prof. Goldemberg? E eu vejo aqui a Deputada Bruna, que é a nova geração, literalmente – exigem isso de nós. E nós temos que mostrar esses novos caminhos, esses novos caminhos de fazer política, esses novos caminhos de liderar, com base, efetivamente, na capacidade de um país colocar a questão de baixo carbono como um dos alicerces da sua economia, do seu desenvolvimento e de inclusão social.

Acho que a responsabilidade daqueles que fizeram a Rio 92 – alguns deles falaram aqui – e daqueles que fizeram a Rio+20 mostra para a gente...

(*Soa a campainha.*)

A SR^a IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA – ... que o Brasil pode fazer mais. E eu tenho a firme convicção de que ele o fará.

Só tenho um último apelo: por favor, Presidente Temer, não faça retrocesso na área ambiental. O custo é imediato. E mais do que isso: as soluções não existem. Nós iremos continuar punindo os que não precisam ser punidos, exatamente o elo mais fraco da cadeia, que não é a área ambiental. São aqueles que têm a ilusão de achar que uma solução de desafetação de unidade de conservação, de conflito, que viabiliza, muitas vezes, a ilegalidade e o crime ambiental, isso vai levar a soluções estruturantes de desenvolvimento de um País que é muito além disso. Vamos buscar soluções para esse povo, tendo a área ambiental como aliada. Isso é de uma miopia política que não cabe mais no Brasil e não é da grandeza do País. Eu tenho orgulho de ser brasileira.

Então, muito obrigada a todos por esta homenagem à conferência. Eu me sinto tombada pelo patrimônio do desenvolvimento sustentável. Estou, inclusive, deixando meus cabelos brancos, para ficar na reta aqui da mesa – todo mundo absolutamente grisalho. Mas, mais do que isso, eu quero dizer o seguinte: nós estamos todos vivos, *the elders and the Kids*, lutando por um Brasil mais justo e por sociedades mais justas no Planeta. Eu tenho absoluta certeza de que retrocessos, como se vê



com o Presidente Trump e outros retrocessos, mesmo aqui no Brasil, não sobreviverão, não permanecerão. E nós teremos que lutar e continuar lutando para mostrar que este País faz a diferença para o bem e para aquilo que, de fato, traga um País mais justo, mais inclusivo, mais sustentável e, diria eu, cada vez mais alegre, porque somos, antes de tudo, um povo feliz e alegre.

Obrigada a todos. E parabéns a todos que me antecederam. Obrigada pelo legado que vocês me entregaram, como funcionalária pública e brasileira. Mas mais do que isso: eu espero que a nossa luta em relação à clima, à biodiversidade, etc. continue. E contem comigo, com essa cumplicidade.

Erik, muito obrigada pela sua parceria com Nagoia. Foi um complô. Nós nos emocionamos muito, quando nós tomamos a decisão e conquistamos Nagoia, mas eu te agradeço também o fato de você estar à frente da UNEP, do PNUMA, fazendo essas transformações todas na agenda global, porque é importante para o Brasil seguir essa trilha e ter mais ambição em relação ao desenvolvimento mais sustentável, mais inclusivo e, mais do que isso, mais permanente. O Brasil também não aguenta mais esse vai e volta. Temos que ir para os nossos ganhos. E contem com os velhinhos, em que me incluo, se assim são chamados.

Eu já virei referência, Presidente. É de 2010 a 2016. Eu já sou uma nota bibliográfica. Mas, enfim, isso são os novos achados.

E acho que Paris veio para ficar. Paris não terá retrocesso. Paris terá nova geopolítica de carbono. Está aqui o gaúcho. Estamos trabalhando no setor privado, no setor de financiamento, no setor público, buscando esses novos arranjos da geopolítica do carbono, como eu gosto de falar, das novas parcerias. E a sociedade americana vem junto. Há aqui representantes da Embaixada Americana. Se o Presidente americano resolveu tratar dele de uma maneira, ele escolheu o passado; a sociedade americana está escolhendo o futuro. Eu tenho convicção sobre isso.

Obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria muito agradecer à Ministra Izabella Teixeira pelo depoimento que deu aqui, pela forma como sempre fala, pondo sentimento.

E eu devolvo a presidência dos trabalhos – já vamos encaminhar para o encerramento – ao Senador Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Fernando Collor de Mello.

(O Sr. Jorge Viana deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Fernando Collor.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Tenho a honra de passar a palavra a S. Ex^a, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu espero – não é uma promessa, é um compromisso – ser o mais breve possível.

Eu queria muito agradecer o privilégio de ter, de alguma maneira, colaborado para que esta sessão possa estar ocorrendo. E não imaginava o prestígio que temos aqui, de tantas pessoas que, nas suas organizações, nas suas atividades profissionais, se dedicam a esta causa que nos tem a todos; e ter vivenciado aqui esse histórico, numa hora em que o Brasil é tão questionado e até, de certa forma, diminuído, e em que a autoestima da sociedade decai também. Acho que esse apanhado que fizemos de 25 anos do papel do Brasil nessa questão que é tão pessoal e tão global nos ajuda a todos



a ter fé, esperança de que não há problema que não possa ser superado por esta Nação, pelo nosso povo.

Eu saio daqui melhor que cheguei, com a responsabilidade maior, mas também com mais esperança, ouvindo o Sr. Erik e todos os que trabalharam na difícil missão de fazer do Brasil um endereço para uma causa global.

O Presidente Collor fez uma fala aqui histórica, porque coube a ele, como Presidente, cumprir a missão de trazer os maiores líderes do mundo. O episódio do esforço, das ameaças que ele fez – desculpe-me, Presidente – para que o Presidente dos Estados Unidos pudesse estar presente aqui foi algo fantástico. Deixou fora a diplomacia, tão elogiada pela Ministra Izabella, e fez ameaça de suspender a conferência, fazer uma manifestação na frente da Casa Branca, fazer telefonemas...

E hoje é dia 12 de junho. Hoje é o dia do aniversário do George Bush pai. Eu estou lembrando porque outro dia, na Comissão de Relações Exteriores, lembrava isso. Ele não vinha. Houve um esforço para ele vir. Imaginem aquela conferência sem os Estados Unidos, naquela época. E ele veio, passou o aniversário dele aqui no Brasil, porque era assim que a história exigia, era assim que esta causa tão fantástica exigia.

Mas houve um esforço pessoal do então Presidente Fernando Collor, um complô do bem. E o ponto mais crucial ali – ali havia um divisor de água –: será uma conferência global, que muda a agenda do Planeta ou não? Sem os Estados Unidos, certamente não seria, por mais esforço que tivéssemos tido. É bom que se diga.

Então, o Brasil sediou dois eventos fundamentais: a Rio 92 e a Rio+20. E cumpriu, à altura desses dois eventos, um papel de protagonista no Acordo de Paris. Lembro o Figueiredo, lembro o Corrêa do Lago, que prepararam o terreno, o Embaixador Marcondes, e, obviamente, a Ministra Izabella. Mas não posso deixar de lembrar também o ex-Presidente Lula, que foi sensível à Rio+20, e a Presidente Dilma, que deu as condições para que o Brasil pudesse fazer a negociação do Acordo de 2015, o Acordo de Paris. Então, são eventos que fazem parte da história, mas que estão muito presentes na nossa agenda do dia a dia.

Estamos vivendo uma crise econômica, política e também institucional sem precedentes. Neste momento, parte daquilo que compõe a agenda que fundamenta a busca de uma economia de baixo carbono corre risco na Câmara e no Senado, com medidas que, talvez se aproveitando desses desencontros que estamos vendo na economia, na política e até nas instituições, alguns tentam fazer passar, propostas que diminuem o prestígio do País e põem em risco as conquistas que tivemos até aqui. Está-se mexendo na estrutura fundiária, urbana e rural do País, de maneira nada responsável, do meu ponto de vista. Está-se mexendo na integridade de unidade de conservação neste País. Está-se mexendo naquilo que o Brasil ganhou respeito no mundo, que é a demarcação de áreas indígenas, o cuidado com essas populações originárias.

Eu venho do Acre. Tenho relação de amizade com esses povos. Temos um trabalho feito nessa área. Sou formado em Engenharia Florestal, na época aí do Prof. Reitor Cristovam. Mas não foi na UnB que eu aprendi e fui ganho para a causa; foi na convivência com Chico Mendes, com os seringueiros, com os índios, com pessoas simples do nosso povo. Foi com eles que ganhei uma formação e assumi compromisso de vida, como muitos aqui. Muitos pesquisadores, cientistas e professores só se entregaram à causa quando se encontraram com o mundo real, onde ela se reflete.



Ano que vem, nós vamos ter 30 anos sem Chico Mendes. Ideias de uma pessoa simples, que resolveu pensar o ambiente, o Planeta, para se defender de problemas absolutamente locais, de sobrevivência local. Ele deu essa dimensão. E acho que o Brasil também fez isso. Nós já fomos marcados por sermos um País que mais destruía, queimava florestas e fazia emissões de carbono. Nós já ficamos marcados por isso. Mas também, mais recentemente, ficamos marcados por ser o País que maior redução de emissões fez e que aumentou suas propostas voluntárias de redução de emissões, que agora, de certa forma, se essa agenda atrasada... Não chamo de conservadora; se fosse conservadora eu até entenderia que poderia ser boa. Mas uma agenda atrasada põe em risco, inclusive, esse prestígio que o Brasil adquiriu. Tomara que o atual Governo consiga – como nós da sociedade estamos procurando fazer – ter uma agenda que passe, que atravesse a crise que estamos vivendo, que é essa agenda do clima, que é essa agenda da busca de uma economia de baixo carbono, que o Governo faça isso, que não reduza os recursos da Funai de R\$9 milhões por mês para R\$3 milhões por mês – a repercussão que um descaso com as populações indígenas pode dar negativamente para o Brasil é enorme, é exponencial – e que se consiga, de alguma maneira, fazer com que o Brasil siga esses ensinamentos feitos pelos mestres que negociaram, que realizaram, que materializaram a Conferência da Terra, em 1992, no Rio de Janeiro.

Eu queria concluir fazendo um chamamento. Aqui sugeriram algumas ideias: qual é a agenda – e aqui falo para o Syrkis, que tem feito um trabalho importante no Fórum, junto com tantos que estão aqui – que um país que acumulou em 25 anos essa história, esse legado, tem pela frente, na hora em que o governo Trump assume essa posição tão atrasada, que tenta levar os Estados Unidos para o século passado? Qual é a agenda do nosso País?

Prof. Cristovam é um dos grandes Senadores desta Casa. Eu aprendi, professor, com um outro mestre de gestão, que ser ético tem vários conceitos, mas ser ético é trabalhar pelo bem comum. Eu acho que a causa comum que nós temos hoje na humanidade, no Planeta, é cuidar dele. Cuidando deste Planeta, vamos estar combatendo a pobreza, a miséria, a exclusão. Cuidando do Planeta, vamos estar pensando na convivência com ele, de maneira harmônica.

As gerações futuras não estão aqui para reclamar seus direitos. Eu tenho uma netinha de 2 anos e meio. Ela não pode reclamar por um País, por um mundo igual ao meu ou melhor do que este em que eu estou vivendo. Nós temos que, de algum jeito, fazer isso por elas, porque ainda não nasceram. Eu acho que isto é ser ético também: trabalhar pelo bem comum. E acho que este País, que sediou eventos tão importantes, que podem ser chamados de eventos éticos do ponto de vista planetário, tem que seguir com essa agenda.

Eu não posso aceitar, Sr. Presidente, viver na Amazônia. Temos 25 milhões de pessoas. Foi na Amazônia que se materializou a respeitabilidade ao nosso País, por conta da redução das emissões. Foi lá que aconteceu a redução do desmatamento. Era lá que aconteciam o desmatamento e as queimadas, mas foi lá que aconteceu a redução. Mas o nosso povo não pode viver na região mais rica do Planeta e passar fome, ter sede, mesmo tendo 12% da água doce do Planeta, por falta de políticas públicas que incluam as pessoas, que vejam a floresta como ativo econômico, não como uma maldição. Nós temos 20% da biodiversidade do Planeta.

Eu conversava com a Ministra Izabella, na época do Código Florestal. Eu falei: mas, gente, é tanta ação contra estabelecermos regras de boa convivência homem-natureza, de uso do solo, que



parece que até é uma maldição ser brasileiro ou o Brasil ter tanta biodiversidade, ter os biomas que tem. E não é nada disso; é uma vantagem comparativa, que nos diferencia diante do mundo.

Já ajudamos a criar fundamentos que são a base de uma economia moderna, do século XXI, do novo milênio, que é a economia de baixo carbono. Eu estou seguro de que o governo Trump vai fracassar, não porque vai haver uma reação dos outros países, mas porque a reação está vindo da sociedade americana, das empresas, das companhias, dos governadores, dos prefeitos.

É ali que ele vai fracassar, porque ele não está querendo gerar mais emprego; ele está querendo diminuir emprego, porque a economia de baixo carbono é algo do presente e do futuro, sem volta. O que não tem mais volta é aquilo que ele está tentando pregar.

Então, eu torço para que o Brasil, o quanto antes supere essa crise terrível, que nos envergonha a todos. Falei desta tribuna outro dia. Falei que, quem sabe, não estava chegando a hora de nós, da classe política, fazermos uma espécie de pedido de desculpa coletivo para o País. Não é por nada, porque somos todos criminosos, de jeito nenhum. Criminoso é apontar o dedo e chamar todos os que estão na atividade política da mesma coisa. Não; nós temos, talvez, omissão de um lado, conivência de outro, acomodação de um outro lado, mas nós precisamos acreditar neste País, superar isso, porque o Brasil é importante para nós, mas ele também é importante para o mundo.

Então, eu estou muito honrado por, de alguma maneira, ter com o Presidente Fernando Collor, realizado – porque foram as duas comissões, de que o Senhor é Presidente e eu também – mais esta conferência aqui. Esse olhar do passado, das dificuldades superadas com a Rio 92 e a Rio+20, fazem-me ter certeza e convicção de que nós vamos, sim, ser protagonistas da implementação do Acordo de Paris e da agenda que o mundo vai precisar viver nos próximos 25 anos, para que, quem sabe, estejamos aqui alguns, ou, se possível, quase todos, lembrando que o Brasil segue ajudando o Planeta a seguir firme por uma economia sustentável, por uma convivência harmoniosa dos 7 bilhões que ocupam este planeta e os seus recursos naturais, que são tão fantásticos e que fazem a Terra ser sinônimo de vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Cumprimentando S. Ex^a, o Senador Jorge Viana, autor da proposta para a realização desta sessão, pelo seu pronunciamento, tenho a satisfação de passar a palavra para o Deputado Alfredo Syrkis.

O SR. ALFREDO HÉLIO SYRKIS – Presidente Fernando Collor, demais integrantes da Mesa, eu me lembro: era o ano de 1990, a ONU tinha decidido que a conferência seria no Brasil, e uma pequeníssima delegação de aficionados cariocas, da qual faziam parte o Fernando Gabeira, o Fernando César Mesquita e eu, fomos visitar o Presidente Fernando Collor, no Palácio do Planalto, para lhe pedir que a conferência fosse feita no Rio de Janeiro. Havia outras cidades brasileiras na disputa. Eu, até hoje, não sei até que ponto aquela conversa teve algum efeito, mas o fato é que a Rio 92 foi Rio 92.

Aquilo foi, verdadeiramente, um momento admirável. Primeiro, uma concentração de chefes de Estado como nunca foi vista – não só no Brasil, como raríssimas vezes em outros países foi vista. Nós tivemos George Bush pai; tivemos François Mitterrand, Presidente da França; Helmut Kohl, Chanceler da Alemanha; John Major, Primeiro-Ministro do Reino Unido; Fidel Castro. Tivemos mais de cem chefes de Estado e os olhos do mundo voltados para o Rio de Janeiro.



Aquilo foi a primeira vez em que a humanidade, de forma coletiva e multilateral, se dotou de meios para enfrentar aquilo que vinha sendo chamado, desde o século XIX, por Fourier, por Arrhenius e por outros cientistas pioneiros de efeito estufa; passou, depois, a ser chamado de aquecimento global; e, hoje, pelos efeitos muito mais abrangentes, nós chamamos de mudanças climáticas.

Então, até o Rio de Janeiro, era uma denúncia científica, uma preocupação dos verdes, do movimento ambientalista e de alguns governantes mais avançados. Depois do Rio de Janeiro, passou a ser uma ação coletiva, uma ação multilateral e, verdadeiramente, uma ação que passou a transcender as forças políticas.

Um dos setores que mais se transformou com a Rio 92 foi o setor empresarial. Eu me lembro das discussões que eu tinha com empresários brasileiros, no final dos anos 80, em que se dizia: "Não, isso aí nós temos que esperar. Isso aí é coisa para os suecos, para os dinamarqueses, para os noruegueses, para os americanos, para os franceses, mas nós aqui temos fome, temos miséria; precisamos nos desenvolver antes", que, aliás, é um discurso parecido com o discurso que boa parte da esquerda tinha naquela época também.

E aí, muito por força do trabalho incansável de formiguinha de um homem verdadeiramente extraordinário, Maurice Strong, a expressão "desenvolvimento sustentável" passou a circular e passou a ser aceita cada vez mais.

Então, eu notei, à saída da Rio 92, aqui, no Brasil, uma mudança de posicionamento, de um lado, por parte da mídia – que antes nos tratava de pessoas exóticas, "ecochatos", gente que era contra o desenvolvimento –, que passou a pautar o assunto como um assunto importante no próprio setor empresarial.

Eu, à época, era vereador da cidade do Rio de Janeiro, meu primeiro mandato, e dei uma contribuição, que foi a aprovação da chamada Lei Syrkis, que foi uma lei de incentivos fiscais para projetos ambientais e culturais, que, como sempre acontece, contou com uma feroz hostilidade da Secretaria Municipal de Fazenda. Aí eu consegui negociar com meu amigo, então Prefeito, Marcello Alencar, que essa lei vigeria apenas por um ano, por um único ano, o ano de 1992. Essa lei propiciou que o Fórum Global 92 pudesse fazer o seu trabalho de arrecadação e se viabilizar no Aterro do Flamengo. Então, foi algo de que eu me lembro com muito carinho.

De lá para cá, foi criado um sistema de governança internacional em torno da questão climática, que é corporificado pela Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas da ONU (a UNFCCC, como se diz em inglês), e as conferências anuais, as COPs anuais – em geral, em novembro ou em dezembro –, que estabelecem um consenso de hoje, 196 países, para poder avançar.

O resultado mais importante desse processo é o Acordo de Paris. O Acordo de Paris é imperfeito, mas estabelece mecanismos para o seu próprio aperfeiçoamento.

Costumo dizer que, se todas as NDCs fossem ser rigorosamente, religiosamente cumpridas, ainda assim chegaremos ao ano de 2030 com uma sobra de 12 giga de emissões e uma trajetória de mais de três graus, o que é inaceitável e seria verdadeiramente catastrófico. Mas o Acordo de Paris estabelece o processo de revisão para a maior ambição nas NDCs. E eu defendo fortemente que o Brasil propugne que esse processo deve começar em 2020, e não em 2025.



O acordo fala um pouco das duas coisas – ele tem uma ambiguidade construtiva –, mas existe margem para que o Brasil defenda essa posição e para que nós mesmos apresentemos, em 2020, uma NDC um pouco mais avançada. Aí temos que discutir se, de novo, será incondicional ou não.

A recente decisão do Presidente Trump de sair do Acordo de Paris – e aqui cabe notar que essa saída se dá dentro de quatro anos, justamente no próximo ano eleitoral americano, que é 2020; esperemos que com resultado diferente –, de fato, prejudica o esforço de mobilização internacional, sobretudo pelo mau exemplo e por eventual estímulo a outros governos, a outras forças políticas retrógradas, para recuar no tempo. Mas, por outro lado, eu confio nos Estados Unidos, como aqui já foi dito, um grande país onde existe já um clima de mobilização, não só da sociedade civil, mas dos estados; estados que juntos representam a quinta economia mundial.

Eu brincava aqui com o representante da embaixada americana, que já não está mais neste plenário, que é o UDSA ("United Decarbonizing States of America"). Então, a Califórnia, Nova York, o Estado de Washington, Illinois, outros Estados, junto com centenas de cidades americanas estão se juntando e dizendo: "Não, nós iremos cumprir a NDC norte-americana; nós iremos cumprir o Acordo de Paris."

Então, eu penso que são tempos novos, que nós devemos, ao mesmo tempo, estimular uma diplomacia que é feita hoje não só com governos nacionais, mas, como atesta a recente reunião do Governador Jerry Brown, da Califórnia, com Xi Jinping, da China, é necessário se pular determinados obstáculos, determinados atrasos de vida, como esse Presidente dos Estados Unidos, para estabelecer relações com aqueles agentes que importam na descarbonização.

Eu vou ressaltar uma coisa que considero muito interessante: nos últimos dois anos, houve um crescimento do PIB mundial de mais de 3%. E, pela primeira vez, desde que se começou a prestar atenção nisso, as emissões não acompanharam a curva do PIB. As emissões globais, pelo menos as de energia, mantiveram-se mais ou menos estáveis, até com pequeníssimo decréscimo. Se essa tendência persistir, ela indica que de fato teremos chegado ao pico de emissões antes daquilo que era imaginado. Isso é uma das raras boas notícias que nós recebemos no *front* climático, que em geral abunda de más notícias.

Esse é um dado interessante. Isso foi feito quando as INDCs ainda não estavam em processo de execução. Isso não foi previsto no Acordo de Paris, mas a economia real de países como os Estados Unidos e a China parou de queimar a mesma quantidade de carvão que queimava anteriormente. No caso da China, houve uma grande queda na queima de carvão nos últimos dois anos e nos Estados Unidos, também, por razões diferentes. São processos que acontecem na economia real.

Então, é importante criarem-se mecanismos que transcendam os governos nacionais, que continuam importantíssimos no processo, da mesma forma que o processo das COP, mas é necessário, no âmbito da economia, no âmbito do contato com os governos subnacionais, no âmbito da mobilização da sociedade civil, no âmbito da articulação para novas formas de financiamento da descarbonização, ser inventivos, ter imaginação e ir além.

Uma última palavra, é necessário fazer o respectivo dever de casa. E aqui, nesta própria Casa onde estamos, Casa legislativa, têm-se urdido retrocessos assustadores. Ameaça sobre a floresta do Jamanxim, que está inserida em duas medidas provisórias que foram adulteradas no seu conteúdo aqui neste Senado. É gravíssimo! E hoje mesmo, durante a reunião do Fórum de Mudanças



Climáticas com o Presidente da República, foi solicitado ao Presidente que vete essas medidas provisórias tenebrosas e funestas.

Espero que assim seja feito. Esse é o nosso dever dentro do Fórum.

O Fórum serve ao Estado brasileiro, serve a uma linha histórica que começa com o Presidente Fernando Henrique, prossegue com o Presidente Lula, prossegue com a Presidente Dilma, esperamos que prossiga agora e continuará com quem vier mais à frente. É o Estado brasileiro, não é este ou aquele governo.

Em relação aos governos, todos eles em algum momento foram suscetíveis de críticas e todos eles devem ser estimulados a fazer a coisa certa. Essa foi a minha postura em relação ao governo do Presidente Fernando Henrique, ao governo do Presidente Lula, ao governo da Presidente Dilma – e a Izabella é uma boa testemunha disso -, ao atual Governo e ao governo que virá.

Nós temos que ter, ao mesmo tempo, a plena liberdade de criticar, mas a capacidade de oferecer, a cada momento, alternativas: "Olha só, essa é a coisa certa. Faça isso, porque você estará fazendo em seu próprio bem, você estará fazendo a bem do povo brasileiro, você estará fazendo a bem do Planeta".

Então, penso que hoje é um dia extremamente importante. É quando comemoramos aqui as bodas de prata da humanidade com a Convenção do Clima e com uma conferência pioneira, que foi a Rio 92, que inclusive produziu outros documentos históricos, como a Agenda 21, a Convenção da Desertificação, abrindo caminho para que rapidamente fosse assinada, meses depois, a Convenção da Biodiversidade.

Hoje é um dia extremamente importante. A cidade do Rio de Janeiro, no dia de amanhã, por iniciativa nossa, do Centro Brasil no Clima, do Instituto Onda Azul e de uma série de outras associações, vai comemorar a Conferência Rio 92. Vamos debater a importância que ela teve e também as questões futuras, como a questão da governança climática no Brasil, a questão da ciência e tecnologia, a questão do financiamento da transição para economias de baixo carbono. Tudo isso estará na nossa agenda com convidados internacionais importantes, com o apoio – gostaria de ressaltar e agradecer – da Embaixada da França, porque a França, nesse momento, ocupa um papel importantíssimo. A partir do posicionamento do Presidente Macron abriu-se claramente um processo de mobilização entre vários países.

Então, nós temos de estar unidos aos países que se mobilizam em defesa do Acordo de Paris, firmes no nosso posicionamento, inventivos nas soluções que propomos. E assim seremos dignos da Rio 92.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Nossos cumprimentos ao Deputado Alfredo Sirkis.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Virgílio Viana, pela coalizão das entidades da sociedade civil.

O SR. VIRGÍLIO MAURÍCIO VIANA – Sr. Presidente Collor, Senador Jorge Viana e todas as autoridades que estão aqui na Mesa, é um prazer ter esse privilégio de falar em nome de uma grande coalizão que aqui está representada por diversos membros.

Diria que talvez nós tenhamos grandes motivos para comemorar o dia de hoje, que foram muito bem elencados pela Mesa que antecedeu a esta fala. Mas nós temos também grandes motivos para



sairmos da sessão preocupados. Nós não podemos deixar de fazer menção à grave crise política em que vivemos. Não digo isso apenas com relação à Lava Jato e a todos os problemas que o Brasil vive, mas à crise de representatividade.

Uma coisa muito interessante na época do Código Florestal foi que todas as pesquisas de opinião mostravam que a sociedade brasileira tinha posições em prol da conservação das florestas, enquanto o Congresso Nacional se posicionou de forma contrária. Vejo o debate das MPs hoje da mesma forma. O Congresso brasileiro não representa a sociedade brasileira no que diz respeito à redução das Unidades de Conservação na Amazônia. Então, eu acho que essa é uma crise seríssima. Nós temos, sim, que refletir muito sobre isso, nesse momento em que comemoramos os 25 anos da Rio 92. É um momento em que eu vejo um descolamento da representação formal no nosso Parlamento em relação à sociedade.

Do ponto de vista objetivo, nós temos uma agenda seríssima com relação à Amazônia, e essa agenda, meu querido professor Goldemberg, nos impõe uma mudança de paradigmas. Durante muito tempo nós falamos em conservar a Amazônia com um olhar muito polarizado pela agenda internacional, mas hoje a ciência, pelos nossos colegas professores da USP, do INPA, de tantas outras instituições de pesquisa nos mostram que a Amazônia é essencial para a segurança hídrica brasileira. O regime hidrológico que abastece as chuvas de Brasília e os reservatórios que geram a energia elétrica brasileira depende da Amazônia funcionando como uma grande bomba d'água, ou seja, é essencial para o interesse nacional, é essencial para o agronegócio manter a chuva, porque sem a chuva não existem lavouras.

Isso nos impõe uma mudança profunda de paradigmas. E uma dessas mudanças, como nós temos debatido com os colegas do Itamaraty – o Marcondes aqui presente –, é a mudança de paradigmas com relação aos *offsets*. O Brasil defende uma posição anacrônica, que é apenas os *offsets* para aterros sanitários, para projetos de MDL, e não para florestas. E esse é um tema que a coalizão tem debatido muito, que nós acreditamos que deva ser parte de uma nova agenda, uma agenda contemporânea, capaz de fazer com que as florestas da Amazônia tenham mais valor.

O Senador Jorge Viana tem sido um grande defensor dessa agenda de valorizar a floresta em pé, valorizar os serviços ambientais da floresta em pé. E não é só o carbono. É também o papel da floresta como essa bomba biológica de água que abastece o resto do Brasil e o manancial de biodiversidade que temos.

Então, essa valorização da Amazônia é essencial, e isso deve ser feito a partir de nós, brasileiros. Nós temos a inteligência, nós temos a competência e os recursos financeiros para isso, ainda que a cooperação internacional seja essencial, seja importante. Nós temos que fazer isso não só pensando na Amazônia brasileira; pensando também nos 40% que estão nos países vizinhos onde nascem os rios brasileiros, inclusive o Rio Amazonas.

Aproveito para fazer uma manifestação importante para a nossa diplomacia: nós temos que nos irmanar ao Peru, porque a nascente do Rio Amazonas que está no Peru, a 5 mil metros de altitude, ainda não é uma área protegida. E ela deveria ser uma área protegida a partir de um movimento internacional, ou binacional, entre o Brasil e o Peru, porque até hoje a nascente do Rio Amazonas, talvez o lugar mais simbólico do mundo, não tenha ainda sido objeto da proteção que merece.

Com isso eu queria agradecer a todos e dizer que o Marcelo Furtado representa, como regra, a nossa coalizão, que envolve um número grande não apenas de instituições ambientalistas, mas



também de grandes empresas do setor do agronegócio, de acadêmicos importantes e de vários outros segmentos da sociedade brasileira que têm produzido uma contribuição relevante para esse debate do clima.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato ao senhor Virgílio Viana, que falou pela coalização das entidades da sociedade civil.

Como último orador inscrito, passo a palavra a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Uma boa tarde a cada uma e a cada um.

Sr. Presidente, senhores que compõem esta Mesa, vou querer guardar uma foto, porque há muito tempo eu não vejo uma mesa tão respeitável neste Senado, não pelos cabelos brancos, meus caros, mas pelo conteúdo de ideias propostas e de lutas que vocês têm tido.

Nós estamos aqui e de todo se falou muito sobre 1992, mas eu creio que a gente ainda não tem a dimensão exata do que aconteceu a partir de 72.

Meu caro Goldemberg, você foi um dos que pela primeira vez ouvi falar nisso através do Prof. Sachs. Eu tenho a impressão de que o mundo nasceu em 72, no sentido do mundo de hoje. Ele tinha nascido – eu falo das ideias do mundo – com o Renascimento.

O Renascimento trouxe uma visão de mundo que prevalece, mas foi 72 que permitiu descobrirmos coisas como o limite ao crescimento econômico. É claro que alguns intelectuais teóricos, o próprio Clube de Roma, já haviam trabalhado essa ideia, mas não era uma descoberta geral, como alguns desde a Grécia, diziam que a Terra era redonda. O mundo só descobriu que a Terra era redonda muito recentemente, depois das descobertas e da circunavegação.

Foi a partir de 72 que se espalhou pelo mundo a ideia de que havia limites ao crescimento, que havia risco de esgotamento de recursos, que havia uma fragilidade ou até impossibilidade de o consumo satisfazer as aspirações humanas plenamente. Descobrimos que o desenvolvimento não reduzia necessariamente a desigualdade nem eliminava a pobreza, porque se acreditava, a partir dos anos 60, pelo menos nisso.

Então, foi ali que os políticos participaram, representando os seus países, e de fato levantaram essa ideia. Em 92, ficou mais clara ainda essa posição política. Talvez, Jorge, lembrando o que você disse aqui - e ontem nos telefonamos e você me falou disso -, precisamos pedir desculpas ao povo brasileiro pelos nossos erros. Em 92 e em 72, os líderes do mundo começaram a pedir desculpas sobre o rumo do processo civilizatório inviável, insustentável.

Em 1992 e 2012 – eu creio que o mundo havia sido criado dessa maneira como nós o vemos –, nós fizemos duas grandes reciclagens, Presidente Collor, e o Brasil deixa o seu nome na história da humanidade a partir disso. Nós participamos, nós estivemos presentes e nós mostramos que houve uma tomada de consciência. Mas, lamentavelmente, ainda há um descompasso entre a consciência do problema e a mentalidade que formula as propostas. Não estamos casando. Não estamos casando a consciência do limite ao crescimento com a mentalidade de abrir mão do crescimento. Não conseguimos ainda casar. E o Trump, no fundo, é resultado isso. Ele se elegeu porque a consciência ecológica não chega à casa de cada um.

Nós fazemos política de uma maneira, Presidente Collor, que, a meu ver, hoje não responde às necessidades de um mundo que ficou global e de longo prazo, quando se ganha o voto com propostas



para o imediato e para o seu redor. Há uma incompatibilidade, Goldemberg, entre fazer política, tendo votos, e pensar o mundo, como nós tentamos aqui. Esses discursos nossos não dão votos, a não ser de um pequeno grupo da tribo ecologista, da tribo verde. Mas quem está desempregado quer emprego; quem está com baixa renda quer alta renda. O discurso de que não dá para ter automóveis e de que eles não levam ao bem-estar é verdadeiro, mas não é eleitoralmente positivo.

Por isso – eu não quero perder tempo, até porque sou o último, nem tomar o de vocês –, eu queria dizer que, para mim, minha querida Ministra, o que de fato fica hoje, além da consciência, são algumas perguntas ou muitas perguntas que não vai dar tempo de fazer aqui. Perguntas, por exemplo, sobre os recursos naturais, e eu tomo apenas dois: água – como preservar? E energia – para quê e como usar? Aqui está um mestre nisso. Não basta querer produzir mais energia; é preciso mais energia sustentável. Mas não basta isso. É preciso saber se a gente precisa desse ar-condicionado tão frio ou se não podemos ter uma arquitetura que prescinda de ar-condicionado. Eu vejo ali alguém se cobrindo com um cobertor, nos trópicos brasileiros, apesar de estar a mil metros de altura. Então, a ideia da energia... As perguntas são: para que mais energia? Como produzi-la?

Na economia, há uma lista imensa, mas eu vou apenas citar algumas. Crescimento econômico: até onde vamos poder? Economia verde: qual é o limite da própria economia verde? Muitos verdes acham que não existe limite. Economia: como fazê-la regida pela ética? Como conseguir isso? É difícil. Ela tem uma mecânica quase que física.

Desenvolvimento sustentável: o que é e como é? A economia solidária: como fazer? A economia de criar tempo livre: como valorizar o ócio para que isso possa entrar, no final do ano, nos indicadores? Aumentamos o tempo livre – a gente não mede isso. A gente diz: aumentamos a produção, usando o tempo.

A ciência econômica, como reinventá-la? Ela está velha, ela não responde mais às exigências pós 1972. A ciência econômica é um instrumento arcaico, como – com todo respeito a muitos – foi a teologia a partir do Renascimento. Como reinventá-la?

São perguntas que não são fáceis de a gente responder.

E eu concluo.

E o decrescimento? Por que não? E como fazê-lo positivo?

E os bancos? Como utilizar os bancos em vez de eles nos utilizarem?

E o governo? Como orientá-lo no mundo em que ele tem que responder a curto prazo, mas é do longo prazo que a humanidade precisa.

E a moeda? Como reduzir a monetarização da civilização? Veja que eu não disse acabar com a monetarização. Ou seja, eu não radicalizei na ideia de que uma civilização do futuro pode prescindir de moeda, mas pode desmonetarizar um pouco, desmercantilizando também.

E os padrões que nós temos? Quais são os novos indicadores? Como mudar os padrões de consumo? Como mudar os padrões de produção e distribuição, que têm essa coisa inacreditável, tantos anos depois de 1972? Aqui em Brasília a gente come ovos que foram produzidos em São Paulo, mas, antes de virem para cá, foram para Goiânia e, às vezes, para Belém. Ou seja, é um sistema de produção e distribuição irracional do ponto de vista da realidade de hoje.

E a ciência e a tecnologia? Como subordiná-las aos valores éticos? Como conviver no mundo da robotização, da informática, sem ficar prisioneiro delas?



E a Terra? A Terra como Planeta. Veja que essa já é outra novidade. Até pouco tempo atrás Terra era com t minúsculo. Agora Terra é com t maiúsculo, a partir de 1972, se for para marcar uma data.

E como é que a gente vai manter a biodiversidade?

E como respeitar os animais? Nós esquecemos de falar isso muitas vezes.

E como tratar o lixo?

E como regredir a desertificação?

E a quem pertencem os oceanos e o espaço? A quem tem foguete ou à humanidade inteira? Adianta a gente dizer que pertence à humanidade inteira se só alguns têm foguete? E se todos tiverem foguete, a gente vai respeitar o oceano?

E a sociedade?

A pobreza? Como superar a pobreza?

Como trazer solidariedade, despertar solidariedade no mundo do individualismo, do egoísmo mais forte?

E as cidades, o que fazer? Talvez seja um dos maiores problemas nossos. O que fazer para as cidades não serem o que a gente vê todos os dias nessa tragédia do consumo de drogas, dos engarrafamentos e dos lixos?

E o trabalho? Como vai ser o trabalho no futuro?

E a saúde? A saúde é apenas para dar conforto ou é para aumentar o tempo de vida? E se for para aumentar o tempo de vida, até quando? Já se fala que é possível dizer que a morte morreu. Um desses dias eu assisti a uma palestra em que o cientista dizia: "A morte morreu". Aí eu disse para ele: "Na minha idade, eu não estou mais interessado na imortalidade. Eu quero saber quando é que eu vou poder ressuscitar". E ele disse que para isso não tem resposta ainda.

Pois bem.

E a desigualdade, como reduzir?

E a habitação? Como fazê-la para todos, mas sustentável? Porque até fazer casa para todos é possível, mas de forma insustentável.

Eu não vou continuar, mas a política é uma lista grande de perguntas que eu tenho.

E a demografia? A gente vai querer continuar aumentando o número de pessoas? Vai impor a redução, como a China fez?

E a migração? Quem está aí pensando no que fazer com a migração? Vamos abrir todas as portas dos países? Vamos aterrarr todos os mediterrâneos, inclusive os invisíveis, que separam nossa casa daqueles que desejariam morar numa casa boa? Vamos aterrarr o mediterrâneo que separam os nossos hospitais do povo sem saúde, que não consegue entrar lá? E os mediterrâneos invisíveis que separam a escola dos nossos filhos e netos daqueles que não têm boas escolas? Talvez não seja a solução eliminar os mediterrâneos e os muros. Mas construir muros, a gente sabe que não é o caminho.

E a cultura? Como manter a diversidade?

E os riscos adiante, inclusive do terrorismo?

E duas perguntas, para terminar, ou pelo menos dois grupos de perguntas: a filosofia e a civilização.



Para onde ir a civilização? Essa é uma pergunta fundamental, que 1972 levantou, mas não respondeu.

Quanto à filosofia, eu quero concluir.

E, aí, falo para os meus dois colegas, Presidente Collor e Jorge Viana. Eu creio que esse fracasso nosso, dos políticos, que não é só nosso, é quase geral no mundo, se deve menos ao excesso de políticos ruins que somos nós do que à falta de bons filósofos, que estão faltando no mundo. Nós não temos orientação. E, sem orientação, o político vira apenas uma máquina de conseguir voto. É a filosofia que nos dá um sentido, que nos dá um destino. E isso está faltando.

Foi 1972 talvez, escolhendo uma data, que nos trouxe o despertar dessas perguntas. Mas, no caso do Brasil, e estamos aqui, eu concluo dizendo, Jorge Viana, Presidente Fernando Collor: nós precisamos fazer uma pergunta que resolva duas palavras que faltam entre nós: coesão e rumo. Como fazer com que o Brasil tenha uma coesão de 220 milhões de pessoas com um sentimento comum? E qual o rumo para o futuro que essa sociedade coesa vai querer para si?

Não temos respostas. Eu, pelo menos, não tenho. Eu trouxe perguntas. Mas eu quero dizer que fico satisfeito.

E aqui quero dizer que o mundo deve a muitos, mas especialmente a vocês, que representam alguns a quem mais nós devemos. Ministra Izabella, à senhora especialmente; a Collor, pelo 1972, e a gente de vez em quando conversa do esforço; a todos os outros. O mundo inteiro vai dever muito àqueles que fizeram esse despertar de 1972, de 1992 e de 2012.

Por isso, muito obrigado a vocês que, como brasileiros, deram a contribuição para a gente descobrir o mundo. Agora, falta inventá-lo como nós desejamos que ele seja. Enquanto não sabemos como inventá-lo, pelo menos perguntemos. É isso que tentei fazer.

Parabéns a vocês.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque pelas suas palavras cercadas de indagações. E, a cada um de nós caberá, em algum momento de nossas vidas, oferecer respostas adequadas.

Ao finalizar a presente sessão de debates temáticos tendo como objeto a lembrança sobre os 25 anos da realização da Conferência Rio 92, agradeço a presença de todos os que aqui estiveram, para que nós possamos, em conjunto – cada um à sua maneira e dentro dos seus limites e atribuições –, fazer renascer o espírito do Rio para este grave momento que o nosso Planeta vem atravessando.

Eu pediria licença a S. Ex^a o Senador Jorge Viana para fazer o agradecimento em conjunto, seu e meu. O Senador Jorge Viana, como nós sabemos, é o autor da proposta para a realização desta sessão. Agradecemos a presença da Sr^a Ministra de Estado do Meio Ambiente, nossa sempre Ministra Izabella Teixeira; ao Ministro do Meio Ambiente em 1992, Prof. José Goldemberg; ao Coordenador da Conferência Rio+20, Embaixador Marcos Azambuja; ao Presidente do Comitê Organizador da Rio 92, Embaixador Carlos Garcia; ao Subsecretário-Geral das Nações Unidas e Diretor Executivo da ONU Meio Ambiente, Sr. Erik Solheim; a S. Ex^a Deputada Bruna Furlan, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados; ao Sr. Embaixador do Reino do Marrocos, Sr. Nabil Adghoghi; ao Sr. Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima; ao Deputado Federal Alfredo Sirkis; ao Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Everton Lucero; ao Subsecretário-Geral de Meio



Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Antônio Marcondes de Carvalho, ao Prof. Luiz Gylvan Meira Filho; ao Sr. Diretor da Secretaria de Mudanças Climáticas e Floresta do Ministério do Meio Ambiente, José Domingos Gonzales Miguez; à representante do Ministério da Justiça, Sr^a Clarice Oliveira; à Diretora Executiva do Instituto Clima e Sociedade, Sr^a Ana Amélia Campos Toni; ao Diretor do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola e Coordenador do GT Plano Safra e ABC, Sr. Luis Fernando Guedes Pinto; ao Diretor do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, Sr. Mariano Cenamo; ao Diretor do Fundo Amazônia do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, Sr. Gabriel Visconti; à Diretora do World Resources Institute Brasil e Coordenadora da Câmara Temática Cidades e Resíduos do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Sr^a Daniely Votto Fontoura; ao Diretor da Ludovino Lopes Advogados e Coordenador da Câmara Temática Finanças do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Sr. Ludovino Lopes; ao Superintendente-Geral da Fundação Amazonas Sustentável e Coordenador do GT Repique do Desmatamento, Sr. Virgílio Maurício Viana, ele, que também falou representando aqui o conjunto das entidades da sociedade civil, que aqui acorreram para esta sessão; ao Secretário Executivo da Coalizão Clima, Agricultura e Florestas e Coordenador da Câmara Temática Florestas, Agropecuária e Biodiversidade do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Sr. Marcelo Furtado; ao Coordenador de Mudanças do Clima e Desenvolvimento Sustentável da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, Sr. Carlos Aragon; à Gerente do Clima do WRI, Sr^a Viviane Romeiro; ao Analista em Políticas Públicas da WWF, Sr. Jaime Gesisky; aos ilustríssimos senhores representantes do corpo diplomático.

E, com a permissão dos presentes, *in memoriam*, gostaríamos, Senador Jorge Viana e eu, de cumprimentar e agradecer pela participação importante e decisiva que tiveram para o sucesso da Rio-92, o ex-Secretário de Meio Ambiente, José Lutzenberger, *in memoriam. (Palmas.)*

Ao Sr. Governador do Rio de Janeiro, à época da realização da conferência, Leonel Brizola. (*Palmas.*)

E ao Prefeito do Rio de Janeiro, também à época da realização da Rio-92, Marcello Alencar. (*Palmas.*)

Agradecendo mais uma vez a presença de todos e, tendo sido cumprida a finalidade da presente sessão, agradeço mais uma vez a todos que, com suas presenças, com o seu comparecimento, honraram a realização desta sessão, que declaro agora encerrada.

Muito boa tarde.

(*Levanta-se a sessão às 17 horas e 22 minutos.*)



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

PMDB - Airton Sandoval* (S)
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
PMDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
PMDB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 22

Ailton Sandoval.	SP
Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Elmano Férrer.	PI
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Hélio José.	DF
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Kátia Abreu.	TO
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS
Zeze Perrella.	MG

Bloco Social Democrata - 16

PSDB-11 / DEM-4 / PV-1

Aécio Neves.	PSDB / MG
Alvaro Dias.	PV / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalírio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferrão.	PSDB / ES
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 12

PP-7 / PSD-5

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
José Medeiros.	PSD / MT
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Morais.	PP / GO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11

PT-9 / PDT-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Moderador - 9

PTB-2 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Márgio Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PSC / MS
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

PMDB.	22
Bloco Social Democrata.	16
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	12
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	11
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
Bloco Moderador.	9
S/Partido.	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Airton Sandoval* (PMDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (PMDB-DF)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Reguffe** (S/Partido-DF)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalírio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Dário Berger** (PMDB-SC)	Kátia Abreu** (PMDB-TO)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
Eduardo Braga* (PMDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (PMDB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

PMDB - 22 Líder Renan Calheiros - PMDB (106,123) Vice-Líderes Kátia Abreu (124) Valdir Raupp (125)	Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 16 Líder José Agripino - DEM (32,52) Vice-Líderes Ricardo Ferrão (74,85,112) Davi Alcolumbre (75,87,129) Ataídes Oliveira (78) Líder do PSDB - 11 Paulo Bauer (104) Vice-Líder do PSDB Ricardo Ferrão (74,85,112) Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (99) Vice-Líder do DEM José Agripino (32,52) Líder do PV - 1 Alvaro Dias (17,66)	Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 12 Líder Wilder Morais - PP (39,122,133) Vice-Líderes Benedito de Lira (107) Otto Alencar (49) Líder do PP - 7 Benedito de Lira (107) Líder do PSD - 5 Omar Aziz (45,100) Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,96,117)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 11 Líder Gleisi Hoffmann - PT (56,60,65,83,114,121) Vice-Líderes Acir Gurgacz (8,30,116) Lindbergh Farias (28,57,63,89,126) Regina Sousa (35) Líder do PT - 9 Gleisi Hoffmann (56,60,65,83,114,121) Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (25,43,55,62,127) Lindbergh Farias (28,57,63,89,126) Líder do PDT - 2 Acir Gurgacz (8,30,116)	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10 Líder João Capiberibe - PSB (1,11,115) Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (51,69) Vanessa Grazziotin (15,20) Líder do PSB - 7 Fernando Bezerra Coelho (102,132) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (37,54,111) Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (15,20) Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (19,23,91)	Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9 Líder Wellington Fagundes - PR (42,46,108) Vice-Líder Telmário Mota (7,29,36,44,61,84,105,128) Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (97) Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (101) Vice-Líder do PR Magno Malta (109) Líder do PSC - 1 Pedro Chaves (110) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (81,95) Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,70)
Governo Líder Romero Jucá - PMDB (120) Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (102,132) José Medeiros (12,14,18,88,130) Davi Alcolumbre (75,87,129) Wilder Morais (39,122,133) Flexa Ribeiro (134) Sérgio Petecão (10,131)	 Maioria Líder Renan Calheiros - PMDB (106,123)	Minoria Líder Humberto Costa - PT (16,22,50,53,79,90,113)

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
16. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
17. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
20. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
22. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015-GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. n° 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
52. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG n° 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
57. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
59. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
60. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
62. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
63. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).



65. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2^a vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
66. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. N° 001/2016-LIDPTB)
69. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. n° 14/2016-BLSDEM.
70. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
71. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2^a vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
72. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3^º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. n° 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1^º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2^º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freita foi designada 2^a vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1^º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3^º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem n° 253/2016 e Memorando n° 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. n° 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2^º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2^a vice -liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4^a vice - liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios n° 14/2016-GLDPT e n° 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo n° 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. n° 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude da sua desfiliação do partido.
99. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
100. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. n° 1/2017-GLPSD)
101. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. s/n/2017-GLPR).
102. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB n° 1/2017)
103. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
104. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
105. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e , em virtude de sua desfiliação do partido.
106. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB n° 11/2017)
107. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
108. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
109. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/n-2017)
110. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
111. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
114. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
116. Em 09.02.2017, o Senador Aécio Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
120. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB n° 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1^a Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB n° 74/2017)
125. Em 24.03.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 2º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB n° 74/2017)



126. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
128. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
129. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
132. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Morais foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
134. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PMDB-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (1)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos n°s 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA

Finalidade: Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



3) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Felipe Geraldes e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



4) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS**Finalidade:** Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins

(Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****RELATOR:****Prazo final prorrogado: 15/08/2017**

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) (1)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (1)	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



5) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.



*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadão e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donald Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DA PREVIDÊNCIA

Finalidade: Destinada a investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos.

Requerimento nº 161, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾

Leitura: 21/03/2017

Instalação: 26/04/2017

Prazo final: 08/09/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (ES) ⁽⁵⁾	1. Senador Dário Berger (SC) ⁽⁵⁾
Senador Hélio José (DF) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO ^(2,7)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽⁴⁾	

Notas:

1. Em 19.04.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Antônio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 039/2017-BLSDEM).
2. Em 19.04.2017, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 112/2017-GLPSDB).
3. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular; e o Senador José Pimentel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 052/2017).
4. Em 25.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 056/2017-BLOMOD).
5. Em 25.04.2017, os Senadores Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares, e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 104/2017-GLPMDB).
6. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Hélio José, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIPREV).
7. Em 2.05.2017, o Senador Ataídes de Oliveira deixou de integrar, como titular, o colegiado (Of. 127/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Felipe Geraldes - Adjunto Marcelo Assaife

Telefone(s): 61 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



2)CPI DOS MAUS-TRATOS

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

Leitura: 25/04/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	



3) CPI DO BNDES

Finalidade: Investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de globalização das companhias nacionais, em especial a linha de financiamento específica à internacionalização de empresas, a partir do ano de 1997.

(Requerimento nº 375, de 2017)

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 25/05/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	1. 2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	1. 2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	1.



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Kátia Abreu (6)	1. Senador Eduardo Braga (6,9)
Senador Roberto Requião (6,9)	2. Senador Romero Jucá (6)
Senador Garibaldi Alves Filho (6)	3. Senador Elmano Férrer (6)
Senador Raimundo Lira (6)	4. Senador Waldemir Moka (6)
Senadora Simone Tebet (6)	5.
Senador Valdir Raupp (6)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
Senador José Pimentel (PT-CE) (1)	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (1,13)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (3)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (3)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (3)	2. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (3)
Senador José Serra (PSDB-SP) (3)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (3)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	2. Senador José Medeiros (PSD-MT) (2)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (2)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (4)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (4)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (4,10)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (4)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (4)	3. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (8,10)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (5)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (5)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,11,12)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (5)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Lúcia Vânia e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Cristovam Buarque, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 4/2017-BLSDEM).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
8. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
9. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
10. Em 24.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à senadora Lúcia Vânia, que passou a ocupar a vaga como suplente (Memo. nº 35/2017-BLSDEM).
11. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
12. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
13. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES		SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)		
VAGO		1. VAGO
Maoria (PMDB)		
VAGO		1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)		
VAGO		1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
VAGO		1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)		
VAGO		1.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES		Suplentes
PMDB		
Senador Hélio José ⁽⁸⁾		1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)		2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾		3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ^(8,14)		4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Airton Sandoval ^(8,12)		5. Senadora Rose de Freitas ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)		
Senadora Ângela Portela (PDT-RN) ⁽¹⁾		1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾		2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾		3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾		4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾		5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)		
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾		1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾		2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾		3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾		4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾		1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾		2. Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾		1. Senador Romário (PSB-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾		2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)		
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁷⁾		1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾		2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾
Notas:		
* Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.		
1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).		
2. Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).		
3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).		
4. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).		
5. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).		
6. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).		
7. Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).		
8. Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).		



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES		Suplentes
Maioria (PMDB)		
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾		1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾		2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾		3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾		4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾		5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾		6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾		7. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)		
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾		1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾		2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾		3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)		4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾		5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾		6. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)		
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ⁽³⁾		1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾		2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15)		3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾		4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾		5. Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽²⁰⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾		1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾		2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁵⁾		3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾		1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾		2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾		3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)		
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾		1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)		2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾		3. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽²⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. n°004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomcj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Simone Tebet (7)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3.
Senador José Maranhão (7)	4.
Senador Raimundo Lira (7)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
VAGO (1,9)	3.
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. Senador Romário (PSB-RJ) (2)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (3)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (8,10,11)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José ⁽¹¹⁾	1. Senador Airton Sandoval ^(11,14)
Senador Renan Calheiros ⁽¹¹⁾	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TG) ⁽⁵⁾	1. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽²⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(2,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽³⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽³⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(6,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(6,17,18)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁶⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(6,12,16)

Notas:

- * Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".
- 1. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).
- 2. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).
- 3. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).
- 4. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalírio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).
- 6. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).
- 9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).
- 10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).
- 11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador(Of. nº 37/2017-BLOMOD).
13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thières Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES		Suplentes
PMDB		
VAGO (6,10)		1. Senador Valdir Raupp (6)
Senadora Marta Suplicy (6)		2.
Senador Hélio José (6)		3.
VAGO (6,9)		4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)		
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)		1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)		2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)		3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)		4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)		
VAGO (1,8)		1.
VAGO (1,11)		2.
VAGO (1,12)		3.
VAGO (7,14)		4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		
Senador José Medeiros (PSD-MT) (3)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
		2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)		1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (16)
Senador Romário (PSB-RJ) (2)		2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)		
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)		1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,13,15)		2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)

Notas:

- * O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- 1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).
- 2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).
- 3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).
- 7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).
- 9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).
- 10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- 11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).
- 12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).



13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾	1. Senador Renan Calheiros ^(7,13)
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Roberto Requião ^(7,13)	3. Senador Hélio José ⁽⁷⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁾	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁵⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,12)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁴⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾	1. VAGO ^(3,10,14,15)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽³⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾

Notas:

- *. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- 1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).
- 2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).
- 3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).
- 6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).
- 7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).
- 8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- 9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).
- 10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).
- 11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).



12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros (7)	1. Senador Hélio José (7)
Senador Eduardo Braga (7)	2. Senadora Kátia Abreu (7,9,10)
Senador Romero Jucá (7)	3. Senadora Rose de Freitas (7)
Senador Elmano Férrer (7)	4. Senador Jader Barbalho (7)
Senador Raimundo Lira (7)	5. Senador Valdir Raupp (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (3)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (3)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3)
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (3)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (2)	1. Senador José Agripino (DEM-RN) (6)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,8,11)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)	3.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (4)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) (4)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (4)	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (4)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (1)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (1)	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (5)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (5)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,12,13)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (5)	3. Senador Magno Malta (PR-ES) (5)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Moraes e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (8,14)	1. Senador Romero Jucá (8)
Senador Elmano Férrer (8)	2. Senadora Simone Tebet (8,14)
Senador Waldemir Moka (8,10)	3. Senador Valdir Raupp (8)
Senador João Alberto Souza (8)	4. Senador Dário Berger (8)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4,12)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4,12)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)	3. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TG) (5)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (5)
VAGO (5,11)	2. VAGO (7,15)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (11)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) (3)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (3)	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)	1.
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (2)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (6)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (6)
VAGO (6,16)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (6)

Notas:

2. Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
1. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
6. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
9. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
10. Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
11. Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
12. Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
13. Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30min -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
VAGO ^(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,10,11)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº011/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº018/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº028/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
9. Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).



Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES		Suplentes
PMDB		
Senador Waldemir Moka (8)		1. Senador Airton Sandoval (10)
VAGO (8,12)		2. Senador Hélio José (11)
Senador Valdir Raupp (8)		3.
Senador João Alberto Souza (8)		4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)		
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,15)		1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
VAGO (1,14)		2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)		3. Senadora Ángela Portela (PDT-RR) (1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)		4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)		
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)		1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)		2.
Senador José Agripino (DEM-RN) (7)		3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)		1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)		2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (2)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)		1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (3)
		2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (6)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)		
VAGO (5,13)		1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (5)
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)		2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ángela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado(Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras 8h:30min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras 8h:30min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾

RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. Senadora Kátia Abreu ⁽⁶⁾
Senador Hélio José ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽⁷⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
3. Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
4. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
5. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
6. Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
7. Em 04.04.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
8. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
9. Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 61 33034440
E-mail: csf@senado.leg.br



**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros (10)	1.
Senador Airton Sandoval (10)	2.
Senador Dário Berger (10)	3.
Senador Romero Jucá (10)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (5)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (5)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (7)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (7)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (9)	1.
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (9)	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (1)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (2, ¹³)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (3)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (8,15,16)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (16)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,14)	2.

Notas:

- * Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).
- 1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).
- 2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).
- 3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalírio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).
- 6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).
- 8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).
- 9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).
- 10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Airton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).

Secretário(a): Oscar Pener do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1 ^a Eleição Geral: 19/04/1995	7 ^a Eleição Geral: 14/07/2009
2 ^a Eleição Geral: 30/06/1999	8 ^a Eleição Geral: 26/04/2011
3 ^a Eleição Geral: 27/06/2001	9 ^a Eleição Geral: 06/03/2013
4 ^a Eleição Geral: 13/03/2003	10 ^a Eleição Geral: 02/06/2015
5 ^a Eleição Geral: 23/11/2005	11 ^a Eleição Geral: 30/05/2017
6 ^a Eleição Geral: 06/03/2007	

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Airton Sandoval (SP)	1. Senador Jader Barbalho (PA)
Senador João Alberto Souza (MA)	2. Senador Eduardo Braga (AM)
Senador Romero Jucá (RR)	3. Senador Hélio José (DF)
	4. (I)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	2.

Atualização: 03/02/2017

Notas:

1. O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº021/2017 - GSEFERRE.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** ⁽¹⁾

1^a Designação: 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011
6^a Designação: 11/03/2013
7^a Designação: 26/11/2015

MEMBROS**PMDB**

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

REDE

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

Atualização: 08/02/2017**Notas:**

* Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 02/2001).

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:**Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: (1,2,3)

VICE-PRESIDENTE: (1)

1^a Designação: 23/03/2010
 2^a Designação: 14/03/2011
 3^a Designação: 11/03/2013
 4^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE

VAGO

Atualização: 01/06/2017

Notas:

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

1. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

2. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

3. O Senador José Agripino sucedeu ao cargo de Presidente em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: (2,3)

VICE-PRESIDENTE: (1)

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE

VAGO

Atualização: 11/11/2015

Notas:

* Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 14/2010)

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

2. Em 04/10/2016, o Senador Marcello Crivella reassumiu a Presidência do Conselho.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Em 07/06/2016, assumiu a Presidência o Senador Paulo Paim, em virtude da substituição do Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 0036/2016, do Líder do Bloco Moderador.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

VAGO

PT

VAGO

PSDB**PTB**

VAGO

PP

VAGO

PDT**PSB**

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Representante da sociedade civil organizada

VAGO

Pesquisador com produção científica relevante

VAGO

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

VAGO

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

*, Vago (Art. 6º da Res. 15/2012).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÉA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: (1)

VICE-PRESIDENTE: (1)

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

PSOL

VAGO

Atualização: 18/10/2016

Notas:

* Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 34/2013).

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** (1)**VICE-PRESIDENTE:** (1)**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015**MEMBROS****PMDB**

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE

VAGO

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

* Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 47/2013).

1. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:**

1^a Designação: 16/11/1995
2^a Designação: 30/06/1999
3^a Designação: 27/06/2001
4^a Designação: 25/09/2003
5^a Designação: 26/04/2011
6^a Designação: 21/02/2013
7^a Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: ⁽³⁾

1^a Designação: 14/03/2011
2^a Designação: 21/03/2012
3^a Designação: 11/03/2013
4^a Designação: 26/03/2014
5^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO ⁽²⁾

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO ^(1,4,5,6)

REDE

VAGO

Atualização: 29/11/2016

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

**. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.



2. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro(Of. 1/2016-GSAMON).
3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.
4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.
6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do****RISF):**

16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR

(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Notas:

*. Vago (Art. 6º, §1º, da Res. 31/2016).



**17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: ⁽¹⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

DEM

VAGO

PCdoB

VAGO

PDT

VAGO

PMDB

VAGO

PP

VAGO

PPS

VAGO

PR

VAGO

PRB

VAGO

PSB

VAGO

PSC

VAGO

PSD

VAGO

PSDB

VAGO

PT

VAGO

PTB

VAGO

REDE

VAGO

Atualização: 01/06/2016

Notas:

* Vago (Art. 17 da Res. 42/2010).

**. Vago (Art. 2º, §1º, da Res. 08/2009).

1. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.



Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

18) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA

(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PDT

PSB

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PSC

PRB

REDE

PV

PTC

Notas:

*. Vago (Art. 5º, §1º, da Res. 43/2016)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561

E-mail: saop@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

